



Relatório Integrado do
Banco Central

R I G
2023



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

Sumário

Carta do Presidente, 4

QUEM SOMOS, 6

1 Modelo de negócios e contexto de atuação, 7

1.1 O que foi importante em 2023, 11

2 Governança, estrutura e integridade, 12

2.1 Modelo de governança, 17

2.2 Integridade, 18

3 Plano Estratégico Institucional, 19

3.1 Cadeia de valor e indicadores de gestão, 21

3.2 Plano Plurianual (PPA), 24

3.3 A estratégia do BC e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 24

4 Riscos, oportunidades e perspectivas, 26

NOSSA FORÇA E NOSSOS RECURSOS, 31

1 Relacionamento, 33

1.1 Atendimento aos cidadãos, 35

1.2 Relacionamento com entidades supervisionadas com foco no cidadão, 37

1.3 Relacionamento com os entes federativos e poderes públicos, 38

1.4 Relacionamento internacional do BC, 39

2 Pessoas e saber-fazer, 43

2.1 Movimentação dos servidores e remuneração, 45

2.2 Aprendizagem, 47

2.3 Programa de Gestão e Desempenho – PGD, 48

2.4 Desenvolvimento tecnológico, 49

2.5 Resiliência cibernética, 50

3 Recursos orçamentários e financeiros, 52

3.1 Orçamento Geral da União (OGU), 52

3.2 Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária (OAM), 55

3.3 Outros recursos administrados, 56

3.4 Contratações, 56

3.5 Custos, 57

3.6 Demonstrações Financeiras e Avaliação de Resultados, 58

4 Recursos de infraestrutura e naturais, 61

4.1 Cessão de uso de áreas a outras entidades públicas, 62

4.2 Meio circulante, 63

4.3 Ações para redução do consumo de recursos naturais, 64

NOSSOS RESULTADOS, 66

1 Estabilidade do poder de compra da moeda, 70

2 Estabilidade financeira nacional, 75

3 Agenda BC#, 87

3.1 Inclusão, 87

3.2 Competitividade, 90

3.3 Transparência, 103

3.4 Educação, 111

3.5 Sustentabilidade, 118

3.6 Excelência, 122

4 Outros resultados, 123

4.1 Projetos e programas corporativos, 123

4.2 Premiações recebidas em 2023, 124

Ao longo de 2023, a economia brasileira continuou o seu processo de recuperação. O contexto internacional, no entanto, foi pautado pelo aumento do nível geral de preços decorrente de desequilíbrios entre a demanda de bens e de serviços e de aumento da demanda por energia. No cenário doméstico, o Banco Central do Brasil (BC) foi capaz de identificar rapidamente a natureza persistente da inflação e iniciou tempestivamente o ciclo de aperto monetário, em março de 2021, com a elevação da taxa Selic. Como resultado, houve redução da inflação em 2023.

É papel do BC zelar também pela estabilidade financeira com foco nos principais riscos e na resiliência do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Nesse sentido, análises realizadas pelo BC indicam que o grau de confiança na resiliência do SFN se manteve elevado.

Olhando para os desafios relevantes da economia brasileira, é clara a importância da promoção de um crescimento econômico sustentável e inclusivo. Para tanto, o BC tem promovido uma série de iniciativas no âmbito de sua agenda estratégica, a Agenda BC#, que está organizada em seis dimensões: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência.

As iniciativas da Agenda BC# visam ao desenvolvimento de um ambiente de negócios mais dinâmico e amigável, com o objetivo de promover a democratização financeira – maior inclusão, menor custo de intermediação, maior competição, redução de barreiras à entrada no SFN, maior contribuição para o crescimento sustentável da economia, redução do custo do crédito e aumento dos serviços financeiros de melhor qualidade.

Nesse sentido, destacaram-se, nos últimos anos, as iniciativas associadas ao sistema de pagamentos instantâneos brasileiro (Pix), ao Sistema Financeiro Aberto (Open Finance) e ao Sandbox Regulatório. O Pix revolucionou a forma como os brasileiros fazem pagamentos e transferências financeiras. O Open Finance inclui, além de informações sobre produtos e serviços financeiros tradicionais, os dados de produtos e serviços relacionados a investimentos, e, futuramente, os referentes a câmbio, credenciamento, seguros e previdência, com a devida autorização do cliente. O Sandbox Regulatório é um ambiente em que entidades são autorizadas a testar projetos inovadores na área financeira ou de pagamento observando um conjunto específico de regulamentos que amparam a realização controlada e delimitada de suas atividades.

Ainda foram desenvolvidas iniciativas relacionadas ao aprimoramento da segurança cibernética do SFN e do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB). Buscou-se também promover o desenvolvimento de finanças sustentáveis no SFN com a implementação de melhores práticas internacionais de finanças sustentáveis, a maior disponibilidade de recursos do SFN para empreendimentos sustentáveis e o melhor gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

A consolidação do Programa Aprender Valor, que leva educação financeira a estudantes de escolas públicas do ensino fundamental, foi muito importante para promover a conscientização dos cidadãos, incentivando sua maior participação no mercado financeiro e o hábito da poupança.

Destacam-se iniciativas que buscam o aperfeiçoamento e a ampliação das ações de comunicação com a sociedade: o lançamento da página Meu BC, com o objetivo de disponibilizar serviços e informações em linguagem simples; o Sistema Valores a Receber (SVR) e a mudança de layout nos relatórios do Registrato para facilitar o entendimento das informações disponibilizadas ao cidadão.

Sobre os próximos passos para modernização do SFN, a proposta é a continuação de um programa de inovação cujo objetivo é a completa digitalização da intermediação financeira por meio da pauta tecnológica da Agenda BC#. Os destaques são a implementação de novas funcionalidades ligadas ao Pix e ao Open Finance. Outra iniciativa relevante é o desenvolvimento da moeda digital de banco central, o Drex, que contribuirá para maior inclusão financeira e maior eficiência do SFN. O maior benefício do Drex é a democratização do acesso da população a diversos serviços financeiros tradicionais e inovadores.

O presente Relatório Integrado é parte da prestação de contas do BC em 2023 aos cidadãos e está estruturado em três capítulos. O capítulo “Quem Somos” apresenta o que é o BC, o que ele faz, em que contexto atua, seu modelo de negócios, governança e estratégia. O capítulo “Nossa Força e Nossos Recursos” apresenta, de forma sucinta, os diversos recursos de que o BC dispõe para o cumprimento de sua missão: pessoas; rede de relacionamentos institucionais; recursos tecnológicos, financeiros, de infraestrutura e naturais. O capítulo “Nossos Resultados” apresenta os principais resultados alcançados e os benefícios que esses resultados produziram para a sociedade brasileira.

Por fim, asseguro a integridade deste Relatório, elaborado com a participação das diversas áreas do BC, aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC), nos termos do Voto 103/2024–GRC, de 21 de março de 2024; e disponibilizado à sociedade e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Boa leitura!



Roberto Campos Neto
Presidente

The background of the slide features a dark blue color scheme. In the center, there is a faint, glowing globe. Overlaid on the globe and the background are several white, thin, curved lines that resemble a network or data flow. In the foreground, there are silhouettes of a group of people, likely professionals, standing and interacting. Some are wearing hard hats, suggesting a construction or industrial context. The overall aesthetic is modern and technological.

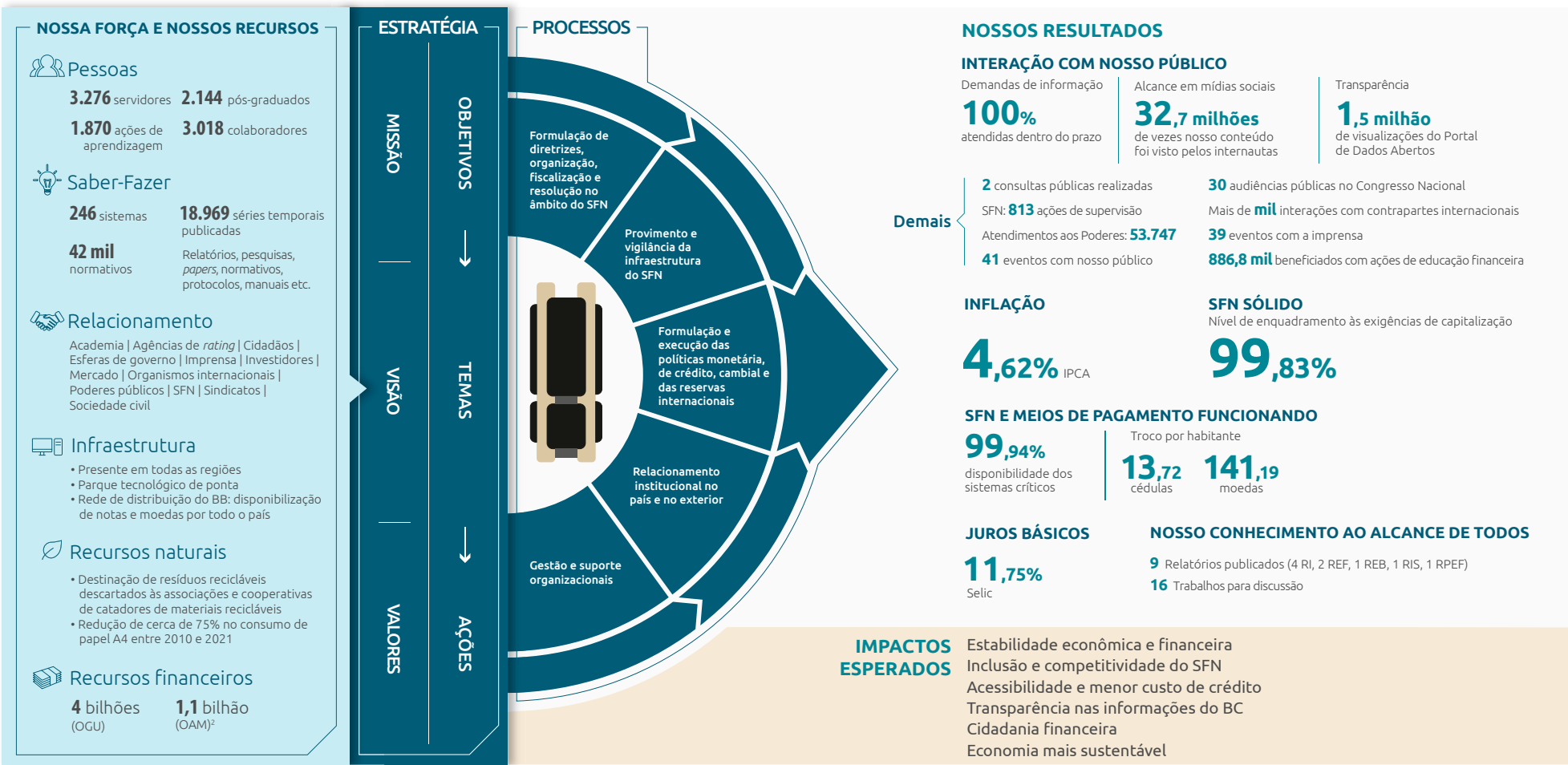
QUEM SOMOS

1 Modelo de negócios e contexto de atuação

O BC é uma autarquia federal de natureza especial e autônoma criada pela **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964**, com autonomia estabelecida pela **Lei Complementar 179, de 24 de fevereiro de 2021**. Sua missão é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

O modelo de negócios ilustra como o BC gera benefícios à sociedade. Ele apresenta informações resumidas sobre as pessoas que trabalham na instituição (servidores e colaboradores terceirizados), sobre os relacionamentos que cultiva, sobre os recursos de que dispõe, sobre os principais processos de trabalho, e sobre resultados quantitativos gerados. O modelo de negócios do BC é apresentado a seguir.

Nosso Modelo de Negócios¹



1 Saiba mais sobre nossa força, nossos recursos e nossos resultados nos capítulos seguintes, em que há um detalhamento maior para cada um dos números apresentados de maneira sumária nesta página.

2 Os **encargos primários** das operações de autoridade monetária realizados pelo BC em 2023 totalizaram R\$1.106,1 milhões.

Nos últimos anos, o mundo tem enfrentado uma série de desafios. A pandemia de covid-19 e recentes tensões geopolíticas têm gerado choques na economia mundial e produzido impactos relevantes sobre a população global. Um dos principais impactos foi o aumento do nível geral de preços. As políticas de suporte à economia implementadas a partir da pandemia contribuíram para aliviar os efeitos desses choques sobre as famílias e os negócios, mas geraram grandes e persistentes desequilíbrios entre a demanda de bens e de serviços, em um ambiente de oferta restrita, e de aumento da demanda por energia. Esses desequilíbrios, associados a rupturas nas cadeias de produção globais e a alterações no mercado de trabalho, levaram ao aumento da inflação global.

Em 2023, portanto, os bancos centrais continuaram implementando políticas monetárias restritivas para reduzir a inflação. Essas políticas, em conjunto com a normalização das cadeias globais de produção e a redução dos preços de energia, contribuíram para a diminuição dos índices de inflação global. No entanto, os núcleos de inflação permanecem resilientes e em nível elevado devido à difusão da inflação e a pressões subjacentes de setores com preços mais rígidos, como o de serviços, o que tem tornado a última etapa do processo de desinflação mais desafiadora.

Além disso, observa-se a continuidade da deterioração do cenário fiscal nas economias avançadas. Após o acentuado aumento da dívida pública que se seguiu aos estímulos promovidos durante a pandemia, nota-se, nesses países,

um crescente aumento da necessidade de recursos públicos para o atendimento de demandas relacionadas à transição climática e às políticas industriais, de defesa e sociais. A combinação de políticas fiscais expansionistas e o alto endividamento tem elevado as taxas de juros de prazos mais longos e reforçado o risco de manutenção de taxas de juros altas por mais tempo.

Nesse contexto, o ano de 2024 deve apresentar cenário externo desafiador para a economia internacional. Os bancos centrais das economias avançadas permanecem determinados a promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho, tensões geopolíticas, incidentes climáticos e pela fragmentação das cadeias de produção globais. Esses elementos representam riscos para o processo de desinflação. A manutenção de taxas de juros em patamares elevados em economias avançadas e a consequente elevação do serviço da dívida global, por sua vez, oferecem riscos de drenagem de liquidez do setor privado e de um efeito deslocamento no investimento das empresas. Além disso, o enxugamento de liquidez e o aperto das condições financeiras representam desafios para as economias emergentes.

No cenário doméstico, houve redução da inflação em 2023 como resultado dos efeitos defasados da política monetária restritiva iniciada tempestivamente pelo BC em março de 2021. Observou-se uma redução da inflação de 5,79% em 2022 para 4,62% em 2023. As expectativas de inflação

para 2024 e 2025 terminaram 2023 em 3,90% e 3,50%. Em junho de 2023, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu a meta para a inflação de 2026 em 3% e intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, mesmos valores que estavam definidos para 2024 e 2025. Com isso, houve a redução da incerteza sobre as metas para a inflação dos anos subsequentes e a reancoragem parcial das expectativas. O ganho de credibilidade produzido pela reunião contribuiu para reduzir as expectativas de inflação e para o BC iniciar o ciclo de flexibilização monetária a partir de agosto na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Apesar da melhora recente no quadro inflacionário, é importante ressaltar que as pressões inflacionárias na economia global ainda estarão presentes em 2024 e, por isso, é preciso que o BC permaneça vigilante e persista no controle da inflação, pois essa é a melhor forma de contribuir para o crescimento sustentável da economia.

O risco fiscal é um elemento relevante: temos o desafio de conciliar o atendimento das demandas sociais com a sustentabilidade fiscal. A aprovação do arcabouço fiscal teve um importante papel nesse sentido, buscando uma trajetória de sustentabilidade da dívida pública que permita acomodar choques econômicos, sem comprometer a consistência do orçamento. No entanto, é necessário perseverar no ajuste e no cumprimento das metas. A manutenção do compromisso fiscal e uma diminuição das incertezas acerca da estrutura tributária compatível com o novo arcabou-

ço fiscal contribuem para a reancoragem das expectativas de inflação e para um processo desinflacionário mais célere e com menor custo em termos de atividade.

Em relação à atividade econômica, a perspectiva para 2024 é de desaceleração do crescimento. As projeções de mercado apontam para um crescimento do PIB de 2,92% em 2023 e de 1,52% em 2024. Esses números refletem a desaceleração do ritmo de crescimento global e os impactos restritivos da política monetária doméstica. Embora existam algumas discussões sobre as razões para essa subestimação, isso pode indicar que o crescimento potencial no Brasil é, de fato, maior do que as estimativas atuais.

O cenário econômico para 2024 apresenta, portanto, elementos negativos e positivos. Entre os elementos negativos, destacam-se, além da perspectiva de desaceleração econômica, uma maior persistência das pressões inflacionárias globais e condições financeiras mais restritivas para os países emergentes. Entre os elementos que podem favorecer o crescimento, destaca-se o potencial do Brasil como produtor agrícola e de energia renovável. De fato, o Brasil pode contribuir para a segurança alimentar e energética global. Essa conjuntura demanda foco no equilíbrio fiscal e nas reformas estruturais para a promoção de um crescimento sustentável e inclusivo.

1.1 O QUE FOI IMPORTANTE EM 2023

O processo de definição do que é reportado neste RIG tem diversas fases e fontes. Ao longo do ano, as decisões da Diretoria Colegiada são acompanhadas por meio da análise de votos e comunicações. Além disso, as ações estratégicas do BC são monitoradas constantemente por meio da Agenda BC#. A partir desses insumos, os principais temas que foram importantes na atuação do BC são selecionados e priorizados de acordo com o potencial impacto na sociedade. Além disso, ao longo do ano, houve divulgação de ações importantes por meio das mídias sociais, com destaque para a [Live BC](#), em que foram apresentados os principais resultados de 2023.



Controle da inflação

Estabilidade do SFN



Democratização do SFN
Tecnologia
Valorização do BC e dos seus servidores
Governança e melhores práticas

#Competitividade

- Pix
- Open Finance
- Drex
- Sandbox regulatório
- Resiliência cibernética

#Transparência

- Cidadania digital
- Crédito rural
- Transparência da política monetária

#Sustentabilidade

- Responsabilidade socioambiental do BC
- Regulação e supervisão de riscos sociais, ambientais e climáticos no SFN

#Inclusão

- Cooperativismo de crédito
- Simplificação cambial

#Educação

- Aprender Valor
- Cidadania Financeira

#Excelência

- Modernização da carreira
- Fortalecimento institucional

2 Governança, estrutura e integridade

O BC é administrado por uma Diretoria Colegiada, formada por um Presidente e oito Diretores. Seus dirigentes são escolhidos pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Os mandatos do Presidente e dos Diretores do BC são de quatro anos, não coincidentes com o do Presidente da República. A cada ano, dois Diretores tomam posse de maneira que o começo dos mandatos dos membros da Diretoria ocorra de forma alternada. O Presidente e os Diretores do BC podem ser reconduzidos uma vez ao cargo.

O Presidente do BC representa a autarquia no país e no exterior ao se relacionar com instituições financeiras estrangeiras e organismos internacionais.



O Presidente e os Diretores do BC compõem os seguintes comitês deliberativos:

- » o **Comitê de Política Monetária** (Copom), que define a meta da taxa básica de juros da economia, a Taxa Selic, e divulga o Relatório de Inflação;
- » o **Comitê de Estabilidade Financeira** (Comef), que estabelece diretrizes para a manutenção da estabilidade financeira e a prevenção da materialização do risco sistêmico – ou seja, o risco de ocorrência de interrupção de serviços financeiros essenciais às famílias e às empresas – que prejudique significativamente a economia brasileira;
- » o **Comitê de Governança, Riscos e Controles** (GRC), que define diretrizes relativas à governança corporativa, à estratégia e à gestão de riscos e controles internos; e
- » o Comitê de Administração (Coad), que define diretrizes e estratégias relativas aos temas relevantes de administração interna, bem como adota medidas para a sistematização de práticas no âmbito do BC.

O **Coad** delibera e define diretrizes e estratégias relativas a:



gestão de
pessoas



organização

gestão de recursos
materiais



gestão contábil,
orçamentária e financeira



segurança
institucional



tecnologia da informação
e segurança cibernética



O **GRC** define diretrizes e
monitora atividades
relacionadas à:



governança
corporativa



gestão
estratégica



gestão de riscos e
controles internos

O **Comef** busca preservar a
estabilidade financeira e
mitigar o risco sistêmico.



* Caso verifique qualquer
indício de problema
que impacte o sistema,
o Comef determina estudos e
recomenda novas normas.



O comitê é vigilante
para garantir o “sono”
dos consumidores de
serviços financeiros,
dos investidores, dos
trabalhadores e das
empresas.



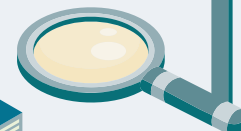
Informações
sobre a solidez e a
eficiência do SFN



Dados da
economia



Cenário
internacional



As unidades administrativas são subordinadas ao Presidente e aos Diretores e realizam as atividades intrínsecas a cada **área de competência**. O BC possui sede em Brasília e representações em nove capitais. O organograma está disponível [aqui](#).

As instâncias internas de apoio à governança são a Secretaria-Executiva, a Ouvidoria, a Auditoria Interna, a Procuradoria-Geral e a Corregedoria.

Secretaria-Executiva: secretaria as reuniões de colegiados de que participam o Presidente e os Diretores, inclusive o CMN; gerencia e mantém atualizada ferramenta de pesquisa sobre normativos do BC, promove a articulação das diversas áreas, o planejamento e a gestão estratégica, o gerenciamento de projetos e programas, o aprimoramento da governança corporativa e o acompanhamento do resultado institucional.

Ouvidoria: recebe reclamações, elogios e sugestões referentes aos serviços prestados pelo BC, além de denúncias contra servidores. Atua para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos; e zela pela transparência institucional.

Auditoria interna: busca, por meio de atuação objetiva e ações proativas de avaliação e consultoria, mapear e atenuar condições que poderiam prejudicar o cumprimento da missão institucional e o alcance dos objetivos estratégicos. Para tanto, foca seus trabalhos na avaliação e na melhoria

da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles. A atuação combinada da auditoria interna e da auditoria independente, contratada para aferir confiabilidade e transparência dos demonstrativos contábeis publicados, busca assegurar excelência na prestação de contas à sociedade.

Procuradoria-Geral: atua na defesa do BC e desempenha, internamente, as atividades de consultoria e assessoria de natureza jurídica. A Procuradoria-Geral acompanha também ações ajuizadas por servidores e funcionários de empresas terceirizadas contra o BC. Ao final de 2023, totalizavam-se 1.559 ações desse tipo.

Corregedoria: previne e apura possíveis irregularidades praticadas pelos servidores da carreira de especialista do BC e faz parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. A Corregedoria atua a partir de denúncias que lhe são encaminhadas ou quando identifica, em suas atividades rotineiras, possível ocorrência de infração disciplinar.

A estrutura de governança do BC é complementada por atores externos que contribuem, orientam e fiscalizam as práticas do BC. Tais atores são representados pela própria sociedade e por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O BC também compartilha experiências, adota as melhores práticas e segue recomendações de governança de vários organismos internacionais, com destaque para o Banco de

Compensações Internacionais (BIS), o Grupo dos 20 (G20), o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo de Ação Financeira (Gafi) e a *Network for Greening the Financial System* (NGFS).

Unidades correcionais

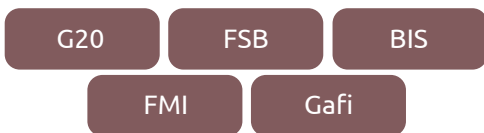
A Corregedoria e a Procuradoria-Geral são as unidades correcionais do BC. Elas analisam pedidos de servidores para autorização de exercício de atividade privada e consultas sobre a existência de conflito de interesses. A Corregedoria também atua em processos de responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública. Os dados referentes à atividade correcional desenvolvida pela Corregedoria e pela Procuradoria-Geral podem ser consultados no [sítio do BC](#).

Governança

Principais Atores Externos



Principais Organismos Internacionais



Principais Atores Internos



Gestão

Gestão Tática

Chefes e Chefes-Adjuntos
das Unidades

Gestão Operacional

Chefes de Subunidade e
Coordenadores

Presidente
Diretoria Colegiada
Comitês: Copom,
Comef, GRC e Coad

gestão estratégica

2.1 MODELO DE GOVERNANÇA

O modelo de governança do BC representa o desejável equilíbrio entre a conformidade e a performance por meio de seis pilares: autonomia, liderança, estratégia, *accountability*, integridade e transparência.

As práticas de governança do BC seguem as recomendações de órgãos federais de controle, códigos de governança e organismos internacionais, além de espelhar, na medida do possível, as melhores práticas de outros bancos centrais.

As diretrizes e ações relacionadas à governança encontram-se formalizadas de maneira descentralizada em diversos normativos e documentos internos, como Política de Governança da Informação, Política de Segurança da Informação, **Política de Transparência**, **Política de Auditoria Interna**, **Política de Gestão Integrada de Riscos (PGR-BC)**, **Política de Controles Internos da Gestão**, **Política de Conformidade**, **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI)** e o **Plano Estratégico Institucional (PEI-BC)**.

O modelo de governança específico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do BC é formado por um conjunto de estruturas, mecanismos e interfaces para os quais são mapeados papéis e responsabilidades.

A governança do BC é periodicamente avaliada pelo TCU por meio do Índice Integrado de Governança e Gestão públicas (iGG). Os valores obtidos **pelo BC** e demais órgãos públicos estão disponíveis no **sítio do TCU**.

Além dessa avaliação feita pelo TCU, o BC instituiu o seu próprio Índice de Governança (IgovBC), que busca avaliar o nível de maturidade da governança corporativa no BC aferindo de forma equânime os mecanismos de performance e de conformidade. As práticas que compõem o indicador foram extraídas de diversas fontes, como o questionário de governança do TCU, a Política de Governança da Administração Pública Federal e as legislações de outros bancos centrais.

O IgovBC faz parte do conjunto de 31 indicadores de gestão que o BC utiliza para monitorar o seu desempenho institucional. A sessão “Cadeia de valor e indicadores de gestão” deste Relatório traz mais informações.

a) Conformidade e Controles Internos da Gestão

O gerenciamento de conformidade tem por objetivo assegurar que as atividades executadas no BC sejam conduzidas de acordo com as obrigações aplicáveis à instituição, tais como normas, padrões e procedimentos. Esse proces-

so possibilita a gestão de um inventário de obrigações, a identificação de novas vulnerabilidades, o planejamento e o monitoramento de ações corretivas. Em 2023, o processo de revisão das avaliações de conformidade englobou, além da verificação da adesão a cerca de 1.600 normativos, também atividades específicas para avaliar a aderência a 15 políticas internas do BC.

No que diz respeito aos controles internos da gestão, em 2023, com o objetivo de fortalecer a gestão desse processo, a **Política de Controles Internos da Gestão do Banco Central do Brasil (PCIG-BC)** foi revista e publicada no sítio do BC na internet. O processo de gerenciamento dos controles internos da gestão também prevê o planejamento e monitoramento de ações de melhoria de controles e tem como insumos os riscos e as obrigações identificados e avaliados institucionalmente como críticos no âmbito dos processos de gestão de riscos corporativos e de gerenciamento de conformidade.

2.2 INTEGRIDADE

Elevados padrões de conduta e de promoção da integridade fazem parte do dia a dia do BC. Eles se materializam em ações como o **Programa de Integridade**, a adoção de **código de conduta** próprio, a promoção de ações referentes à transparência ativa e ao acesso à informação. Também podem ser citadas as ações de tratamento de denúncias, a adoção de procedimentos de responsabilização e de práticas de integridade no âmbito dos processos de licitação e contratação.

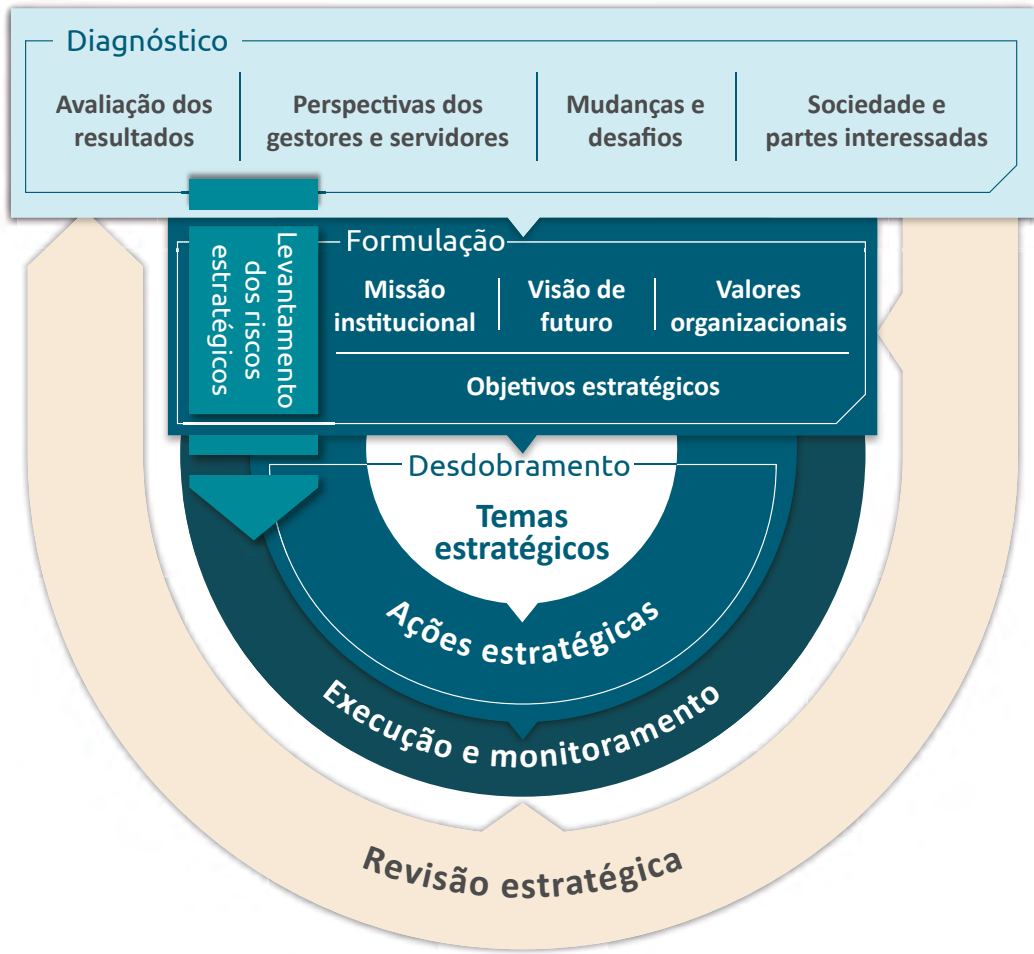
O Programa de Integridade do BC, lançado em 2018, apresenta um conjunto estruturado de medidas voltadas para a adesão a valores, princípios e normas de condutas éticas e disciplinares. Além disso, reúne medidas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes. O Programa de Integridade possui três pilares: os princípios, as diretrizes e o **Plano de Integridade**.

O Plano de Integridade do biênio 2022-2023 finalizou seu ciclo com o registro total de 36 ações, das quais quatro decorreram da autoavaliação do BC no âmbito do E-Prevenção, um sistema de avaliação de boas práticas de prevenção à corrupção e de implementação de melhores condutas. Dentre as ações do Plano de Integridade que foram concluídas em 2023, destacam-se: criação de conteúdo relativo a conflito de interesses e sua divulgação na página do BC na internet; atualização do Relatório de Riscos para Integridade; implementação de Painel de Indicadores de Integridade; realização de Pesquisa de Transparência 2023.

Dando continuidade ao tema dentro do BC, o Plano de Integridade do biênio 2024-2025 encontra-se em elaboração e será publicado no primeiro semestre de 2024.

3 Plano Estratégico Institucional

O planejamento estratégico do BC estabelece foco para sua atuação. Os ciclos de planejamento percorrem as etapas ilustradas a seguir.



O BC executa e monitora atualmente o Plano Estratégico Institucional (**PEI-BC**) formulado inicialmente para o período de 2020 a 2023. As ações estratégicas são acompanhadas mensalmente e os respectivos resultados são monitorados trimestralmente. Em 2023, foi aprovado o Voto 128/2023-BCB, de 16 de agosto de 2023, que estendeu a duração do ciclo estratégico para 2025, permitindo o alinhamento do PEI-BC com o mandato da presidência do BC, que é de quatro anos não coincidentes com o mandato da presidência da República.

Cada ação do PEI-BC possui marcos de acompanhamento que asseguram a execução no ritmo e nos prazos estabelecidos. Periodicamente, o GRC se reúne para avaliação das ações estratégicas e identificação da necessidade de planejamento de novas ações. Em 2023, ações foram concluídas, incluídas e outras foram ajustadas ou tiveram seus planos de execução atualizados.

Mapa estratégico 2020-2025

MISSÃO INSTITUCIONAL

Garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido pela promoção da **INCLUSÃO**, **TRANSPARÊNCIA**, **SUSTENTABILIDADE** e **COMPETITIVIDADE** no Sistema Financeiro e pelo estímulo à **EDUCAÇÃO** financeira do cidadão.

VALORES ORGANIZACIONAIS

- ★ Excelência
- ★ Cooperação
- ★ Integridade
- ★ Foco em resultados
- ★ Abertura para mudanças
- ★ Responsabilidade socioambiental

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ▶ Cumprir as metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem prejuízo da estabilidade de preços, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.
- ▶ Manter a estabilidade financeira nacional.
- ▶ Facilitar o acesso aos mercados financeiros.
- ▶ Melhorar a transparência, a qualidade e o fluxo das informações de mercado e do Banco Central.
- ▶ Incentivar a concorrência nos Sistemas Financeiro e de Pagamentos.
- ▶ Estimular a poupança e a participação consciente no mercado.
- ▶ Promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos socioambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro.
- ▶ Aprimorar o Banco Central por meio de inovações, tecnologia, uso eficiente de recursos e alinhamento às melhores práticas internacionais.

TEMAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Conjunto de projetos corporativos, iniciativas e processos prioritários acompanhados pela Diretoria Colegiada.

3.1 CADEIA DE VALOR E INDICADORES DE GESTÃO

A **cadeia de valor** do BC procura abranger todos os processos de trabalho realizados para cumprir sua missão institucional. Esse é um instrumento de gestão que explicita o fluxo de agregação de valor, ou seja, mostra que os resulta-

dos de um trabalho são insumos para outros trabalhos até a entrega do produto ou serviço à sociedade. Essas grandes entregas feitas à sociedade são chamadas macroprodutos do BC.

Os processos do BC estão agrupados em diferentes níveis de acordo com a abrangência deles. Os processos de 1º nível permitem uma ampla visão do que o BC faz. A figura a seguir ilustra os cinco macroprodutos do BC e os processos de 1º nível relacionados.

Macroprodutos e processos de 1º nível



Os resultados associados aos macroprodutos do BC são monitorados por meio de 31 indicadores de gestão.

A adoção de indicadores para apuração dos resultados institucionais está aderente às melhores práticas de governança corporativa, inclusive de bancos centrais, às recomendações e às orientações para prestação de contas aos órgãos federais de controle. O GRC monitora periodicamente a evolução desses indicadores.

Anualmente, esse conjunto de indicadores é revisado para refletir as mudanças estratégicas na atuação do BC e a representação equilibrada em relação à cadeia de valor.

No ano de 2023, o BC contou com um conjunto de 31 indicadores de gestão, sendo:

- » cinco distribuídos por temas relacionados à política econômica e política monetária;
- » nove relacionados a temas como fiscalização e regulação do SFN, também organização, autorização e resolução do SFN;
- » cinco mensuram temas estruturais, como meio circulante, tecnologia da informação, disponibilidade de estrutura para política monetária;

- » seis distribuídos por temas de comunicação, transparência, cidadania e relacionamento institucional do BC; e

- » seis atuam em áreas administrativas, como governança, riscos, recursos humanos e procuradoria.

Foram realizadas alterações pontuais em quatro indicadores já existentes. Foram iniciados dois novos indicadores: “Seguidores”, com o objetivo de medir a quantidade de inscritos nos perfis institucionais do BC; e “Percentual de pleitos de autorização sem perda de prazo legal ou normativo”, com o objetivo de apurar o percentual de processos de autorização em que não houve perda do prazo legal.

Também em 2023, o BC trabalhou na revisão do conjunto de indicadores de gestão que serão monitorados em 2024. Foram propostas modificações em quatro deles, sendo dois novos com finalidades importantes. O primeiro medirá a intensidade do uso dos meios de pagamento digitais de varejo pelos brasileiros, pois a maior digitalização dos meios de pagamento significa mais inclusão financeira e maior eficiência na prestação de serviços financeiros à população. O segundo estimará a variação do clima organizacional do BC, que tem impacto direto na capacidade de disponibilizar produtos e serviços de qualidade aos cidadãos brasileiros.

Estabilidade do Poder de Compra da Moeda



Meta para inflação, medida pelo IPCA

Índice de Consecução da Taxa Selic

Aprimoramento dos modelos de projeção econômica

Produtividade e qualidade dos estudos e pesquisas

Rompimentos de limites operacionais (*guidelines*) na gestão dos investimentos das reservas internacionais

SFN Sólido e Eficiente



Enquadramento às exigências de capitalização das instituições do SFN

Prazo médio de decisão de processo administrativo sancionador

Prazo médio de análise de atos de concentração

Percentual de pleitos de autorização sem perda de prazo normativo

Execução das ações de supervisão do BC:

- de supervisão bancária;
- de supervisão de cooperativas e de instituições não bancárias;
- de gestão estratégica e supervisão especializada;
- de supervisão de conduta; e
- de controle das operações do crédito rural e Proagro

Infraestruturas do Mercado Financeiro



Disponibilidade média dos serviços críticos de TIC

Disponibilidade do Selic

Troco por habitante em cédulas

Troco por habitante em moedas

Divulgação da Ptax

Relacionamento Institucional



Tempestividade no atendimento à sociedade

Tempestividade e qualidade no atendimento aos poderes públicos

Alcance das ações de cidadania financeira do BC

Impressões

Seguidores

Transparência – Visualização do portal de dados abertos

Gestão e Suporte do BC



Governança do BC (iGovBC)

Desempenho da gestão de riscos

Efetividade da força de trabalho

Capacidade em gestão de pessoas

Satisfação do BC em relação à atuação consultiva prestada por sua Procuradoria-Geral

Percentual de êxito em processos judiciais



Indicadores de gestão



No site do BC, é possível consultar os seus indicadores de gestão.

3.2 PLANO PLURIANUAL (PPA)

a) Relação entre a estratégia do BC e o PPA 2020-2023

O PEI-BC esteve alinhado ao **Plano Plurianual (PPA) 2020-2023** e o BC participou diretamente deste por meio do programa finalístico “**4003 – Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira**”. O objetivo desse programa refletiu o núcleo da missão do BC ao contribuir para a estabilidade do poder de compra da moeda e para um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, colaborando para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

b) Participação no PPA 2024-2027

O BC participou ativamente da elaboração do **PPA 2024-2027** coordenada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). No ciclo 2024-2027, o BC será responsável pelo programa Sistema Financeiro do Futuro, que tem por objetivo geral “Fomentar a eficiência e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, contribuindo para a maior inclusão financeira de cidadãos e de empresas e para o incentivo às finanças sustentáveis”.

O programa Sistema Financeiro do Futuro abrange três objetivos específicos:

- » promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos;

- » aprimorar a resiliência operacional do SFN, promovendo ações para fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas; e
- » ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, história dos instrumentos de pagamentos, conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

O PEI-BC vigente está alinhado ao PPA 2024-2027.

3.3 A ESTRATÉGIA DO BC E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O BC contribui para o alcance de nove dos 17 ODS da **Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)**, que envolvem temáticas como crescimento econômico inclusivo, erradicação da pobreza, redução das desigualdades, padrões sustentáveis de produção e de consumo. Nosso compromisso com a Agenda 2030 está explicitado no **PEI-BC**, em sua visão de futuro e no objetivo estratégico de “Promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos socioambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro”.

Por exemplo, alinhado ao ODS 17, o *Bureau* de Crédito Rural foi desenvolvido no âmbito da dimensão de **Sustentabilidade da Agenda BC#** e **trouxe maior rigor à conformidade ambiental** dos empreendimentos na concessão desse tipo de crédito.

O **Pix** é ação do BC que colabora com o ODS 8 e a expansão do acesso aos serviços bancários e financeiros para todos. Existem mais de 523 milhões de chaves Pix ativas e, desde o seu lançamento, 130 milhões de pessoas e 11 milhões de empresas já usaram esse meio de pagamento. Dessas, 64 milhões de pessoas que, até então, não usavam a Transferência Eletrônica Disponível (TED) hoje fazem transações financeiras variadas com o Pix, o que o evidencia como um vetor para a inclusão financeira.

O Programa **Aprender Valor**, por sua vez, contribui para o ODS 4 e divulgou os resultados da avaliação de impacto, que apontaram evolução mais expressiva no letramento financeiro dos estudantes das escolas mais engajadas.

Exemplos de iniciativas do BC que contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Educação de qualidade

Meta: até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive **competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.**



Trabalho decente e crescimento econômico

Meta: fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do **acesso aos serviços bancários, financeiros** e de seguros para todos.



Para acessar a página da ONU sobre ODS, [clique aqui](#).



Para acessar a página brasileira da Plataforma Agenda 2030, [clique aqui](#).

4 Riscos, oportunidades e perspectivas

O BC possui uma estrutura de gestão de riscos corporativos robusta e bem estabelecida com modelos baseados nas melhores práticas internacionais. A gestão de riscos do BC adota uma abordagem integrada que busca avaliar a exposição da instituição de forma abrangente, considerando não só os diferentes tipos de riscos incorridos, mas também a interação entre eles. As informações geradas a partir da gestão de riscos servem de apoio à tomada de decisão e buscam o fortalecimento da defesa dos processos da organização, ao identificar, avaliar, controlar e mitigar a possibilidade de perdas. Consulte [aqui](#) a PGR-BC.

A gestão de riscos no BC funciona em duas frentes: riscos financeiros e organizacionais.

A gestão dos riscos financeiros utiliza modelos quantitativos que focam nos ativos e nos passivos que compõem o balanço do BC e engloba os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. O risco de mercado é o risco de ocorrerem perdas financeiras em função da variação dos preços de mercado que afetam as contas do balanço. O risco de liquidez corresponde ao risco de não se poder vender um ativo ou fechar uma posição no momento desejado sem custos significativos. Já o risco de crédito é o risco associado à inadimplência de uma contraparte do BC.

A gestão dos riscos organizacionais refere-se aos riscos estratégicos e aos riscos operacionais. Os riscos estratégicos correspondem à mensuração da incerteza relativa aos potenciais eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento da missão institucional do BC ou o alcance de seus objetivos estratégicos. Já os riscos operacionais se referem a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados.

Principais riscos estratégicos

Inflação acima da meta



Risco cibernético



Falha na coordenação das
ações em resposta aos
riscos climáticos



Redução significativa do
quadro de pessoal do BC



Ações para mitigação dos riscos

Comunicação clara e transparente
aliada a aperfeiçoamento e ampliação
do arcabouço de análise e de projeções
que subsidiam o Copom



Programa de Aprimoramento da
Resiliência Cibernética do SFN e do SPB



Melhora na regulação e divulgação de informações pelas
instituições financeiras, aprimorando a supervisão dos
riscos sociais, ambientais e climáticos para direcionar o
foco do SFN. Além disso, o BC ingressou na NGFS



Concurso para 100 novos servidores
previsto para 2024, além de melhoria
na governança interna de alocação
de recursos



Um dos principais riscos estratégicos enfrentados ao longo de 2023 foi o de inflação acima da meta estipulada pelo CMN. Esse risco pode ser afetado por fatores conjunturais, como depreciação significativa do câmbio, choques abruptos em grandes economias globais ou choques adversos nos custos de geração de energia. O ambiente externo se mostrou mais incerto em 2023, impactado pelo comportamento das taxas de juros de longo prazo dos Estados Unidos e pela perspectiva de crescimento na China e desafios geopolíticos, todos exigindo maior atenção por parte de países emergentes. No cenário doméstico, a atividade econômica, o mercado de trabalho, a situação fiscal do setor público e o mercado de crédito são fatores acompanhados permanentemente.

O BC entende que uma comunicação clara e transparente é fundamental para que a política monetária atinja seus objetivos de maneira eficiente e mantenha a inflação na meta estipulada ao menor custo possível para a sociedade. Assim, o BC publica regularmente avaliações sobre os fatores econômicos que determinam a trajetória da inflação bem como os riscos potenciais a ela.

Além disso, o BC tem atuado no aperfeiçoamento e na ampliação do arcabouço de análise e de projeções que subsidia as decisões de política monetária. Dessa forma, modelos de projeções e avaliações, novos indicadores de conjuntura econômica e atualização e aprimoramento de ferramentas se somam no esforço de informações que apoiem as decisões relacionadas à política monetária.

Mais informações sobre o tema estão disponíveis no capítulo Nossos Resultados, seção Estabilidade do poder de compra da moeda.

Outro risco estratégico é o de redução significativa do quadro de pessoal do BC, que apresenta atualmente servidores em número reduzido em comparação com um passado recente (3.276 servidores ativos). Essa redução de 25,2% dos servidores em relação a 2012 (4.379 servidores ativos) apresenta desafios na gestão dos processos internos e nos projetos de inovação apontados na Agenda BC#.

Além disso, a redução do quadro de pessoal traz riscos relacionados à redução de produtividade por deterioração do clima organizacional; dificuldades na preparação de sucessores para as posições importantes no BC; perda de conhecimento em função da prolongada ausência de renovação no quadro de pessoal; e possível perda de talentos para a iniciativa privada e outros órgãos da administração pública.

Uma mitigação parcial desses riscos foi a autorização do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para a realização de concurso público. Adicionalmente, somam-se esforços para a priorização de processos para governança de alocação de recursos e força de trabalho. Mais detalhes são apresentados nos capítulos “Nossa Força e Nossos Recursos” e “Nossos Resultados”, seção “Agenda BC#”, dimensão “Excelência”, deste Relatório.

Em 2023, destacou-se ainda a consideração do risco de ataques cibernéticos ao SFN, dada a possibilidade de vazamento de informação confidencial ou outros tipos de danos, como financeiros, em sistemas. Um incidente cibernético com relevância sistêmica no SFN pode degradar a percepção de confiança da sociedade no funcionamento do sistema.

Uma medida mitigadora em implementação para esse risco é o Programa de Aprimoramento da Resiliência Cibernética (PARC) do SFN e do SPB, que tem como principais entregas uma visão consolidada do risco cibernético e do risco de fraudes; proposta de controles mínimos de segurança cibernética; e proposta de plano setorial de gestão de incidentes cibernéticos. Adicionalmente, a comunicação sobre atividades maliciosas, treinamento sobre ameaças cibernéticas e aquisição de novas ferramentas de segurança são temas cada vez mais importantes. Nesse sentido, há divulgação de informes, procedimentos e ações de segurança com foco nos servidores e colaboradores do BC no sentido de mitigar o risco de furto de informações por engenharia social e de possíveis ataques cibernéticos. Mais informações sobre a atuação do BC na mitigação desses riscos estão disponíveis no capítulo “Nossa Força e Nossos Recursos” a seguir.

Há, por fim, necessidade de coordenação das ações em resposta aos riscos climáticos, sociais e ambientais para a economia brasileira. Possíveis consequências na materialização desses riscos são incertezas relacionadas ao

cumprimento de padrões e acordos sobre o clima entre os países que, por sua vez, podem impactar fluxo de investimentos para o Brasil.

Para enfrentamento desse risco, o BC incorporou na Agenda BC# a dimensão Sustentabilidade. Seu principal objetivo em relação ao tema é promover transparência e efetividade nas ações dentro do seu âmbito de atuação, facilitar a coordenação entre agentes econômicos e mitigar os riscos no atingimento da missão da instituição. Dessa forma, o aprimoramento da regulação, da divulgação de informações por instituições financeiras, e do processo de supervisão dos riscos sociais, ambientais e climáticos são importantes pontos de atenção do BC. Mais resultados a partir desses esforços podem ser consultados na seção Agenda BC#, dimensão Sustentabilidade.

Além do gerenciamento de riscos estratégicos, o gerenciamento de riscos organizacionais abrange o gerenciamento dos riscos operacionais, realizado em todos os níveis e unidades do BC de forma integrada. A gestão desses riscos envolve, entre outros aspectos, a identificação e a avaliação de eventos capazes de afetar a entrega de macroprodutos para a sociedade e o alcance dos objetivos do BC. A administração dessas ameaças é necessária para mantê-las em grau compatível com o apetite por risco conservador do BC. O resultado da avaliação integrada dos riscos é consolidado em uma matriz a partir da qual os gestores do processo devem antecipar a resposta apropriada a cada ris-

co identificado. A exposição a riscos operacionais do BC é classificada como baixa, no entanto houve um incremento nessa exposição ao longo de 2023 devido a limitações de recursos humanos com consequente deterioração de alguns controles.

Adicionalmente, a Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) provê a estrutura da resiliência organizacional, pois identifica e planeja o que é necessário fazer para que o BC continue cumprindo suas obrigações caso ocorra um evento grave que interrompa suas operações. Em termos práticos, essa gestão define os planos de resposta em caso de interrupção dos processos considerados críticos.

Em 2023, destaca-se a retomada de exercícios e testes de Planos de Continuidade de Negócios (PCN) cuja execução periódica havia sido impactada pela pandemia nos últimos anos. Essas atividades envolveram tanto as unidades do BC quanto a alta administração. Em conjunto com a revisão contínua e a expansão da implantação da GCN nos departamentos, essas ações contribuíram para o aumento da resiliência operacional do BC em resposta a eventos disruptivos.

O BC adota o modelo das três linhas na estrutura geral de riscos e de controles da organização, em que cada uma executa controles e verificações com finalidades específicas. Mais informações sobre gestão de riscos do BC podem ser acessadas em seu [sítio na internet](#).

1ª Linha: Donos ou Gestores dos Riscos

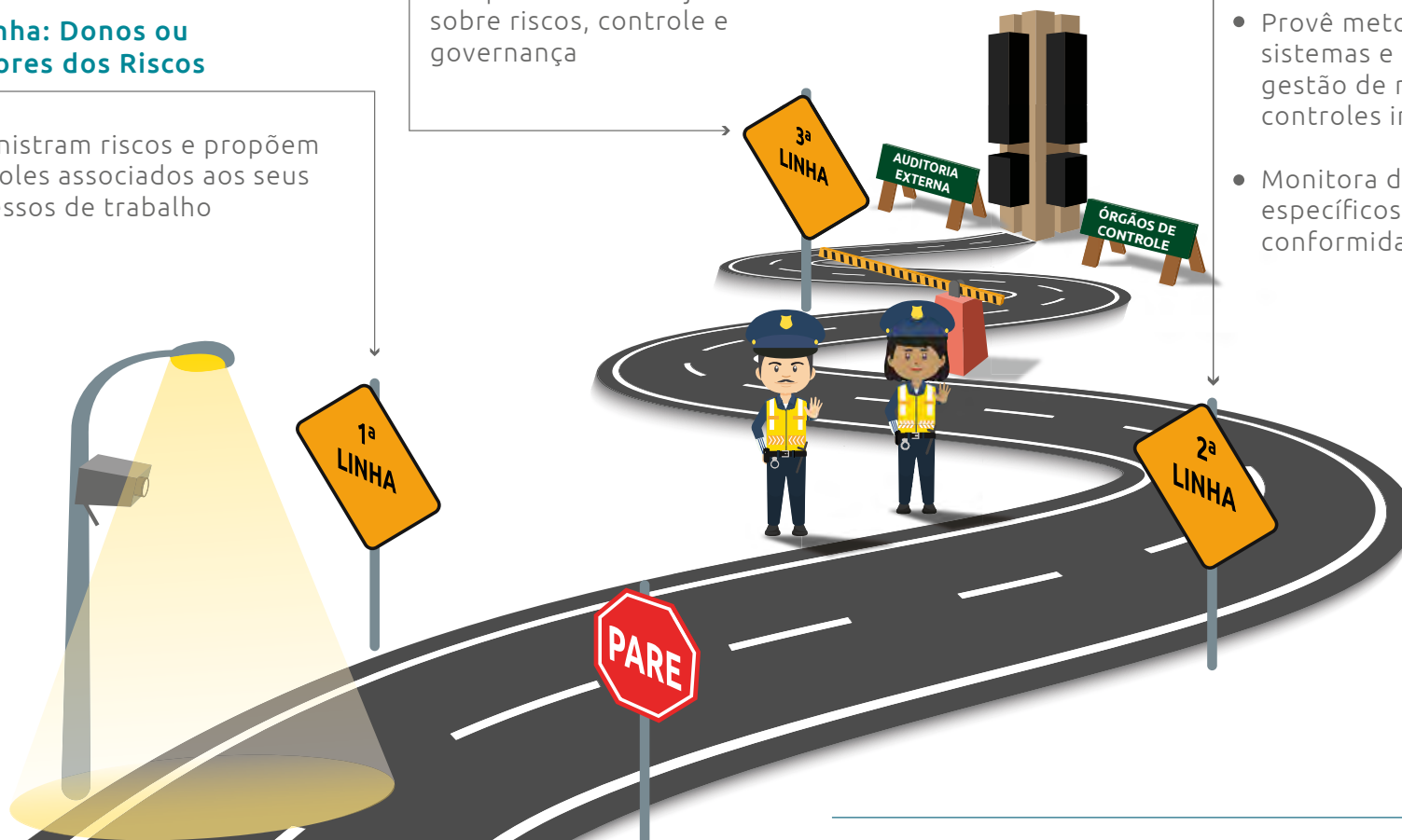
Administram riscos e propõem controles associados aos seus processos de trabalho

3ª Linha: Auditoria Interna

Avaliação e consultoria independentes e objetivas sobre riscos, controle e governança

2ª Linha: Avaliação de Riscos, Conformidade e Controles Internos

- Avalia, consolida e reporta riscos corporativos ao GRC
- Provê metodologias uniformes, sistemas e apoio técnico para gestão de riscos, conformidade e controles internos
- Monitora diversos riscos específicos, como financeiro e de conformidade legal



A man and a woman are in a server room. The man, on the left, has a beard and is wearing a grey sweater over a light blue shirt. The woman, on the right, is wearing a white shirt and a blue lanyard. They are both looking at a laptop held by the woman. The woman is pointing her right index finger towards a server rack on the right side of the frame. The server racks are filled with equipment and have many small lights. The background is slightly blurred, showing more server racks and the structure of the room. The overall lighting is dim, with a greenish tint.

NOSSA **FORÇA** E
NOSSOS **RECURSOS**

Durante o ano de 2023, o BC deu continuidade à gestão de seus recursos e forças, em especial seus recursos financeiros e sua força de trabalho, buscando ser eficiente e atender às demandas para cumprimento de sua missão institucional.

Inicialmente, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 aprovou o valor de R\$316,3 milhões para o orçamento discricionário do BC, excluídos os valores aprovados para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). No entanto, por se mostrar insuficiente para o atendimento de despesas essenciais desta autarquia, após diversas tratativas com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), o orçamento do BC foi suplementado e finalizou o exercício de 2023 com o montante de R\$338,2 milhões.

Esse incremento foi fundamental para a manutenção dos níveis de serviços e de investimentos em áreas e iniciativas estratégicas, em especial para garantir a infraestrutura tecnológica necessária para suportar as operações advindas da agenda de inovação do SFN, como o Pix, que tem permitido maior eficiência dos meios de pagamento e a inclusão bancária da população de menor renda. Também foi relevante assegurar recursos para o desenvolvimento de outras ações da agenda tecnológica do BC, tais como o desenvolvimento do Drex e a evolução do Open Finance.

Nos últimos anos, o BC tem observado diminuição no número de servidores ativos, devido a aposentadorias e exonerações, sem reposição por meio de concursos públicos. O último concurso do BC ocorreu em 2013. Após reiteradas

solicitações ao Governo Federal ao longo dos últimos anos, em 2023, o BC foi autorizado a realizar concurso. O certame será realizado em 2024 e a entrada dos novos servidores será em 2025. Contudo, o quantitativo de vagas autorizadas é insuficiente, uma vez que o BC enfrenta o desafio de gestão da força de trabalho e oferece atenção especial para a manutenção e o fortalecimento de equipes gestoras de projetos prioritários.

Assim como no exercício anterior, em 2023, além dos esforços para recompor seu quadro de pessoal, o BC continuou alinhado com servidores e entidades representativas dos servidores, interagindo com o Governo Federal em busca de manter o BC como uma instituição atrativa para profissionais de excelência. Tais esforços se refletiram na criação da dimensão Excelência na Agenda BC#, conforme apresentado no capítulo de “Nossos Resultados”, mais adiante.

Tendo em vista o quadro orçamentário e de recursos humanos descrito, o maior desafio no ano de 2023 foi manter o nível de resultados observados nos exercícios passados, em especial a incorporação de inovações tecnológicas nas áreas de negócio do BC para sustentar o sistema financeiro do futuro, tais como o Pix, Drex e Open Finance.

O BC investiu na modernização de seus processos e em estudos de uso de inovações tecnológicas, como a inteligência artificial, para aumentar o valor de suas entregas. Em 2023, no contexto da iniciativa Start (Aceleradora de Inovações do BC), foi concluído o projeto PAP Ideal, que permitiu

aperfeiçoar a metodologia de projeção de séries temporais para o Programa Anual de Produção de moedas e cédulas pelo BC. A melhoria do prognóstico para a necessidade de produção de moeda resulta em substancial economia financeira para o BC e, consequentemente, para a sociedade.

O relacionamento do BC com a sociedade é realizado diretamente por meio do atendimento ao cidadão, da prestação de serviços aos usuários e das ações de cidadania financeira. Há também o atendimento à imprensa e a atuação do BC, com foco no cidadão, junto a entidades supervisionadas. Além disso, o BC contribui com os entes federativos e os poderes públicos; participa em organismos internacionais; interage com investidores internacionais de portfólio; desenvolve cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras. O BC também busca trocar conhecimento com a academia e o mercado, além de disponibilizar inúmeras informações por meio de seu [sítio na internet](#) e do [Portal de Dados Abertos do BC](#).

O BC disponibiliza canais que permitem ao cidadão participar com sugestões para melhorar a oferta de soluções em prol da sociedade. Consultas públicas, seminários e eventos com participação do público externo são exemplos de esforços do BC para oferecer produtos e serviços que atendam às necessidades da população.

Estimular a educação financeira é o objetivo de uma das dimensões da Agenda BC#, além de ser parte da visão de futuro do BC. Por isso, em 2023, foram realizadas 45 palestras de educação financeira, incluindo as relativas ao [Programa Aprender Valor](#) (que leva educação financeira aos estudantes de escolas públicas de ensino fundamental), que alcançaram um público de 7,8 mil pessoas.

No [ambiente virtual](#), estão disponibilizados os cursos de Gestão de Finanças Pessoais e Formação de Multiplicadores da Série “Eu e Meu Dinheiro”, que alcançou 7,3 mil concluintes em 2023. Mais de 1,1 mil professores e gestores participantes do Programa Aprender Valor concluíram as formações disponíveis na plataforma do programa. A página de Cidadania Financeira do BC foi acessada por 424 mil pessoas. Houve 148,7 mil visualizações dos vídeos disponibilizados pelo BC no YouTube, como o “É da Sua Conta”, a série “Eu e Meu Dinheiro” e vídeos do Programa Aprender Valor.

O BC promove, ainda, diversas ações de educação financeira com a colaboração das instituições financeiras. Segundo levantamento mais recente, feito em 2023, entre as instituições mapeadas (36 bancos, 11 instituições de pagamento e cinco financeiras), 100% promovem ações de educação financeira. Já entre as cooperativas de crédito, esse percentual chega a 86% de 619 mapeadas em 2021.

O BC mantém relacionamento constante com a imprensa. Em 2023, foram realizados 4.604 atendimentos a jornalistas e 321 publicações, entre notas à imprensa, avisos de pauta, discursos e apresentações. Porta-vozes da instituição concederam entrevistas e participaram em eventos. Esse relacionamento se dá também por meio do acompanhamento de entrevistas e da participação de porta-vozes da instituição em eventos.

O BC é um dos principais provedores de dados e informações em transparência ativa, sendo o órgão do Poder Executivo Federal que mais disponibiliza dados em formato aberto à sociedade. Em 31 de dezembro de 2023, o BC disponibilizava, no Portal Brasileiro de Dados Abertos, 4.019 conjuntos de dados sobre os quais não recai restrição legal de acesso, o que representava 31,9% do total de conjuntos de dados constantes no Portal, em grande parte com o uso de Interfaces de Programação de Aplicação (APIs) associados, prontos para a elaboração de novos serviços à sociedade por meio de aplicativos. Em 2023, o Portal de Dados Abertos do BC teve 1.515.942 visualizações, um aumento de 8,2% em relação a 2022.

Dados abertos são aqueles acessíveis ao público e que podem ser livremente utilizados por máquinas, permitindo o controle social, o desenvolvimento tecnológico, o aprimoramento da transparência pública e a inovação de diversos setores da sociedade.

O BC contribui com quase um terço do conjunto de dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

A Interface de Programação de Aplicação (API) é um mecanismo que permite que dois computadores ou sistemas troquem dados ou informações entre si diretamente.

Em maio de 2023, foi editado o novo **Plano de Dados Abertos do BC**, cuja vigência irá até abril de 2025, com destaque para: o cronograma de abertura de bases de dados até 2025; o inventário de bases de dados do BC; as ações de divulgação das bases mais acessadas e das novas bases de dados disponibilizadas no **Portal de Dados Abertos**; e a consulta pública, por meio da **Pesquisa de Transparência de 2023**, sobre o interesse público pela disponibilização de informações e dados produzidos pelo BC.

Ao longo do ano, o BC continuou zelando pela excelência em seus serviços de atendimento ao cidadão. Em 2023, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do governo federal (Fala.BR), conectada ao sistema interno para tratamento de demandas de ouvidoria (R2D2), foram recebidas 19.583 manifestações de Ouvidoria e 2.733 demandas com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). A **página da Ouvidoria** no sítio do BC disponibiliza relatórios anuais da ouvidoria e de tratamento de pedidos de informação ao amparo da LAI.

O BC disponibiliza o **Registrato**, ferramenta por meio da qual os cidadãos consultam suas informações financeiras pessoais de forma rápida, simples e segura, sem a necessidade de atendimento humano. O Registrato pode ser acessado na página **Meu BC** no sítio do BC. Em 2023, o número de relatórios emitidos pelos usuários foi de mais de 21,5 milhões, representando um acréscimo de 64% em relação a 2022.

ATENDIMENTO NOS
CANAIS OFICIAIS

940 mil

MUSEU DE VALORES –
CONTEÚDO ON-LINE45,6 mil
acessos

CONSULTAS PÚBLICAS



2

EVENTOS NO
CONGRESSO NACIONAL

30

CIDADANIA FINANCEIRA



45

palestras alcançando
mais de 7,8 mil pessoas

9

acordos de cooperação
técnica para promoção
da cidadania financeira

8,5 mil

pessoas participaram de
cursos e oficinas

Mais de

148 mil

acessos às séries de
vídeos

424 mil

pessoas acessaram
os conteúdos da página
de cidadania financeira
e do programa
Aprender ValorEVENTOS PARA
A IMPRENSA

4

apresentações do
Relatório de Inflação

39

coletivas

229

notas para a imprensa

4.604

atendimentos aos
profissionais de imprensaEVENTOS COM
PARTICIPAÇÃO EXTERNA

41

AÇÕES DE SUPERVISÃO

813

ações concluídas

REDES SOCIAIS

4.834

publicações sobre Pix,
cédula de 200 reais,
Sandbox, Open Banking,
educação financeira e
informações para o
mercado e para a sociedade

32,7 milhões

de alcances de conteúdo do
BC no X (ex-Twitter),
LinkedIn, Facebook,
Instagram e YouTube.

REGISTRATO

mais de

21,5 milhões

de demandas por
relatórios atendidas8,4 milhões de relatórios
sobre empréstimos e
financiamentos4,2 milhões de relatórios
sobre contas e
relacionamentos com bancos

O BC também está presente em mídias sociais e faz uso desses recursos para divulgar conteúdos informativos em formatos acessíveis e populares. A linguagem é simples e direta, e as informações podem ser acessadas pelos perfis do BC no **Instagram, LinkedIn, Facebook, Telegram, YouTube** e X (ex-**Twitter**). Em 2023, o BC ampliou sua presença nas mídias sociais, entrando em duas novas redes, o **TikTok** e o **Threads**, e inaugurando seu canal público no **WhatsApp**. Somando todos os seus perfis, o BC chegou a 1.979.555 seguidores, um incremento de 27,61% em relação a 2022, e seu conteúdo alcançou 32.687.311 pessoas, totalizando mais de 84 milhões de impressões – que é a medida da quantidade de exibições dos conteúdos aos usuários.

1.1 ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS

A **Carta de Serviços do BC** contempla informações sobre todos os serviços oferecidos ao cidadão, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos de padrão de qualidade de atendimento ao público. Os canais de comunicação mantidos pelo BC, bem como sua governança, fortalecem a transparência e a credibilidade de suas ações. Permitem, ainda, a identificação das necessidades de seu público-alvo e o estabelecimento de um plano de ação correspondente.

Os canais de atendimento do BC mais utilizados pelo cidadão são o Fale Conosco, para registro de demandas pela internet; e o telefone 145, serviço disponível em dias úteis, das 8h às 20h. O Din, lançado em 2019, é o assistente virtual do BC. Ele responde dúvidas frequentes sobre os relató-

rios do Registrato e sobre o Sistema de SVR; auxilia a calcular os juros do empréstimo ou o tempo necessário para juntar um valor; ajuda na pesquisa de bancos autorizados pelo BC; e facilita a consulta da situação de solicitações ou reclamações registradas no BC.

A acessibilidade é uma das formas de prover cidadania e, por isso, o BC adota medidas para favorecer o acesso ao conteúdo digital disponibilizado em seu sítio na internet, aplicativos e mídias sociais.

O BC utiliza as sugestões, os elogios e as reclamações registrados na Ouvidoria para subsidiar avaliações de caráter técnico e gerencial quanto à qualidade da atuação da instituição com o intuito de promover a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade e o incremento da transparência institucional.

A satisfação dos usuários dos serviços de informação e de reclamação é avaliada por meio de pesquisa realizada nos canais de atendimento disponíveis. Em 2023, no serviço 145, considerando o total de 323.306 chamadas atendidas, cerca de 57% dos usuários responderam à pesquisa sobre a qualidade do atendimento e mais de 90% das avaliações consideraram o serviço bom ou ótimo. Na internet, 41.287 pesquisas de satisfação foram encaminhadas aos demandantes de pedidos de informação e 9,1% dessas pesquisas foram respondidas. Em média, 78% dos respondentes atribuíram grau bom ou ótimo na avaliação.

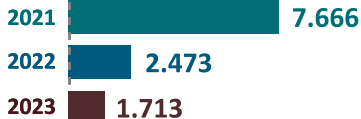
Fale conosco



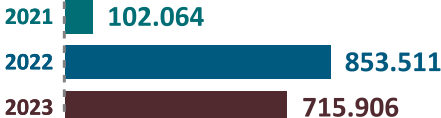
Telefone



Protocolo digital



Assistente virtual



Obs.: metodologia de cálculo dos acessos do assistente virtual alterada em 2023.



Acesse o endereço e o telefone para atendimento ao público no sítio do BCB, em **Serviços/Fale Conosco**.

a) Disponibilização de informações

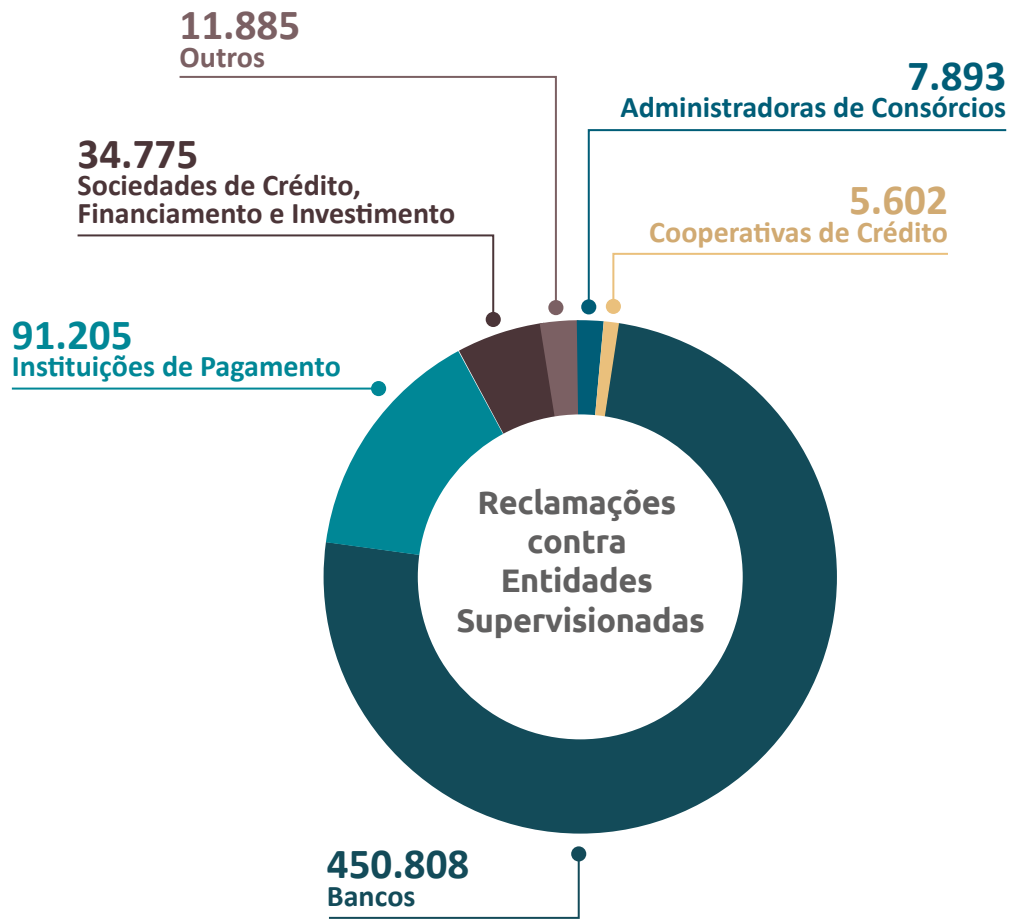
O **sítio na internet** é uma fonte valiosa de conhecimento especializado: ali estão publicados dados e informações das diversas áreas de atuação do BC, organizados por temas para facilitar a pesquisa. Algumas páginas merecem destaque:

- » **Acesso à informação do BC** – informações sobre a instituição, agenda de autoridades, discursos, apresentações, serviços disponibilizados, desempenho no cumprimento da Lei de Acesso à Informação, entre outras;
- » **Política monetária** – informações sobre inflação, instrumentos de política monetária, Copom;
- » **Estabilidade financeira** – informações sobre normas, supervisão, SFN, Cofecf;
- » **Estatísticas** – notas econômico-financeiras, indicadores econômicos selecionados, tabelas especiais;
- » **Cédulas e moedas** – informações sobre o dinheiro brasileiro, edições da pesquisa “O brasileiro e sua relação com o dinheiro”;
- » **Publicações e pesquisa** – acesso aos principais relatórios divulgados pelo BC, como o **Relatório de Inflação**, o **Relatório de Estabilidade Financeira**, o **Relatório de Economia Bancária**, o **Relatório Integrado do Banco Central** e a **Série de Trabalhos para Discussão**;
- » **Agenda BC#** – o que está no foco do planejamento estratégico BC e as ações desenvolvidas no âmbito de cada uma das suas dimensões;
- » **Transparência e prestação de contas** – informações sobre a administração do BC, como ações e programas, contratos, licitações;
- » **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)** – repositório de séries históricas de dados estatísticos disponíveis no BC;
- » **Busca de normas** – abriga mais de 42 mil normas em vigor, desde comunicados a resoluções do BC e do CMN. Só em 2023, foram publicados 1.723 normativos;
- » **Calculadora do Cidadão** – aplicativo que simula operações do cotidiano financeiro a partir de informações fornecidas pelo usuário (o cálculo deve ser considerado apenas como referência para as situações reais, e não como valores oficiais);
- » **Biblioteca de vídeos e documentos** – informações valiosas sobre cidadania financeira.

Também é possível se inscrever para receber **notificações (feeds)**, em tempo real, sempre que houver atualização nas notícias, normas, cotações, indicadores e estudos publicados no sítio do BC. As notificações podem ser recebidas por *e-mail*, pelo navegador de internet ou por aplicativos específicos.

1.2 RELACIONAMENTO COM ENTIDADES SUPERVISIONADAS COM FOCO NO CIDADÃO

Além de executar ações de supervisão, o BC recebe reclamações dos clientes e usuários dos bancos, financeiras e outras entidades supervisionadas. Essas reclamações são repassadas a essas instituições para que respondam ao demandante acerca do ocorrido. O BC apura os fatos e as informações resultantes subsidiam a atividade de supervisão e a elaboração dos **rankings de reclamações** contra bancos, financeiras e instituições de pagamento, de periodicidade trimestral, e de reclamações contra administradoras de consórcios, de periodicidade semestral.



1.3 RELACIONAMENTO COM OS ENTES FEDERATIVOS E PODERES PÚBLICOS

Por entes federativos entendem-se os governos estaduais e municipais, suas secretarias e os órgãos ligados à sua estrutura. O foco da atuação do BC é sempre responder de maneira tempestiva e clara às demandas de informação, de forma a contribuir para melhorar a eficiência da gestão pública.

No que diz respeito ao atendimento aos poderes públicos, destaca-se o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), ferramenta de interlocução entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e as instituições financeiras. O SISBAJUD é hospedado e executado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cabe ao BC manter a infraestrutura de comunicação com as instituições financeiras e a conexão com o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS).

O CCS é um sistema que registra com quais instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo BC os clientes possuem relacionamento, tais como conta-corrente, poupança e investimentos. Ele é disponibilizado aos órgãos públicos interessados mediante adesão, o que torna o acesso às informações mais rápido e menos burocrático.

Em 2023, o BC criou uma funcionalidade para disponibilizar o acesso direto aos dados cadastrais vinculados às chaves Pix registradas no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT) a órgãos públicos com atribuições legais de persecução penal, de controle ou de apuração de irregularidades. Com a inovação, o compartilhamento de informações entre o BC e tais entes públicos foi ampliado.

O BC realiza o atendimento a demandas por informações e providências oriundas de órgãos dos poderes públicos por meio do Protocolo Digital. Em 2023, as equipes responsáveis atenderam 53.747 demandas contidas nos 20.818 ofícios recebidos, com destaque para pedidos de quebra de sigilo bancário, bloqueio e desbloqueio de valores e solicitações de informações de competência do BC ou disponíveis em sistemas gerenciados pelo BC.

Com relação ao Poder Legislativo, 30 audiências públicas com a participação de servidores do BC foram realizadas nas duas Casas do Congresso Nacional em 2023. Audiências virtuais e presenciais destinadas a debater assuntos de interesse da sociedade. Com a presença de parlamentares, frentes parlamentares e grupos parlamentares suprapartidários, 49 audiências ocorreram no BC e possibilitaram o debate sobre os cenários econômicos nacional e internacional. Essas práticas ampliam a quantidade de informações

disponíveis e buscam manter um adequado relacionamento com as casas do Congresso Nacional, contribuindo com o avanço na tramitação de proposições. Em 2023, houve avanços importantes em legislações que possuem desdobramentos na atuação do BC, como é o caso da Lei 14.771, de 30 de outubro de 2023 – Lei do Marco Geral de Garantias –, e o encaminhamento do Projeto de Lei de Infraestruturas do Mercado Financeiro (Limf) – PL 2.926, de 2 de junho de 2023.

1.4 RELACIONAMENTO INTERNACIONAL DO BC

Em 2023, o BC intensificou o relacionamento com contrapartes estrangeiras, chegando a mais de 1.000 interações internacionais. O BC interage com outros bancos centrais, autoridades de supervisão, órgãos de governo, investidores internacionais de portfólio (mercado financeiro e de capitais), agências de classificação de risco (*rating*), agências de cooperação ou desenvolvimento, organismos e fóruns internacionais, blocos regionais e temáticos de países, entre outros.

As interações com essas entidades ocorrem de formas variadas, abrangendo ações de cooperação ou de assistência técnica, trocas de informações, participação em grupos de trabalho, eventos e negociações internacionais, além do suporte a missões externas de avaliação e interação com investidores de portfólio.

No âmbito do gerenciamento das reservas internacionais, o BC interage com diversas contrapartes, selecionadas em um sistema de governança criterioso e localizadas em diversas regiões ao redor do globo. Essas interações possibilitam o investimento pelo BC dos ativos financeiros das reservas internacionais com segurança, liquidez e rentabilidade. O BC trabalha com inúmeros prestadores de serviços, entre eles bancos centrais estrangeiros, correspondentes financeiros internacionais, depositários centrais internacionais, corretores de futuros e contrapartes centrais. Essa atuação permite ao BC investir em avançados instrumentos finan-

ceiros, realizando operações com os principais conglomerados financeiros estrangeiros.

O reconhecimento da qualidade da atuação do BC na esfera internacional reflete-se em posições de destaque assumidas em organismos internacionais no ano de 2023. Em janeiro, o Presidente do BC foi nomeado para um mandato de dois anos (biênio 2023-2024) como presidente do Conselho Consultivo das Américas (CCA) do BIS, considerado o banco central dos bancos centrais. A escolha foi feita pelo conselho de diretores do BIS. Criado em 2008, o CCA é formado pelos presidentes de bancos centrais de países das Américas integrantes da instituição – Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México e Peru.

Após assumir pela primeira vez a vice-presidência da *International Financial Consumer Protection Organisation* (FinCoNet) em 2022, em novembro de 2023, o BC foi elevado à presidência da organização para um mandato de três anos. A FinCoNet é uma entidade, constituída no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne órgãos de supervisão responsáveis pela proteção do consumidor de produtos financeiros. O Brasil é oficialmente membro da FinCoNet desde 2015 e faz parte do Conselho de Governança desde 2019. Essa é a primeira vez que um representante do Brasil assume o cargo máximo de direção do organismo.

A atuação internacional do BC abrange também a organização de eventos relevantes com participação estrangeira. Entre os eventos internacionais promovidos pelo BC em

2023, destaca-se a realização do **High-Level Seminar on Central Banking: Past and Present Challenges** que contou com a participação de presidentes e ex-presidentes de alguns dos maiores bancos centrais no mundo. Eles trouxeram suas experiências ao Brasil para discutir os desafios estruturais para a condução da política monetária, especialmente aqueles surgidos no período pós-pandemia. O evento abordou os desafios enfrentados pelos bancos centrais em relação a seus mandatos, arcabouços de política monetária, autonomia, estabilidade de preços e financeira, além de questões como a transição climática, a agenda de tecnologia, entre outras.

O seminário foi realizado no contexto da I Conferência Anual do BC, evento fruto da unificação dos tradicionais Seminário Anual de Metas para a Inflação e Seminário Anual de Estabilidade Financeira e Economia Bancária. A conferência teve como propósito estimular o debate e a pesquisa nas áreas de macroeconomia, sustentabilidade, estabilidade financeira, economia bancária, intermediação e inovação financeira, regulação macroprudencial, economia internacional e finanças. O evento contou com a participação de acadêmicos brasileiros e estrangeiros, especialistas do setor privado e pesquisadores de bancos centrais e instituições multilaterais.

No seu primeiro dia, o evento contou com palestras magnas da Subdiretora-Geral do FMI, Gita Gopinath, e do professor Robert Townsend, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Além disso, houve painéis de políti-

cas públicas com a participação dos renomados pesquisadores Amir Sufi (Chicago Booth), Elías Albagli (Banco Central de Chile), Sabine Mauderer (*Bundesbank*) e Stijn Claessens (BIS). No segundo e terceiro dias da conferência, foram apresentados 37 trabalhos de acadêmicos de instituições brasileiras e estrangeiras, pesquisadores de bancos centrais e organismos internacionais. Os trabalhos foram objeto de seleção dentro de um conjunto de 269 trabalhos submetidos numa chamada pública de artigos. **Saiba mais.**

O BC organizou também o XI Encontro de Governadores dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP). Em 2023, os participantes foram convidados a apresentar suas agendas de sustentabilidade e a debater a temática, enriquecendo a troca de experiências do grupo. Foram discutidas questões como o desenvolvimento de uma economia resiliente a eventos naturais extremos e comprometida em diminuir o nível de emissão de carbono, o fomento a atividades econômicas sustentáveis e a proteção de grupos sociais mais vulneráveis. O Encontro de Governadores acontece regularmente a cada dois anos com os BCPLP revezando-se na organização de cada edição do evento. A edição de 2023 ficou sob responsabilidade do BC e contou com representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, além de Macau como convidado.

No segundo semestre de 2023, no âmbito da presidência brasileira do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o BC promoveu, durante o 54º Ciclo de Reuniões do Mercosul Finan-

ceiro, o Seminário Internacional *Moedas Locais no Comércio Regional*, em formato virtual, disponível no canal do BC no **YouTube**. O seminário apresentou iniciativas de uso de moedas locais e promoveu debates sobre o impacto de tais iniciativas nas transações comerciais realizadas em blocos econômicos regionais.

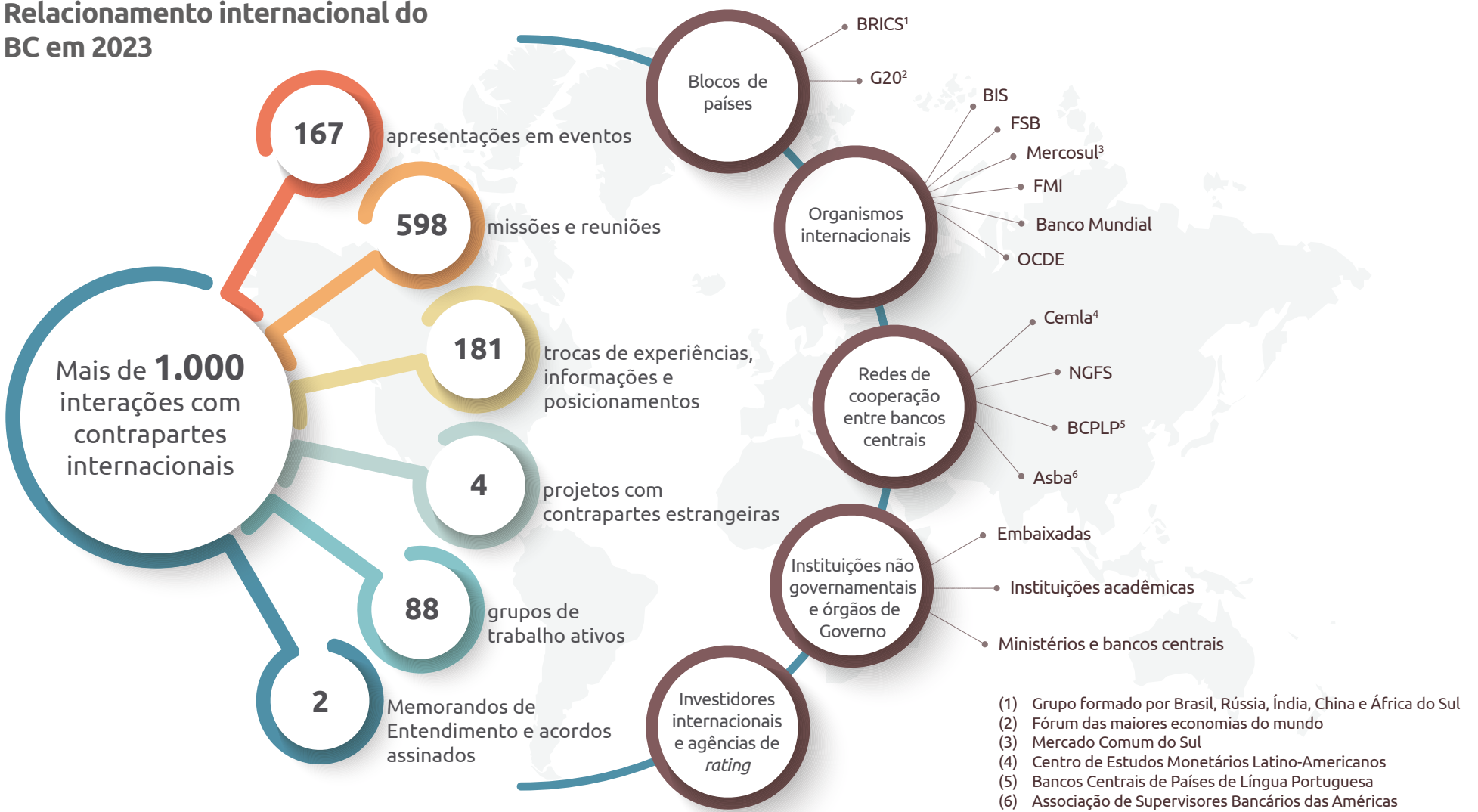
A presidência brasileira do Mercosul foi marcada ainda pela condução dos trabalhos do Subgrupo de Trabalho 4 – Assuntos Financeiros (SGT-4), fórum técnico que congrega delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, compostas por representantes de bancos centrais, comissões de valores mobiliários, superintendências de seguros e unidades de inteligência/informação financeira, responsáveis pelo trabalho de integração financeira no Mercosul. Entre os diversos assuntos discutidos, destaca-se o compartilhamento de experiências em nível regional com troca de divisas (*swaps*) entre bancos centrais e com sistemas de pagamentos transfronteiriços. Também foi realizado o acompanhamento da internalização da atualização do Anexo sobre Serviços Financeiros do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul. Outro assunto pautado pelo grupo foi a evolução das negociações do Mercosul com outros blocos comerciais e/ou países em matéria de serviços financeiros durante o período.

Outro marco importante alcançado durante a presidência brasileira do Mercosul foi a assinatura do acordo de livre comércio com Singapura após cinco anos de negociações, que foi o primeiro acordo do gênero concluído pelo Mercosul desde 2011 e o primeiro deste tipo firmado com um

país asiático. O BC desempenha um papel importante nas negociações desse modelo de acordo, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, avaliando os temas financeiros e monetários, oferta de serviços financeiros e fluxos de investimentos. Também nesse ano, considerando a necessidade de clareza na governança e de eficácia na condução desses processos de negociação internacional no BC, foi estabelecida a **Política de Negociações Internacionais (PNI) do BC**.

Outro acordo importante firmado em 2023 foi a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o BC e o Banco Central da China (PBC) para aperfeiçoar a cooperação em serviços financeiros relacionados ao mercado e negócios em Renminbi (RMB). O memorando faz parte de uma iniciativa chinesa, já presente em mais de 25 países, visando a instalação de um *Offshore Clearing Bank* no Brasil. Esse mecanismo corresponde a um arranjo de liquidação de pagamentos em RMB com acesso direto aos sistemas de pagamento doméstico e transfronteiriço da China. A eventual implantação do arranjo no país, inclusive com a possibilidade de novos entrantes sob o mesmo arcabouço, tem o potencial de trazer os seguintes benefícios para os modelos de negócio que envolvem a utilização do RMB no Brasil: aumento da liquidez local de RMB; manutenção de reservas cambiais em moeda forte no país; redução de intermediários nos pagamentos internacionais; e aproximação dos sistemas de pagamentos local ao chinês, com aumento da eficiência operacional em termos de redução de custo e tempo.

Relacionamento internacional do BC em 2023



a) Preparação para Presidência Brasileira do G20

Em 2023, o BC trabalhou, conjuntamente com o Ministério da Fazenda (MF), nas atividades preparatórias para a Presidência Brasileira do G20 em 2024. O grupo envolve as 19 maiores economias mundiais, a União Europeia e, a partir de 2024, contará também com a participação da União Africana. A presidência brasileira foi iniciada efetivamente a partir de 1º de dezembro de 2023, mas o Brasil já havia assumido lugar de destaque no grupo ao longo do ano ao fazer parte da *Troika*.

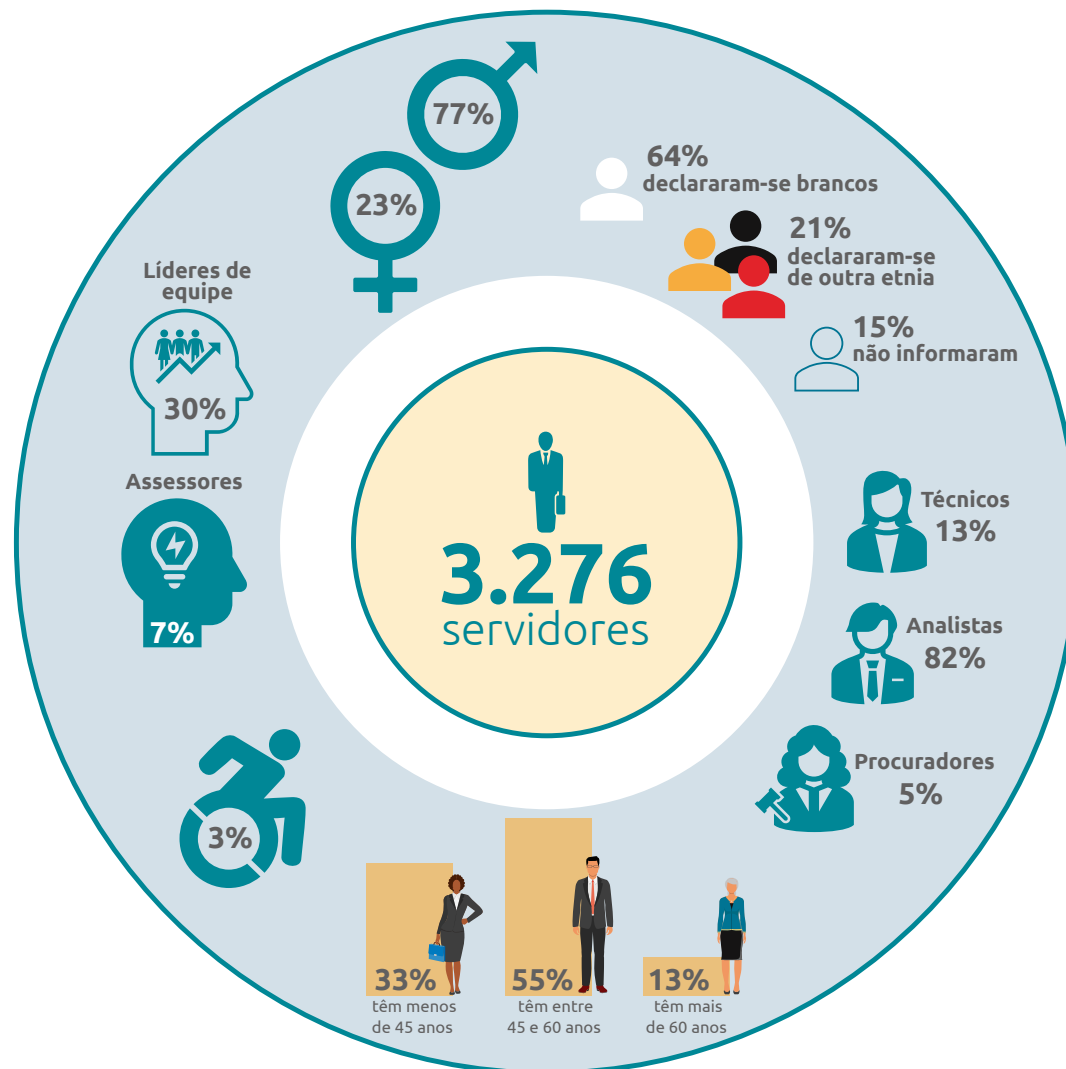
Nesse primeiro ano de participação na *Troika*, o BC aumentou o engajamento nos temas técnicos debatidos no G20 com uma participação ativa no acompanhamento das reuniões dos grupos de trabalho e estratégicas. Além disso, o BC trabalhou no desenho das propostas e na negociação das prioridades a serem apresentadas ao grupo no início da presidência brasileira.

O G20 é um grupo informal que não possui personalidade jurídica ou funcionários próprios. A presidência e o secretariado do G20 são exercidos de forma rotativa entre os membros, cabendo a um dos países executar ambas as funções. De forma a manter a continuidade das atividades, o membro que exerce a presidência é auxiliado tanto pelo país que a exerceu do ano anterior como pelo próximo que irá assumir essa função, mecanismo denominado *Troika*.

Em termos do planejamento logístico, o BC dedicou esforços a aprofundar seus conhecimentos sobre a organização de reuniões do porte do G20. As reuniões de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais envolvem elevado número de representantes internacionais de alto nível, além de cerca de 400 delegados dos países membros e organizações internacionais. Foram analisadas questões de infraestrutura, segurança, comunicação e protocolo, dentre outras, visando assegurar que as reuniões no Brasil sejam funcionais e possuam a qualidade adequada às necessidades do G20.

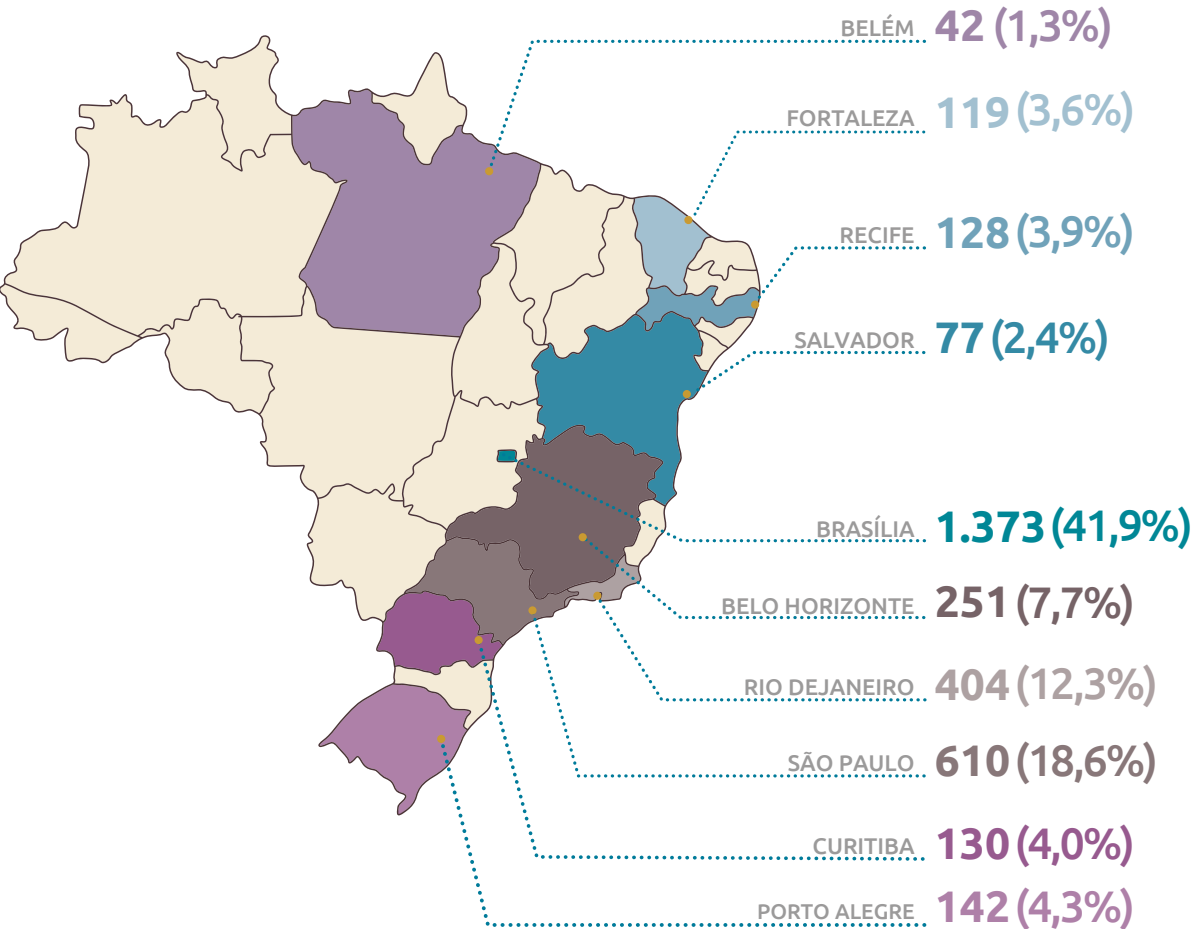
O país será responsável pela organização de mais de cem reuniões técnicas e conferências ministeriais que culminarão na 19ª Cúpula do G20, que será realizada em novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

O BC conta com pessoas com capacidade técnica e competências bem desenvolvidas. São pessoas dispostas a inovar, engajadas com os valores organizacionais e dedicadas a entregar mais valor para a sociedade.



O BC possui sede em Brasília e regionais em nove capitais do Brasil. O quantitativo de pessoas se distribui da seguinte forma:

Mapa de distribuição de servidores por Praça de Exercício



2.1 MOVIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES E REMUNERAÇÃO

A **Lei 9.650, de 27 de maio de 1998** estabeleceu quantitativo de 6.470 servidores para o BC. Como não há realização de concurso público na instituição desde 2013, a quantidade de servidores vem reduzindo ao longo dos últimos anos. O BC tinha, em 31 de dezembro de 2023, 3.276 servidores ativos, 49,37% a menos do que quantitativo previsto na lei.

Em 2023, 103 servidores do BC efetivaram suas aposentadorias, e, ao final do ano, outros 332 já possuíam direito adquirido à aposentadoria. Em média, 17 servidores se desligam do BC anualmente por outros motivos.

Para mitigar o risco de descontinuidade dos processos de trabalho pela constante e crescente redução da força de trabalho, o BC prioriza suas atividades e promove redistribuições internas de sua força de trabalho, utilizando o instrumento de mobilidade interna.

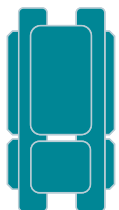
Em 2023, após reiteradas solicitações de concurso ao Executivo Federal nos últimos anos, foi autorizada a realização de concurso para provimento de 100 vagas para o cargo de analista. A posse dos futuros analistas do BC está prevista para 2025.

Movimentação de servidores

1.431
2013 a 2023
Vacâncias



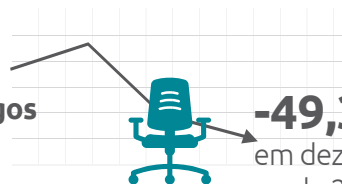
590
2013 a 2023
Ingresso de servidores



332
em dezembro de 2023
Servidores que podem se aposentar a qualquer momento

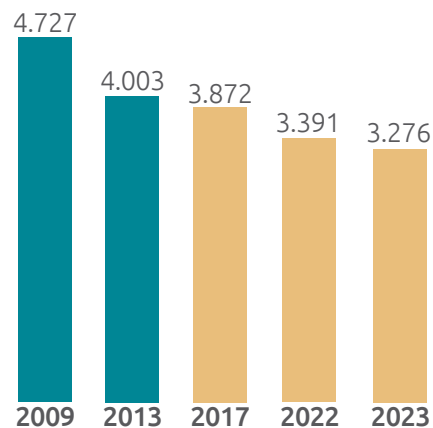


em dezembro de 2023
Ocupação dos 6.470 cargos previstos por lei

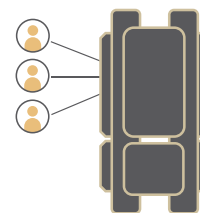


-49,37%
em dezembro
de 2023

**Quantitativo de servidores ativos por ano
em 31 de dezembro de 2023**



— Anos com realização de concurso público



127
em 2023
Realocações por meio de mobilidade interna



7
em 2023
Concursos internos para provimento de funções comissionadas

À exceção da Diretoria Colegiada, todas as funções comissionadas do BC são exclusivas para servidores das carreiras da autarquia.

O Presidente e os Diretores do BC ocupam cargo de natureza especial e recebem remuneração com o valor de R\$18.887,14 fixado por lei. Os servidores do BC recebem subsídio, e os ocupantes de função comissionada recebem o valor correspondente em acréscimo. O valor médio pago ao servidor com cargo de técnico, em 2023, foi R\$12.903,46, ao servidor com cargo de analista foi R\$30.482,44, e ao procurador, R\$30.027,84. Os procuradores do BC, na qualidade de advogados públicos, fazem jus ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência. As informações sobre remuneração de servidores públicos federais, inclusive honorários, podem ser verificadas no **Portal de Transparência e Prestação de Contas**.

Apesar da redução do seu quadro de servidores e do aumento de atividades e responsabilidades, o BC tem procurado manter o nível de excelência na prestação de seus serviços. Para manutenção do atual nível de serviço prestado ao SFN e à sociedade, o BC segue investindo no aprimoramento contínuo de sua gestão e governança, capacitação de servidores e uso intensivo de tecnologia.

2.2 APRENDIZAGEM

A capacidade técnica dos servidores é ativo intangível fundamental para o cumprimento da missão do BC.

Para que os servidores do BC possam desenvolver suas competências técnicas e comportamentais, o BC investe em ações de aprendizagem e de gestão do conhecimento por meio da Universidade Banco Central (UniBC).

Ao longo de 2023, a plataforma de aprendizagem do BC, de nome Sapiens, seguiu seu contínuo processo de ajuste às necessidades dos usuários, confirmando a tendência de intensificação de uso de soluções de autodesenvolvimento (licenças de plataformas de cursos) por meio da realização de cursos na modalidade telepresencial.

- » Foram ofertadas 64 ações de aprendizagem para grupos exclusivos do BC em turmas fechadas, sendo que 25 foram desenvolvidas ou adaptadas internamente a necessidades específicas das áreas. A maioria dessas ações utilizaram facilitadores internos à instituição. Destacam-se, em 2023, as ações integrantes do Projeto Inovação em Gestão de Pessoas com soluções de aprendizagem para desenvolvimento de aplicações em Inteligência Artificial e Criptoativos.
- » Foram utilizadas cerca de 623 licenças para autodesenvolvimento, em 2023, para a aprendizagem de língua inglesa, de ciência de dados e de diversos outros temas.

» Houve participação de servidores em centenas de ações de aprendizagem em diversas instituições do governo e instituições privadas, nas diferentes modalidades – *on-line*, telepresencial e presencial.

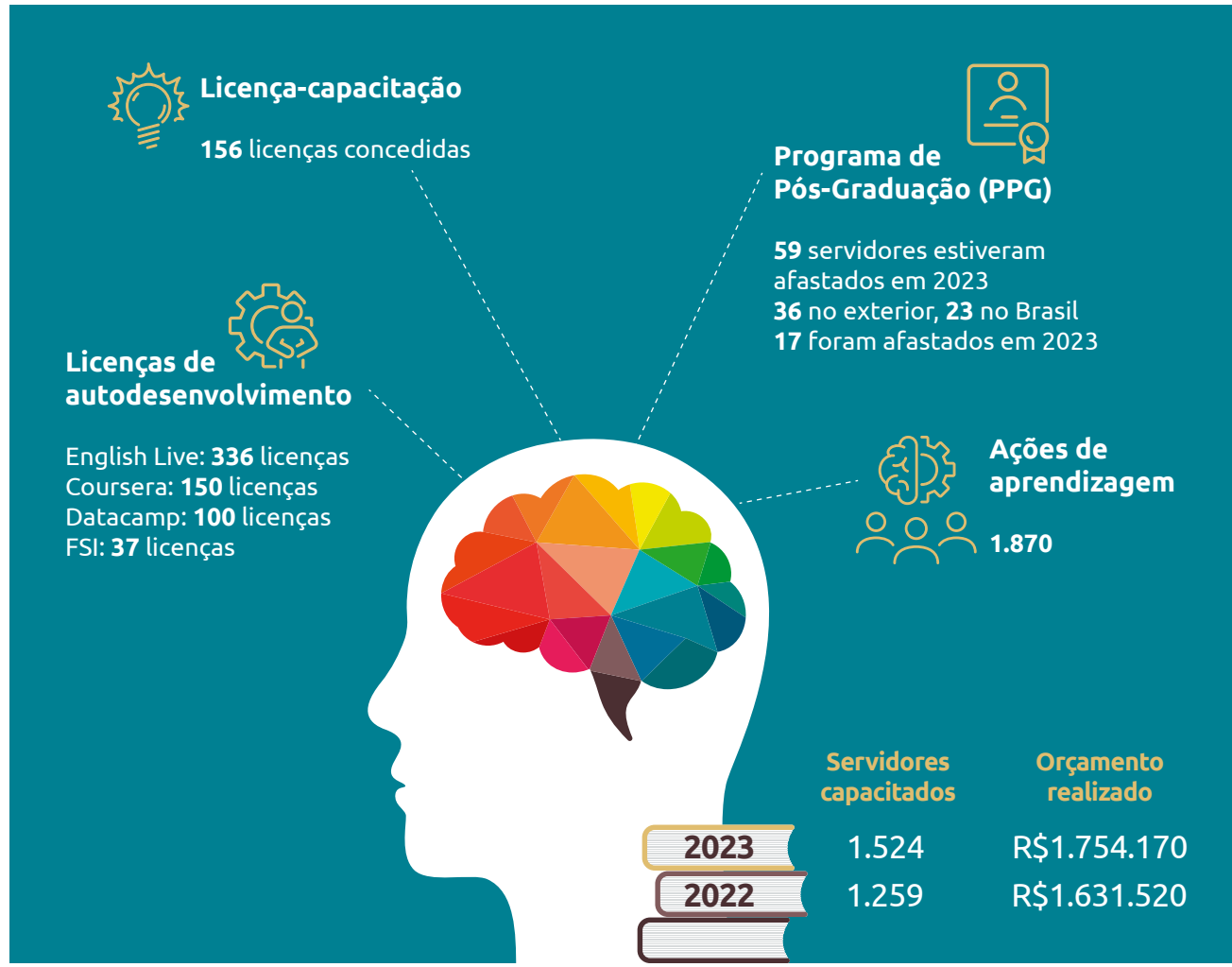
» Diversas ações de aprendizagem relevantes na modalidade *on-line* (assíncronas) foram disponibilizadas no Sapiens, com destaque para os temas Política de Governança, Segurança da Informação e Finanças Sustentáveis. Ainda, a Trilha de Ciência de Dados foi revisada, com atualização e melhorias em sua formatação.

» No Programa de Pós-Graduação (PPG), foram afastados, para cursos de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior, 17 servidores, em 2023, e aprovados 12 novos afastamentos de servidores para o ano de 2024.

» Em relação a Licenças para Capacitação, foram concedidas 156 em 2023.

Ao longo do ano, a UniBC também adequou o processo de diagnóstico e registro das necessidades de treinamento, de modo a incluir as informações diretamente no Sistema Sipec, disponibilizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

A diversificação no uso de plataformas nos formatos das ações e métodos tem permitido manter a quantidade e aumentar a qualidade das ações de capacitação realizadas. Ao todo, foram 1.524 servidores capacitados em 2023.



Em 2023, a UniBC aprimorou sua atuação na aprendizagem e intensificou o uso de soluções dedicadas ao compartilhamento de conhecimento. Destaca-se a realização das 19ª e 20ª edições do Câmbio de Ideias, um evento semestral que completou dez anos e que promove a partilha de conhecimentos e o debate entre os servidores. Nas duas edições do ano, houve a participação de 1.478 servidores.

2.3 PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO – PGD

Em 2023, foi concluído o primeiro ciclo do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), considerado como período de adaptação dos servidores à gestão por resultados. Com isso, o controle de assiduidade, antes realizado de forma paralela com a Folha Funcional Eletrônica, passou a ser realizado pelo PGD, o que possibilitou a eliminação de um procedimento gerencial repetitivo e aumentou a confiabilidade da informação.

2.4 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

O BC busca continuamente aprimorar os serviços que presta à sociedade e, para isso, investe em tecnologia. Como exemplos desses investimentos podem ser citadas as tecnologias utilizadas nos meios de pagamento, nos processos das áreas de supervisão, políticas econômica e monetária, além de investimentos em tecnologias analíticas, como *Big Data*, *Machine Learning* e Inteligência Artificial.

É importante destacar que os investimentos em inovação não se materializam somente em aquisições de *softwares* e *hardwares*, mas também no estabelecimento de parcerias com organismos internacionais e universidades. Um exemplo é a participação do BC em fóruns internacionais de inovação, como os grupos de trabalho do BIS *Innovation Network*, nos quais são compartilhadas experiências relativas a Open Finance, *Central Banking Digital Currency*, *Suptech*, *CyberSecurity*, entre outras.

O BC continuou investindo em estudos do uso de inteligência artificial para melhoria dos processos de trabalho da instituição. Nesse contexto, foram realizados também projetos em parceria com universidades para exploração do uso de *Machine Learning* e inteligência artificial por meio da Start, que foi lançada no final de 2021 com o objetivo de estimular o uso de inovações tecnológicas nos processos internos da instituição.

Em 2023, foram entregues 39 iniciativas de TIC relevantes para o SFN e a sociedade, como o aumento da capacidade do Pix para fazer frente ao aumento da demanda e a alteração da arquitetura para o Pix automático, além de melhorias no SVR para otimizar o processo de consulta, eliminando os agendamentos e facilitando o acesso de herdeiros aos valores de pessoas falecidas. Foi entregue também o projeto Programa Anual de Produção Ideal que aprimora a sistemática de projeção de séries temporais para produção de moedas e cédulas pelo BC, promovendo números mais precisos que resultam em substancial economia financeira para o país.

2.5 RESILIÊNCIA CIBERNÉTICA

A segurança cibernética permaneceu como um dos focos da atuação em 2023, que deu continuidade ao desenvolvimento de ações voltadas para o aprimoramento da resiliência cibernética do BC, do SFN e do SPB.

Resiliência cibernética do BC

Aquisição de soluções para melhoria contínua da segurança cibernética do sistema Pix e dos demais sistemas do BC.

Ações de conscientização em segurança cibernética.

Realização de testes de intrusão para avaliar a segurança de sistemas críticos do BC.

Política sobre uso seguro de recursos de computação em nuvem.

Resiliência cibernética do SFN

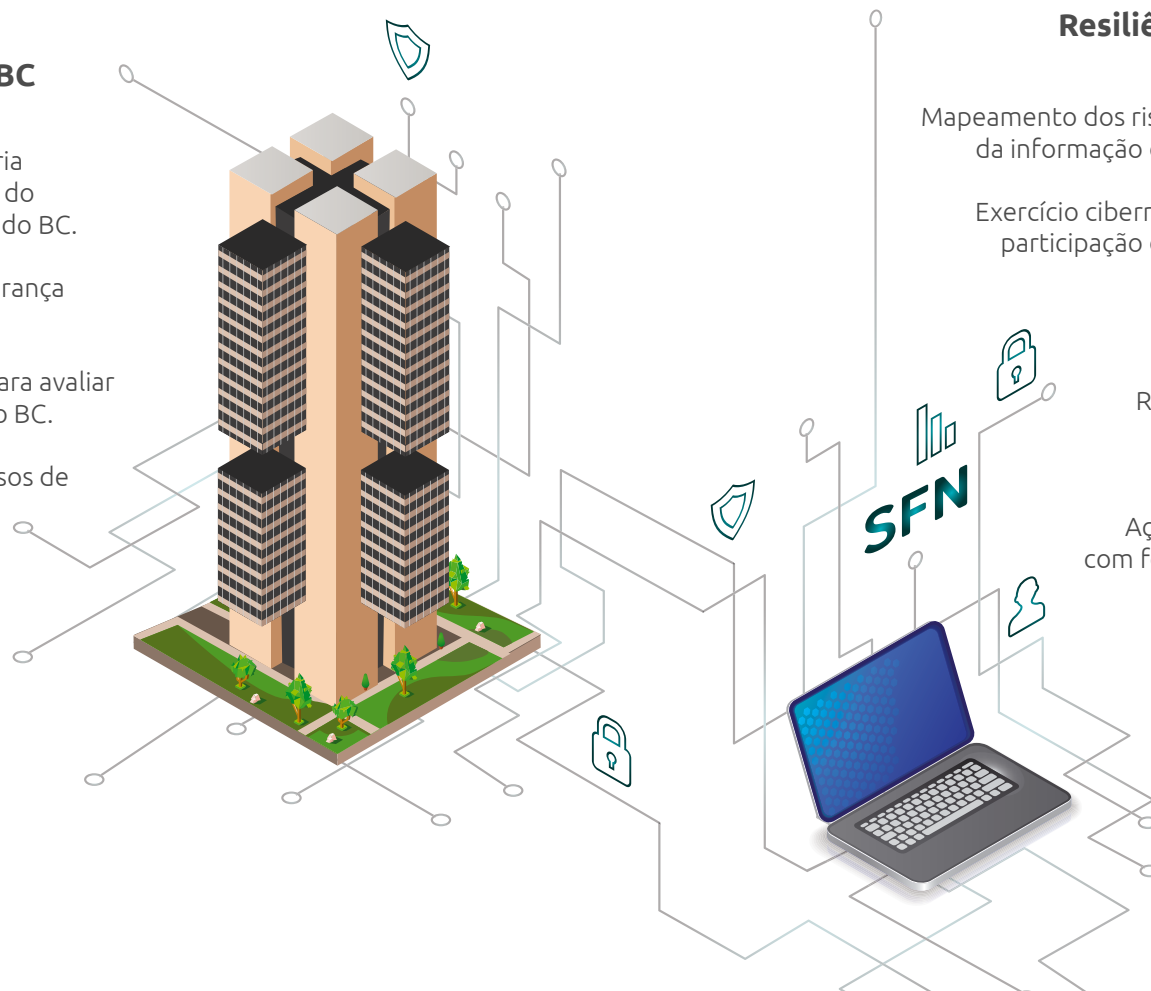
Mapeamento dos riscos e controles de tecnologia da informação de entidades supervisionadas.

Exercício cibernético do setor financeiro com participação de entidades supervisionadas.

Monitoramento de incidentes cibernéticos relevantes.

Relacionamento com principais provedores de serviços de computação em nuvem.

Ações de supervisão em IOSMFs com foco em resiliência cibernética.



A materialização de incidentes tecnológicos com impactos no provimento de serviços para clientes e o número crescente de ataques cibernéticos, cada vez mais complexos, são fatores que reforçam a preocupação com a maior exposição das instituições financeiras aos riscos tecnológicos potencializados pelo processo de transformação digital por que passa o SFN.

Diante desse cenário, o BC iniciou o desenvolvimento de um mapa de riscos tecnológicos. O objetivo desse mapa é obter um panorama da exposição das instituições financeiras aos principais fatores de risco relacionados ao uso da tecnologia, bem como identificar os controles de tecnologia e segurança da informação tipicamente implementados por essas instituições. Essas informações serão muito úteis para identificar tendências e lacunas, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, por exemplo, ações de supervisão direcionadas e iniciativas para disseminação de conhecimento sobre boas práticas de segurança cibernética.

O BC também permaneceu focado nas medidas para a resposta e recuperação de incidentes que possam causar impactos mais amplos sobre o setor financeiro. Dando continuidade às frentes de trabalho do PARC, foi realizado mais um exercício cibernético especificamente para o setor financeiro em meados de 2023 no Laboratório de Segurança Cibernética da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O exercício envolveu representantes das infraestruturas do mercado financeiro e de associações do setor finan-

ceiro, possibilitando o treinamento das equipes envolvidas em práticas e procedimentos de resposta e recuperação de crises cibernéticas. [Saiba mais.](#)

Cabe destacar que a execução periódica de exercícios cibernéticos, como o Exercício Guardião Cibernético 5.0, organizado pelo Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) é uma prática que possibilita a troca de conhecimento e o treinamento das equipes de resposta e recuperação de incidentes cibernéticos. Também é uma prática importante para subsidiar o desenvolvimento de mecanismos, processos e protocolos para a coordenação do setor no enfrentamento de crises cibernéticas que possam ter implicações sistêmicas.

Ainda é importante mencionar a interação entre o BC e os principais provedores de serviços de computação em nuvem utilizados pelo setor financeiro com o objetivo de conhecer o ambiente de controles e a infraestrutura tecnológica dessas empresas. Também merecem nota as ações de supervisão realizadas para avaliar os controles implementados pelas principais instituições operadoras de sistemas do mercado financeiro (IOSMFs) para assegurar a continuidade de negócio, a gestão de incidentes e a adequada segurança dos dados e informações processados por instituições sistemicamente importantes para o adequado funcionamento do SFN e do SPB.

3 Recursos orçamentários e financeiros

Os recursos do BC têm origem em duas fontes principais: o Orçamento Geral da União (OGU) e o Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária (OAM). O BC administra ainda o fundo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e as reservas internacionais.

3.1 ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)

O OGU é destinado para o BC arcar com suas despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios) e discricionárias (custeio e investimento), de modo a garantir o funcionamento da Autarquia.

A Lei Orçamentária Anual 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (LOA 2023), combinada com os créditos adicionais autorizados no decorrer do exercício, designaram R\$4.105,3 milhões em dotações ao BC. Esse montante não inclui os valores relativos ao Coaf.

Quanto à execução orçamentária em 2023, o BC liquidou o montante de R\$3.985,3 milhões, sendo que 92,7% desse valor foram relativos às despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios) e o restante relativo às despesas discricionárias (custeio e investimento), conforme mostra o gráfico.

Especificamente em relação ao orçamento discricionário, o BC utilizou 99,90% dos R\$338,2 milhões da sua dotação discricionária final no exercício de 2023, incluindo-se R\$45,7 milhões inscritos em restos a pagar não processados.

Comparando com os valores utilizados em 2022, houve um aumento de 7,4% no grupo de despesas discricionárias (custeio e investimento) e de 4,3% no grupo de despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios). Assim, o valor utilizado total de 2023 foi 4,5% maior que o de 2022.

Foram liquidados R\$138,2 milhões em contratações de TIC utilizando OGU, com inscrição de R\$23,9 milhões em restos a pagar não processados. Parte significativa desse montante é direcionada para o aumento da capacidade computacional e da resiliência cibernética.

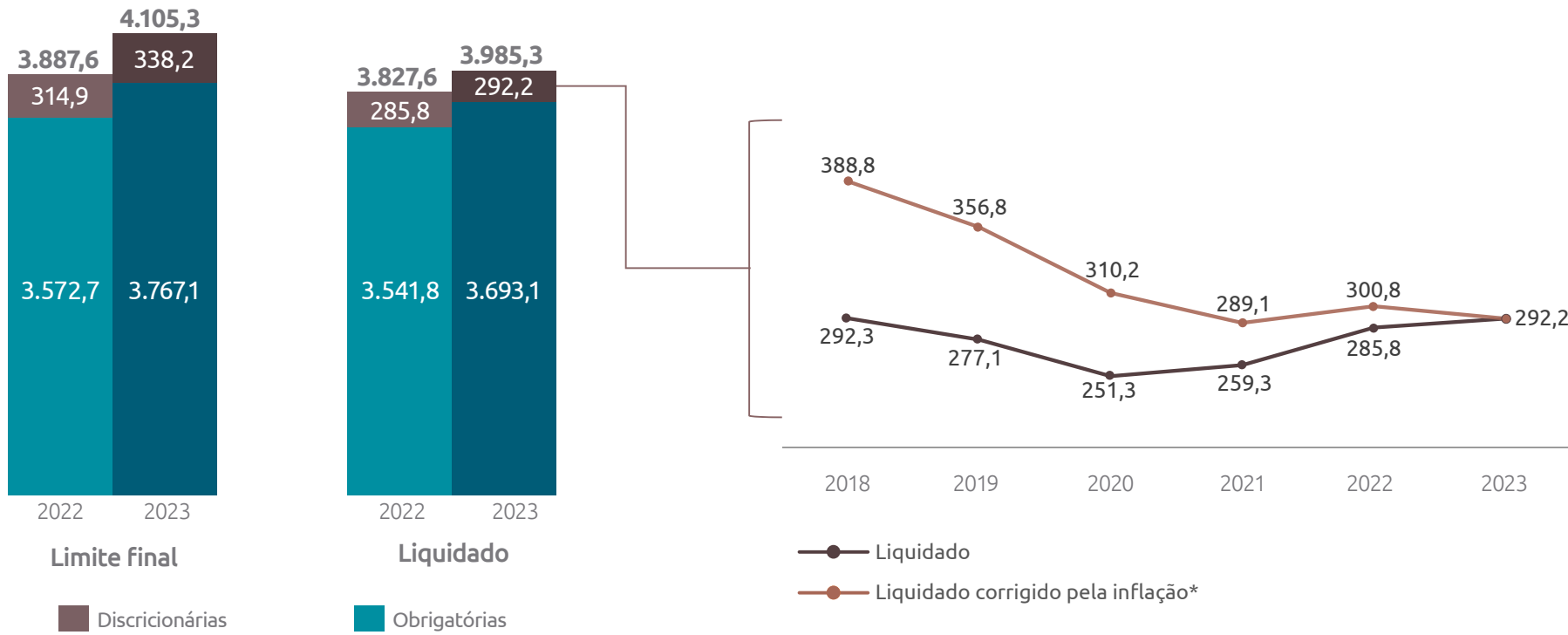
Liquidado BC 2023
R\$3.985,3 milhões

Investimento • 1,7%
R\$69,6 milhões
Custeio • 5,6%
R\$222,6 milhões

Pessoal, encargos sociais e benefícios • 92,7%
R\$3.693,1 milhões

Fonte: Tesouro Nacional

Comparativo dos valores liquidados das despesas obrigatórias e discricionárias – em R\$ milhões



Fonte: Tesouro Nacional

* Valor presente obtido pela correção do montante executado de cada ano utilizando o IPCA acumulado até dezembro de 2023.

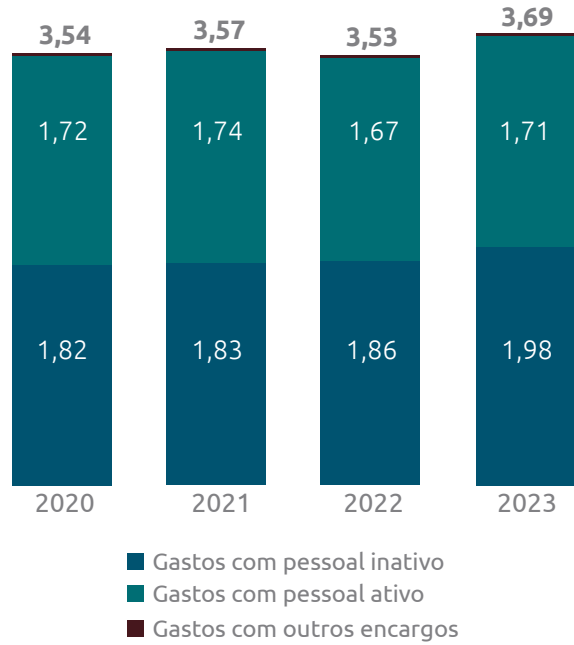


Para conhecer mais detalhes do OGU, acesse os Boletins de Execução Orçamentária no Portal de Transparência e Prestação de Contas do BC.

a) Despesa de pessoal

Em 2023, o BC teve um gasto total de R\$3,69 bilhões com despesa de pessoal. Desse valor, foi gasto R\$1,71 bilhão correspondente às despesas com pessoal ativo, isto é, remuneração e vantagens variáveis, como auxílio-alimentação, assistência médica, previdência etc. Adicionalmente, o gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) foi de R\$1,98 bilhão.

Despesas de pessoal (em R\$ bilhões)



3.2 ORÇAMENTO DE RECEITAS E ENCARGOS DE AUTORIDADE MONETÁRIA (OAM)

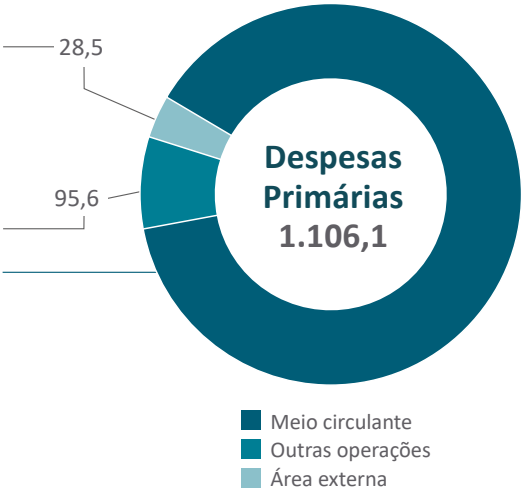
O OAM, exclusivo do BC, é outra fonte de recursos, mas que tem destinação específica. Ele existe para prever legalmente receitas e gastos relacionados com atividades típicas do BC, como o gerenciamento das reservas internacionais do país, as operações financeiras realizadas no papel de banco dos bancos, o manejo das notas e das moedas de real que se encontram em circulação (meio circulante), entre outros. Portanto, o OAM compreende todas as receitas e despesas da instituição relativas a operações realizadas na execução das políticas monetária, cambial e creditícia do país.

A proposta orçamentária do OAM para o exercício de 2023 estabeleceu os montantes de receitas e encargos de Autoridade Monetária em R\$870,5 bilhões e R\$876,9 bilhões, respectivamente (Voto CMN 75, de 18 de agosto de 2022). No decorrer do exercício, houve necessidade de reprogramação, que elevou esses montantes para R\$875,5 bilhões e R\$899,4 bilhões, respectivamente.

Do valor de R\$899,4 bilhões orçados para despesas, R\$1,2 bilhão foi para as despesas primárias, o que equivale a 0,13% do total. As previsões de despesas com o meio circulante representavam R\$1,0 bilhão, cerca de 87,85% do total previsto para despesas primárias. A figura a seguir demonstra os valores efetivamente executados em 2023.

Execução do OAM – em R\$ milhões

	Receitas	Encargos
Área externa	350.925,1	387.030,4
Mercado aberto	347.696,4	201.194,2
Área bancária	649,0	67.356,5
Tesouro Nacional	4.032,2	164.662,5
Outras operações	2.924,5	104,2
Meio circulante	-	982,0
Total	706.227,1	821.329,8



Para conhecer mais detalhes do OAM, acesse os *Boletins de Execução Orçamentária* no Portal de Transparência e Prestação de Contas do BC.

3.3 OUTROS RECURSOS ADMINISTRADOS

a) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

O Proagro, do governo federal, garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida devido a eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle.

Ele tem como foco, principalmente, os pequenos e os médios produtores, dentro do limite de cobertura estabelecido na regulamentação. É administrado pelo BC, regulamentado pelo CMN, e os agentes que disponibilizam os recursos são as instituições financeiras (bancos e cooperativas).

Mais informações sobre crédito rural e o Proagro podem ser acessadas no sítio do BC, em [Estabilidade financeira/Supervisão/Crédito rural](#).

b) Reservas Internacionais

As reservas internacionais são os ativos do Brasil em moeda estrangeira e funcionam como uma espécie de seguro para o país fazer frente às suas obrigações no exterior e a choques de natureza externa, tais como crises cambiais e interrupções abruptas nos fluxos de capital.

No caso do Brasil, que adota o regime de câmbio flutuante, esse colchão de segurança ajuda a manter a funcionalidade do mercado de câmbio de forma a atenuar oscilações bruscas da moeda local – o real – perante o dólar americano, dando maior previsibilidade e segurança para os agentes do mercado.

As reservas internacionais são compostas principalmente por títulos, depósitos em moedas (dólar americano, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), direitos especiais de saque junto ao FMI, depósitos no BIS, ouro, entre outros ativos. A alocação das reservas internacionais é feita de acordo com o tripé segurança, liquidez e rentabilidade, priorizados nessa ordem.

O BC divulga anualmente o [Relatório de Gestão das Reservas Internacionais](#), que aborda aspectos que vão desde a conjuntura econômica e a governança, passando pela política de investimento e a administração de riscos, até a demonstração dos resultados da gestão das reservas.

3.4 CONTRATAÇÕES

Em 2023, a principal inovação foi a implementação da gestão de riscos referente à provável não efetivação das contratações previstas no Plano de Contratações Anual (PCA). A partir de relatórios elaborados no segundo semestre daquele ano, identificou-se que os principais riscos estão relacionados à indisponibilidade orçamentária e à necessidade de ajustes na etapa de planejamento.

Os itens de maior destaque no Plano de Contratações Anual 2023 foram aqueles para prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de *software*, envolvendo sistemas que suportam a atividade fim do BC, como o Sistema de Transferência de Reservas (STR) e o Sistema de Administração de Reservas (SAR), sustentação da infraestrutura de TIC e contratação de licenças de *softwares*.

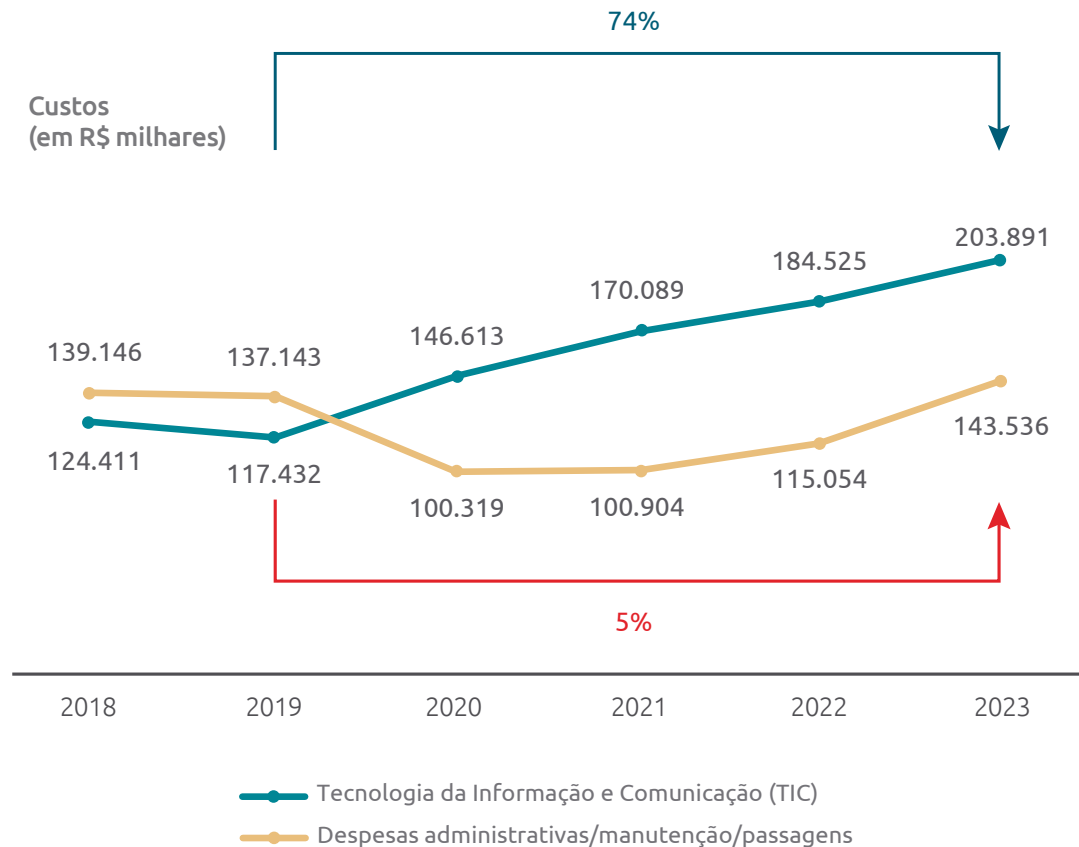
Destaca-se também a contratação de serviços para a preservação do patrimônio público e dos imóveis funcionais (vigilância ostensiva armada, serviços de limpeza e conservação, manutenção predial etc.).

Em relação às contratações custeadas com recursos do OAM, destacam-se aquelas referentes aos serviços de meio circulante, tais como a aquisição de cédulas e moedas e o transporte de numerário.

3.5 CUSTOS

Em harmonia com as melhores práticas de gestão e em observância aos requisitos legais, o BC apura em base regular os custos de suas atividades, serviços e processos. Cabe observar que o sistema de custos adota um modelo gerencial próprio de classificação dos custos, que difere das classificações contábeis e orçamentárias, e considera todos os recursos utilizados no BC, independentemente da fonte orçamentária. O principal objetivo consiste em contribuir de modo efetivo na tomada de decisão dos gestores, sobretudo no que se refere à melhor alocação dos recursos disponíveis para o funcionamento e a operação da autarquia.

Nesse sentido, observou-se, no exercício de 2023, a continuidade da dinâmica de custos estabelecida a partir do início de 2020 com a adoção do trabalho remoto e/ou híbrido. Houve redução nas despesas de manutenção das instalações (em patamares abaixo dos valores de 2019 corrigidos pela inflação) e um aumento nas despesas com tecnologia da informação, tanto para dar suporte ao trabalho remoto como para subsidiar projetos importantes relacionados ao sistema financeiro. O gráfico a seguir demonstra essa situação:



3.6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

As **demonstrações financeiras do BC** compreendem os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e Demonstração dos Fluxos de Caixa de Moedas Estrangeiras, que estão disponíveis no **sítio do BC**. Elas são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), uma organização internacional que define padrões internacionais de contabilidade, com o objetivo de facilitar a análise e a comparação contábeis entre instituições de diferentes países.

a) Estrutura Patrimonial do BC

No Balanço Patrimonial, os saldos das contas representativas de ativos e de passivos estão segregados em moedas estrangeiras e moeda local, além do patrimônio líquido, no final do exercício.

Os ativos em moedas estrangeiras do BC são representados, basicamente, por instrumentos financeiros referentes à aplicação das reservas internacionais, sob a forma de títulos, depósitos a prazo em instituições financeiras, operações compromissadas, ouro, entre outros tipos de operações. As reservas internacionais são os valores que o BC possui em moeda estrangeira, ouro e outros ativos de alta liquidez.

No grupo de ativos em moeda local, parcela relevante (93%) corresponde à carteira de títulos públicos federais, mantida pelo BC como meio de viabilizar a execução da política monetária.

Em relação aos passivos, os lastreados em moedas estrangeiras são pouco representativos, enquanto os passivos em moeda local representam 95% do total. Dentre estes, cabe destacar:

- » as obrigações com o governo federal, referentes às disponibilidades do Tesouro Nacional depositadas no BC (Conta Única);
- » as operações compromissadas (compromissos de recompra), realizadas com fins de execução da política monetária; e
- » os depósitos de instituições financeiras, constituídos principalmente pelos recolhimentos compulsórios que representam tradicional instrumento de políticas monetária e macroprudencial, desempenhando função de estabilizadores da liquidez da economia.

Para efeitos de posição patrimonial, também é tratado como obrigação do BC o meio circulante, que corresponde ao saldo de papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

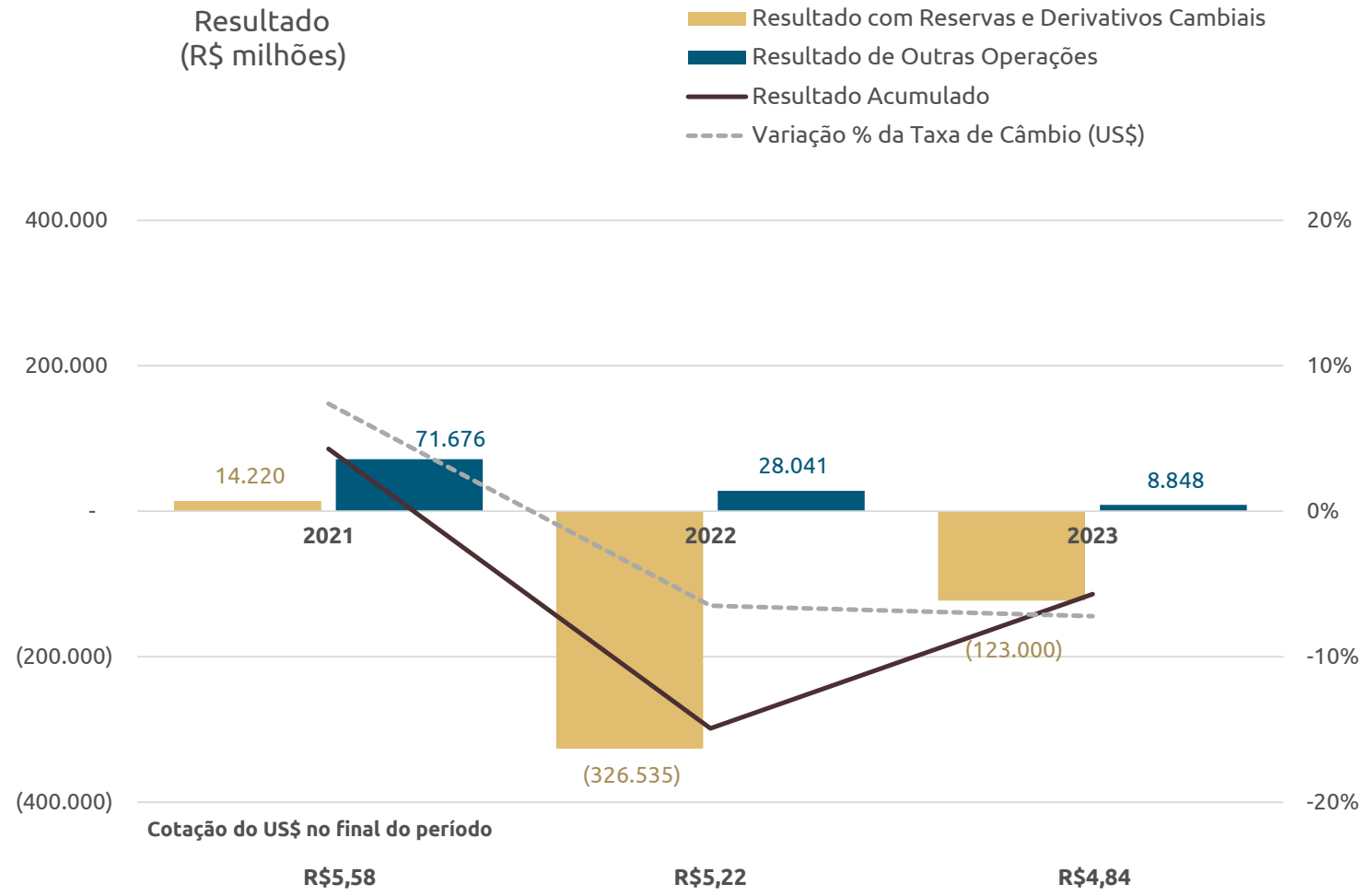
b) Resultado financeiro e contábil do BC em 2023

O resultado do BC, consideradas todas as suas receitas e despesas de qualquer natureza, é apurado anualmente pelo regime de competência e abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O resultado, em 2023, foi negativo em R\$114.152 milhões, conforme detalhado a seguir:

Em R\$ milhões		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	2022
(Reapresentado)		
Reservas e Derivativos Cambiais	(123.000)	(326.535)
Resultado com Reservas Cambiais	(194.913)	(406.306)
Rentabilidade	(36.158)	(267.434)
Custo de Captação	(158.755)	(138.872)
Resultado com Derivativos Cambiais	71.913	79.771
Resultado de Outras Operações	8.848	28.041
Resultado no Período	(114.152)	(298.494)

Nota: os valores negativos são mostrados entre parênteses, conforme padrão contábil adotado. O BC efetuou ajustes contábeis referentes a obrigações atuariais de exercícios anteriores e reapresentou, nas demonstrações financeiras de 2023, os saldos ajustados de 2022.

Em razão da composição do balanço patrimonial do BC, o seu resultado é fortemente impactado pelas oscilações na taxa de câmbio. Isso porque, como dito, parte relevante dos ativos são em moeda estrangeira e o valor deles é convertido em reais para apuração do resultado. Contudo, essa correção é meramente contábil e não configura resultado realizado do ponto de vista financeiro. O gráfico a seguir apresenta a variação nos resultados em comparação à variação do dólar no período:



De acordo com a **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000**, e a **Lei 13.820, de 2 de maio de 2019**, o resultado do BC tem o seguinte tratamento:

a) se positivo, é transferido ao Tesouro Nacional após a constituição ou reversão de reservas, até o décimo dia útil posterior à aprovação do balanço;

b) se negativo, será coberto pelo Tesouro Nacional, após utilização das reservas e do patrimônio institucional, observado o limite mínimo para o patrimônio líquido de 1,5% do ativo total, até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço.

Adicionalmente, a **Lei 13.820, de 2019** prevê que a parcela do resultado positivo do BC referente a operações com reservas e derivativos cambiais é destinada à constituição de reserva de resultado. O objetivo dessa reserva é absorver eventuais resultados negativos em exercícios futuros, podendo também ser utilizada para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal interna por parte do Tesouro Nacional, quando severas restrições nas condições de liquidez afetam significativamente o seu refinanciamento, desde que autorizado pelo CMN.

No exercício de 2023, foi apurado o resultado negativo de R\$114.152 milhões. Após a realização de reserva de reavaliação (R\$6 milhões) e a incorporação de ajustes de exercícios anteriores (R\$21 milhões negativos), esse resultado foi coberto pela redução do patrimônio institucional do

BC (R\$2.922 milhões) e pela constituição de crédito com o Governo Federal, a ser recebido até o décimo dia útil do próximo exercício (R\$111.245 milhões), na forma do art. 4º da Lei 13.820, de 2019.

Informações mais detalhadas estão disponíveis nas demonstrações financeiras no [sítio do BC](#).

c) Senhoriagem

Senhoriagem, do ponto de vista econômico, é a receita ou o lucro proveniente do monopólio de emissão de moeda. O quadro a seguir apresenta o resultado de senhoriagem pelo conceito monetário, medido pela variação da base monetária, descontada a inflação do período e o custo de produção e de remuneração da base monetária.

Em 2023, após análise da área técnica do BC, as despesas de juros da Conta de Pagamentos Instantâneos (Conta PI) foram incluídas no cálculo do resultado de senhoriagem. Essa conta passou a ser remunerada a partir de agosto de 2022, na forma da Resolução BCB 235, de 27 de julho de 2022. Se essas despesas tivessem sido consideradas em 2022, o resultado de senhoriagem daquele exercício teria sido de R\$8.668 milhões.

Senhoriagem (em R\$ milhões)	2023
Variação do meio circulante	(717)
Variação dos recolhimentos compulsórios e voluntários sobre recursos à vista e da Conta PI	3.776
= Variação da base monetária	3.059
IPCA	4,62%
Receita de senhoriagem	2.924
Despesas de produção e emissão de moedas	(981)
Despesas de juros da Conta PI	(1.402)
= Lucro de senhoriagem	540

4 Recursos de infraestrutura e naturais

O BC possui sedes regionais em dez capitais e um parque tecnológico de ponta, fundamental para o cumprimento da missão de garantir um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

Em 2023, teve prosseguimento a melhoria das instalações prediais, especialmente nos aspectos de acessibilidade, segurança e sustentabilidade. Houve uma particular atenção à melhor utilização dos espaços, permitindo o compartilhamento dos imóveis com outros órgãos da União.

A ampla reforma do Museu de Valores em Brasília, iniciada em agosto de 2022, segue práticas sustentáveis, como o uso de materiais energeticamente eficientes e o descarte sustentável dos resíduos da obra. No ano de 2023, foi dada continuidade à obra, que tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2024.

Destaca-se, ainda, o início da reforma do sistema de ar-condicionado do Edifício-sede, em Brasília. A alteração visa a garantir a continuidade da climatização dos ambientes de escritório e das áreas críticas, como CPD e Central de Segurança. A contratação prevê também substituições das unidades resfriadoras (*chillers*) por equipamentos que permitem uma redução significativa no consumo de energia e que não utilizam gases com potencial de agressão à camada de ozônio.

4.1 CESSÃO DE USO DE ÁREAS A OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

O compartilhamento de imóvel proporcionou melhor utilização dos espaços, otimização dos processos de contratações de serviços e aquisições, rateio das despesas (serviços de água e esgoto, energia elétrica, vigilância, manutenção e conservação de bens imóveis etc.) e redução de custos com locação de imóveis por parte dos cessionários. A economia em custeio administrativo possibilita a realocação dos recursos, permitindo reforçar as políticas públicas dos órgãos.

Atualmente, o BC possui 32 cessões de áreas para 21 órgãos e entidades da administração pública, totalizando aproximadamente R\$18 milhões em repasses referentes ao rateio das despesas comuns.

As áreas cedidas pelo BC estão assim distribuídas em:

- » Belém – Controladoria Geral da União (CGU); Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SRA/MGI); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); e Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Pará (Sems);
- » Belo Horizonte – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram);

- » Brasília – Tribunal Superior do Trabalho (TST), com seis apartamentos na SQS 314, no bairro Asa Sul;
- » Curitiba – Antaq, Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Paraná (SRA/MGI) e Tribunal de Contas da União (TCU);
- » Fortaleza – Superintendência Regional da Polícia Federal e ANS;
- » Porto Alegre – Antaq, Agência Nacional de Mineração (ANM) e Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás);
- » Recife – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ANS;
- » Rio de Janeiro – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Superintendência de Seguros Privados (Susep) e ANM;
- » Salvador – ANS, ANTT e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- » São Paulo – CGU, Previc e Susep.

4.2 MEIO CIRCULANTE

a) Emissão de Moeda – Parceria com a Casa da Moeda

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa estatal que atua na fabricação de cédulas e moedas metálicas. A interlocução do BC com a CMB é constante e envolve desde as negociações para a compra de cédulas e moedas até a parceria no desenvolvimento de novas famílias do real e de moedas comemorativas.

Para 2023, foram encomendados 935.365 milheiros de cédulas e 870.192 milheiros de moedas à CMB.

b) Distribuição de cédulas e moedas – Parceria com o Banco do Brasil

O Banco do Brasil S.A. (BB) é a instituição financeira custodiante que atua conjuntamente com o BC na distribuição de numerário (cédulas e moedas metálicas) em todo o território nacional. O BB possui uma ampla rede de agências, o que gera grande capilaridade.

Após receber o numerário do BC, o BB realiza operações de saque, depósito e troca de numerário com as instituições financeiras. Os custos operacionais de distribuição e custódia do numerário são ressarcidos por essas instituições e o BB presta contas ao BC com relação a estes custos.



Além dessas operações, o BB efetua o saneamento das cédulas recebidas da rede bancária. As cédulas consideradas adequadas retornam à circulação e as inadequadas são encaminhadas ao BC para destruição.

4.3 AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

O BC reconhece a importância de usar os recursos naturais disponíveis de forma responsável e de minimizar o impacto de sua atividade sobre o meio ambiente.

Por isso, em 2017, o BC criou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e uma estrutura de governança para sua implementação e monitoramento, o Comitê de Responsabilidade Socioambiental Organizacional (CRSO). O comitê é responsável por coordenar as ações internas de responsabilidade socioambiental, consolidar as boas práticas e favorecer a integração e a troca de experiências sobre as ações e os projetos de sustentabilidade desenvolvidos no BC. Além disso, em 2021 foi criado o Comitê Economia Sustentável (Ecos), que visa a harmonizar e a disseminar a informação sobre iniciativas internas e externas ao BC para todas as áreas da instituição, visto que a temática é ampla e crescente, e toca em assuntos de áreas diversas.

Além disso, entre outras iniciativas, o BC mantém diretrizes para o estabelecimento e a implementação das respectivas Políticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) pelas instituições autorizadas a funcionar no SFN.

Dentre as ações realizadas em 2023 para incentivar a consolidação de uma cultura de sustentabilidade, destacam-se o inventário de emissões de gases de efeito estufa, as iniciativas para redução do uso de papel, a iniciativa de apro-

veitamento de resíduos de cédulas de real e de doação de itens de informática e mobiliário.

O BC persiste na busca pelo aumento da eficiência energética e pela redução do seu consumo de água por meio da execução de obras de revitalizações prediais e da instalação de soluções mais sustentáveis. O intento é reduzir o consumo de bens naturais, bem como racionalizar o gasto público, trazendo benefícios diretos para a sociedade.

Outro exemplo de iniciativa do BC para diminuição do consumo de bens naturais foi a eliminação do trânsito de documentos em papel. Anualmente, eram protocolados em torno de 90 mil documentos no Protocolo Digital. A eliminação trouxe ganhos tanto ao BC quanto ao SFN e à sociedade de forma geral ao tornar o processo mais ágil, mais seguro e menos oneroso. Soma-se a isso o benefício em sustentabilidade trazido pela expressiva redução do consumo de papel.

Outra iniciativa é a doação de itens de informática e mobiliário, considerados inservíveis para o BC, mas que podem ser úteis para Organizações não Governamentais (ONGs) e outros órgãos públicos. A doação fomenta a economia circular e evita o descarte de itens que ainda podem ser aproveitados.

O BC busca ainda disseminar essas boas práticas de sustentabilidade por meio da realização de reuniões e eventos com membros de outros bancos centrais, do SFN e de outros órgãos públicos, podendo servir como referência para eles.

Para mais ações relacionadas ao tema, consulte o capítulo “Nossos Resultados”, seção “Sustentabilidade” adiante.

a) Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O BC possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) que busca implantar práticas de sustentabilidade em suas instalações e em processos com potencial de gerar resíduos. Em 2023, o BC publicou a nova versão do PGLS para o **biênio 2023-2024** com os seguintes objetivos:

- » difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito do BC;
- » promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social junto à comunidade do BC;
- » revisar e aprimorar os processos de compras e de contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para a aquisição de bens, serviços e projetos que contenham critérios de sustentabilidade ambiental;

- » qualificar instalações e edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- » estabelecer parcerias visando à reciclagem de resíduos ou à destinação ambientalmente correta;
- » monitorar as emissões dos gases de efeito estufa relacionadas às atividades do BC com o intuito de encontrar caminhos para uma operação de baixo carbono;
- » promover o bem-estar em saúde; e
- » promover a equidade, a diversidade e a inclusão no ambiente do trabalho.

The background of the slide is a close-up, high-angle photograph of a circuit board. The board is covered in intricate, glowing orange circuit traces. In the center-right of the image, there is a glowing orange padlock icon, symbolizing security or protection. The overall color scheme is a warm, monochromatic orange.

NOSSOS **RESULTADOS**

A missão do BC é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

A estabilidade do poder de compra da moeda, ou seja, a estabilidade dos preços de produtos e serviços, é perseguida por meio do controle da inflação. Para isso, o BC conduz as políticas necessárias para cumprimento de metas fixadas pelo CMN.

Para cumprir sua missão, o BC busca continuamente promover aprimoramentos do SFN. Assim, a Agenda BC#, visa à democratização financeira, com redução do custo do crédito, serviços financeiros melhores e participação cada vez maior de diversos agentes no mercado financeiro. A Agenda BC# está organizada em seis dimensões temáticas: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência. Cada uma dessas dimensões abarca várias ações estratégicas, sendo que parte delas já foram concluídas.

Dentre 73 ações estratégicas que estiveram em execução ao longo de 2023, 15 foram concluídas. Para dar mais transparência e comunicar os resultados à sociedade ao longo do ano, há o [Portal de Transparência e Prestação de Contas no sítio do BC](#), que reporta periodicamente o acompanhamento dessas ações.

AÇÕES ESTRATÉGICAS EM 2023



OBJETIVOS

	Em execução	Concluídas
Inflação na meta	1	1
Estabilidade financeira	6	2
Inclusão	4	0
Competitividade	18	5
Transparência	12	3
Educação	6	0
Sustentabilidade	9	0
Excelência	17	4

73★
ações **em execução**

15✓
ações **concluídas**



Em relação aos indicadores de gestão, foram observados os seguintes resultados: dos 31 indicadores acompanhados, 27 alcançaram suas metas. Quatro indicadores não conseguiram cumprir a meta estabelecida, são eles:

- » Produtividade e qualidade de estudos e pesquisas;
- » Execução das Ações de Supervisão do Departamento de Supervisão de Conduta;
- » Prazo médio de decisão de processo administrativo sancionador;
- » Índice de Troco por habitante em cédulas.

Os indicadores de gestão, suas descrições, formas de cálculo, apurações, justificativas para metas não alcançadas e detalhes podem ser consultados no [sítio do BC](#).

As seções a seguir relatam os resultados que contribuíram, em 2023, para o alcance dos oito objetivos estratégicos do BC. Cada seção apresenta os resultados associados a cada um dos objetivos.

Com a prorrogação do atual ciclo estratégico até 2025, o BC continuará a implementar ações da Agenda BC# com postura proativa para promover benefícios à sociedade, de forma coerente com o cumprimento de sua missão. Além disso, a valorização de seus servidores e o fortalecimento institucional tornaram-se aspectos prioritários de sua atuação.

Esta seção relata os resultados do BC que visaram ao alcance do objetivo estratégico: “Cumprir as metas para a inflação estabelecidas pelo CMN e, sem prejuízo da estabilidade de preços, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego”.

Ao atuar no sentido de garantir a estabilidade do poder de compra, o BC contribui para o crescimento sustentável da economia. A estabilidade de preços permite que os brasileiros tomem decisões mais fundamentadas de consumo, investimento e poupança, favorecendo o crescimento do país, reduzindo as incertezas e aumentando o bem-estar econômico da sociedade.

Manter a inflação sob controle é importante porque preserva o valor do dinheiro, mantendo o poder de compra da moeda. Para alcançar esse objetivo, o BC utiliza a política monetária, que se refere às ações do BC que visam afetar o custo do dinheiro (taxas de juros) e a quantidade de dinheiro (condições de liquidez) na economia.

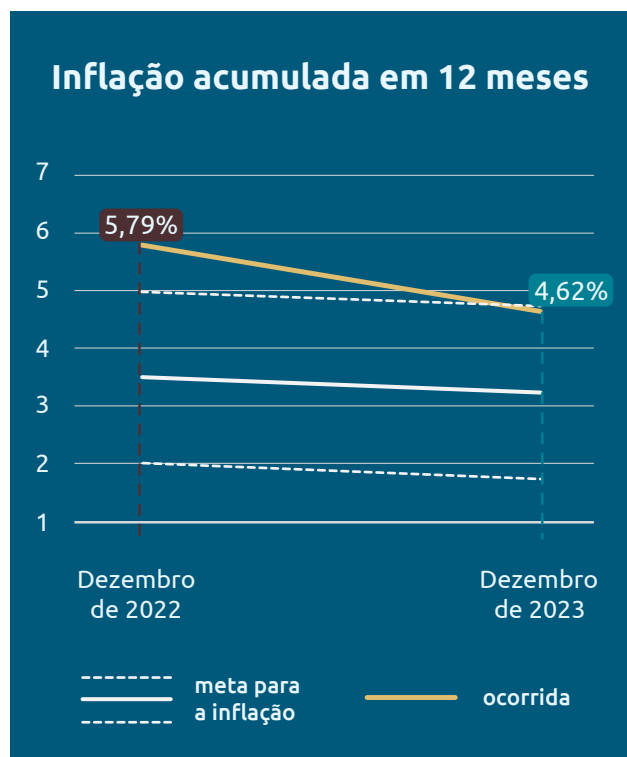
1 Estabilidade do poder de compra da moeda

Controle da Inflação em 2023

À medida que são identificados riscos de pressões sobre os preços de bens e serviços, o BC trabalha para adotar medidas tempestivas para combatê-los



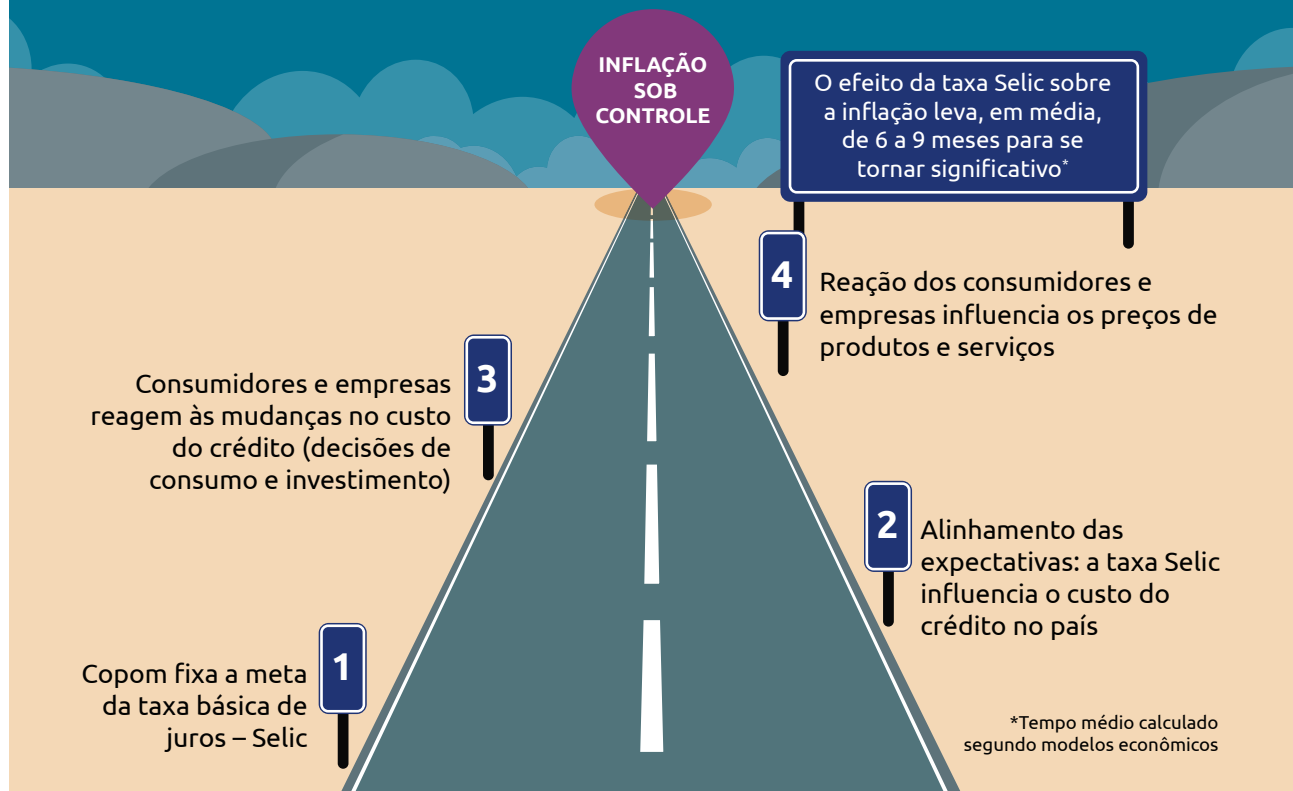
O ano de 2023 foi desafiador do ponto de vista da política monetária. A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), alcançou 4,62% em dezembro. A inflação se situou acima da meta, de 3,25%, mas dentro do intervalo de tolerância, de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos (1,75% a 4,75%). Alguns fatores foram especialmente relevantes para explicar o comportamento da inflação.



A inércia teve uma contribuição importante para a inflação em 2023 em função da elevada inflação em 2022, de 5,79%, afetando tanto a inflação de preços livres como a de preços administrados. No caso dos preços livres, a inflação passada significa pressão corrente de custos, advinda tanto de outros preços de bens e serviços utilizados como insumos, quanto de mecanismos inerciais informais de indexação salarial. Por exemplo, os reajustes nas negociações salariais tendem a acompanhar o movimento da inflação passada. No caso dos preços administrados, o destaque é para arranjos institucionais que vinculam o reajuste dos preços à inflação passada, com destaque para planos de saúde e medicamentos. A queda dos preços de *commodities*, em especial do petróleo, e a valorização cambial contribuíram para reduzir a inflação em 2023. Por outro lado, medidas tributárias (como a majoração do ICMS e a reoneração dos impostos federais sobre combustíveis) e expectativas de inflação acima da meta pressionaram a inflação do ano.

Finalmente, ressalta-se o papel do aperto da política monetária para a contenção da inflação. De fato, a política monetária encontra-se em território contracionista desde 2021. Nesse sentido, as projeções apresentadas no [Relatório de Inflação](#) de dezembro de 2023 apontam para um cenário de convergência da inflação para as metas definidas pelo CMN ao longo do horizonte relevante.

HORIZONTE DE TRANSMISSÃO DOS EFEITOS DO JURO BÁSICO NA INFLAÇÃO



a) Publicada a segunda versão do modelo econômico SAMBA

O *Stochastic Analytical Model with a Bayesian Approach* (SAMBA) é um modelo econômico com base em dados da economia brasileira que descrevem a interação de diversos agentes econômicos, como famílias, firmas, autoridade fiscal e banco central, em vários mercados. A partir de dados históricos sobre a economia brasileira, o SAMBA seleciona, por meio de métodos estatísticos, valores para os parâmetros das equações que são utilizados para simular cenários futuros.

Ele é utilizado para auxiliar a Diretoria Colegiada em suas decisões sobre política monetária e estabilidade financeira.

A **nova versão do modelo** é mais rápida e confiável, além de possibilitar a construção de cenários econômicos mais ricos e sofisticados. Além do aperfeiçoamento contínuo do modelo, buscou-se oferecer a maior riqueza de detalhes possível na descrição de equações, parâmetros e dados utilizados. O propósito é que pesquisadores de fora do BC também tenham condições de usar o SAMBA para seus estudos.

b) Aperfeiçoamento e ampliação do arcabouço de análise e projeções que subsidia as decisões de política monetária

O objetivo da ação foi aprimorar e ampliar o escopo de modelos de projeções e de análises empíricas utilizadas

como subsídio para as decisões do Copom, bem como sistematizar gestão de dados e informações utilizadas nas projeções e melhorias na comunicação de política monetária.

Entre os benefícios entregues, destacam-se: aprimoramento dos modelos de projeção com incorporação de novas variáveis e ampliação do arcabouço analítico utilizado para análise econômica; aprimoramentos na comunicação de política monetária por meio, principalmente, de melhorias e inovações no Relatório de Inflação e ampliação e consolidação de relacionamento com setor não financeiro; e capacitação técnica das equipes envolvidas.

A partir da conclusão da ação, as decisões de política monetária, que afetam a sociedade como um todo, passaram a ser tomadas com um conjunto maior de informações e maior qualidade de análise econômica.

c) Ampliação do relacionamento institucional com o setor não financeiro da economia brasileira

A ação tem como objetivo ouvir de empresas e associações de classe, de distintos segmentos da atividade produtiva, suas percepções sobre a conjuntura econômica na ótica do setor em que atuam. Essa interação regular e frequente auxilia na obtenção tempestiva de informações que podem colaborar para uma melhor compreensão das estatísticas econômicas, enriquecendo as análises de conjuntura de curto prazo e contribuindo para o aprimoramento das informações levadas ao Copom ou apresentadas no Relatório de Inflação.

A ação encontra-se em fase piloto e pode, juntamente a outras fontes de informações, como o relatório Focus e o Questionário pré-Copom, dar importante suporte às decisões do Copom, especialmente em cenários de mudanças repentinas da conjuntura econômica.

Para 2024, a proposta é a ampliação da base de contatos, em especial com grandes empresas dos diferentes setores econômicos, o aumento da frequência das reuniões semanais, manutenção dos contatos já estabelecidos a fim de preservá-los para o longo prazo, e aprimoramento da comunicação interna das informações coletadas.

d) Boxe do Relatório de Inflação – Sistema de análise e projeções do BC

O processo de tomada de decisão de política monetária no BC, em linha com as boas práticas internacionais, exige avaliar o estado atual da economia e seus desenvolvimentos futuros, cenários mais prováveis, possíveis riscos e o efeito de diferentes decisões. A experiência acumulada pela instituição nas últimas duas décadas com o regime de metas para a inflação e a atualização contínua das ferramentas utilizadas permitiram ao BC publicar boxe específico no Relatório de Inflação com a descrição do processo e dos elementos atuais da geração de análises, cenários e projeções para a inflação e para medidas de ociosidade econômica, estas últimas relacionadas à atividade econômica e ao mercado de fatores.

Essa iniciativa faz parte de uma política de aprimoramento contínuo das ferramentas e está alinhada com a diretriz de manter elevados níveis de transparência e prestação de contas nas ações e processos decisórios de política monetária.

e) Boxe do Relatório de Inflação – Medidas de taxa de juros real neutra no Brasil

A taxa de juros real neutra da economia é referência fundamental na formulação da política monetária e sua estimativa constitui um importante desafio para a condução da política monetária. A taxa de juros real efetiva definida pelo BC pode esfriar a economia se estiver acima da taxa neutra (política monetária contracionista) ou aquecer a economia se a estiver abaixo da taxa neutra (política monetária expansionista). Por se tratar de fator não observável diretamente e por variar ao longo do tempo de acordo com a evolução de seus determinantes – incluindo, por exemplo, a taxa de crescimento do produto potencial, preferências dos agentes econômicos entre consumo, poupança e investimento, eficiência do sistema financeiro e o prêmio de risco da economia – diversas abordagens e metodologias podem ser adotadas em sua estimativa.

Em linha com as melhores práticas em política monetária, o BC publicou **boxe no Relatório de Inflação** com as diversas abordagens para estimação da taxa de juros real neutra brasileira acompanhadas pela instituição. Dessa forma, o BC reafirma seu compromisso de manter o público infor-

mado sobre o acompanhamento desse fator tão importante para a condução da política monetária.

A taxa de juros real neutra da economia pode ser definida como aquela consistente, no médio prazo, com inflação na meta e crescimento do produto igual ao crescimento potencial (Blinder, A. *Central banking in theory and practice*, Cambridge: MIT Press, 1998).

Trata-se de uma variável não observável, estimada por técnicas estatísticas, que corresponde à taxa real de juros (taxa nominal subtraída da inflação) que representaria uma política monetária nem expansiva nem contracionista, ou seja, que nem estimularia nem frearia a economia.

f) BC Blog, o blogue de análises, estudos e pesquisas econômicas do BC

O **BC Blog** é um canal de comunicação entre servidores do BC e a sociedade para apresentação de análises e estudos desenvolvidos na instituição. Lançado em dezembro de 2023, segue uma tendência mundial dos bancos centrais de criar meios de disseminação de estudos e pesquisas mais ágeis e com linguagem mais acessível ao público. Nesse sentido, são bons exemplos os blogues do Banco da

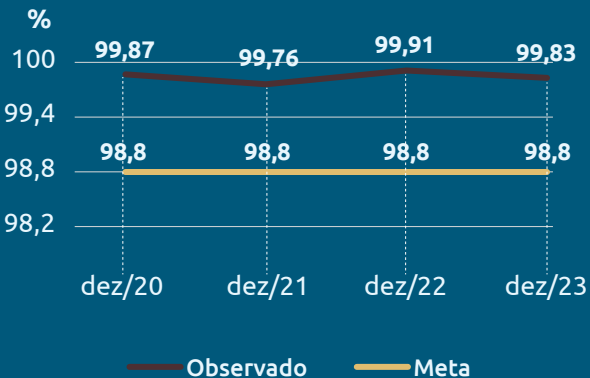
Inglaterra (*Bank Underground*); do *Federal Reserve Bank*, de Nova Iorque (*Liberty Street Economics*); e o do Banco Central da França (*Eco Notepad*). As publicações não terão periodicidade fixa e versarão sobre temas de interesse do BC, como macroeconomia (inflação, atividade econômica, mercado de trabalho e política monetária), economia bancária, estabilidade financeira, cidadania financeira, sustentabilidade, supervisão, regulação e novas tecnologias. Deve-se ressaltar que as opiniões expressas nos textos são exclusivamente dos autores e não refletem, necessariamente, a visão do BC.

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram, durante o ano, para o alcance do objetivo estratégico: “Manter a estabilidade financeira nacional”. Além de ser um objetivo estratégico, faz parte da missão do BC zelar por um sistema financeiro que seja sólido, eficiente e competitivo.

Nesse sentido, o BC monitora constantemente o SFN. As análises realizadas indicam que não houve risco relevante para a estabilidade financeira e que o sistema financeiro estava preparado para enfrentar todos os choques macroeconômicos simulados.

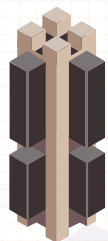
O SFN manteve níveis de capital e liquidez superiores aos requerimentos prudenciais, bem como provisões apropriadas à cobertura dos riscos. Para as pessoas físicas, observou-se melhora na qualidade das concessões de crédito ao longo de 2023. Com relação às empresas, não houve alteração relevante nos critérios de concessão de crédito.

Nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do SFN (mede a solidez do SFN)



Um indicador mensal que permite acompanhar a solidez do sistema financeiro é o de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por parte das instituições do SFN (NEEC – SFN). Ele é apurado mensalmente e manteve, ao longo de todo o ano, desempenho superior à meta de 98,8% estabelecida, com média de 99,9%.

ESTABILIDADE FINANCEIRA



SISTEMA FINANCEIRO

O Banco Central considera que não há risco relevante para a estabilidade financeira.



CRÉDITO

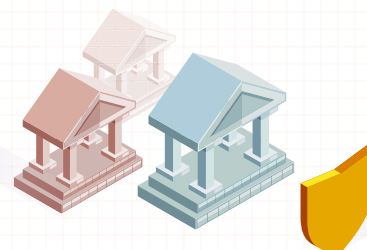
Financiamento à economia real permaneceu desacelerando, em linha com o ciclo de política monetária e com a percepção de risco de crédito.

Mercado de capitais manteve-se como fonte relevante de financiamento para as grandes empresas.

RESILIÊNCIA

Provisões estão apropriadas quanto às perdas esperadas, e capitalização e liquidez estão confortáveis.

Resultados dos testes de estresse seguem indicando que o sistema bancário é capaz de absorver todos os choques simulados, tanto no capital quanto na liquidez.



RISCOS

Instituições financeiras reduziram o apetite ao risco, mas o cenário ainda requer cautela.

Capacidade de pagamento das famílias segue pressionada.

A atuação do BC no monitoramento e na supervisão prudencial e de conduta continuou a contribuir decisivamente para o funcionamento adequado do SFN em 2023. A atuação proativa das equipes de supervisão concorreu para a manutenção da solidez do SFN e para o adequado fluxo de crédito para a economia, bem como contribuiu positivamente na implementação da agenda de inovação do BC. Para tanto, o BC esteve em contato constante com dirigentes e representantes das entidades supervisionadas e realizou diversos tipos de ações de supervisão sobre essas entidades, desde monitoramento remoto até ações de supervisão direta *in loco*.

O BC também atuou na disponibilização de informações de interesse da sociedade acerca do desempenho do SFN. Houve intensificação do uso de sistemas de informação, aplicativos, ferramentas e algoritmos que já se encontravam em desenvolvimento nos últimos anos.

Em 2021, o BC supervisionava 1.645 instituições individuais. No final de 2023, foram 1.831 instituições supervisionadas, um acréscimo de 11,3% em três anos, enquanto o quantitativo de servidores envolvidos nas atividades de supervisão reduziu em 8,1% no mesmo período. Além disso, as instituições supervisionadas variam muito em sua natureza e complexidade, incluindo conglomerados bancários e não bancários, bem como instituições independentes, como cooperativas de crédito, instituições de pagamento, instituidoras de arranjos de pagamento, administradoras de consórcios, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários,

corretoras de câmbio, operadoras de infraestruturas do mercado financeiro, entre outras.

Dessa forma, a atuação crescentemente diversificada e competitiva do SFN demanda que o BC amplie a realização de avaliações prospectivas sobre a viabilidade de seus modelos de negócio e a qualidade das suas estruturas de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, aplicáveis tanto nos aspectos prudenciais quanto de conduta.

Assim, ao longo do ano, apesar dos recursos humanos insuficientes e decrescentes frente ao aumento na quantidade e complexidade das instituições supervisionadas, o BC concluiu 813 ações finalísticas de supervisão, contemplando monitoramento micro e macroprudencial, supervisão prudencial bancária, não bancária e de conduta, assim como ações de assessoria técnica, supervisão especializada, curadoria de dados e gestão estratégica. As ações de supervisão implementadas tiveram como diretriz o equilíbrio entre a preservação da saúde financeira das entidades que compõem o SFN, a continuidade da prestação de serviços financeiros essenciais à sociedade e o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para aprimoramento dos processos de supervisão.

Um dos resultados do processo de Supervisão sobre o SFN foi a celebração, em 2023, de 18 Termos de Compromisso com entidades supervisionadas, visando à cessação de práticas inadequadas, à correção de irregularidades e à indenização de prejuízos a clientes, gerando o recolhimento ao BC

de R\$38,34 milhões a título de contribuição pecuniária. Três desses Termos de Compromisso, que tratam da cobrança de tarifas e/ou de encargos financeiros em desacordo com a regulamentação vigente, estabeleceram a obrigação de devolução de valores a mais de 4,68 milhões de clientes, no montante de R\$75,86 milhões.

Mais informações sobre o tema estão disponíveis no [Relatório de Estabilidade Financeira](#).

a) Fraudes e golpes no SFN – Compartilhamento de dados em sistema eletrônico

O crescimento do uso de meios de pagamento eletrônicos e das transações financeiras por meio de canais de atendimento eletrônicos, como celulares e *internet banking*, foi acompanhado do aumento de eventos de fraudes, agravado, em parte, pela assimetria de informações entre as instituições envolvidas. A atuação preventiva do BC para reduzir o número de fraudes e golpes e melhorar a percepção de segurança transacional do SFN envolve o tratamento de questões tais como o aumento de contas laranja, a assimetria de informações sobre eventos fraudulentos, bem como ações de conscientização do cliente financeiro. Sensíveis a esses problemas, o CMN e o BC aprovaram, em 2023, regras determinando que as instituições autorizadas a funcionar pelo BC, exceto administradoras de consórcio, compartilhem entre si, por meio de sistema eletrônico, dados e informações sobre indícios de ocorrência ou de tentativa de fraudes.

A regulamentação estabelece um escopo mínimo dos dados e das informações a serem compartilhados, requisitos para funcionamento do sistema, como declaração de conformidade de registros efetuados, funcionalidades para a interoperabilidade com outros sistemas, quando existentes, requisitos para a contratação do serviço de compartilhamento de dados e informações, detalhamento dos parâmetros associados aos acordos de níveis de serviço, bem como requisitos técnicos de segurança específicos

para o funcionamento do sistema eletrônico. Além disso, o registro dos dados e das informações em sistema eletrônico requer prévio consentimento do cliente das instituições.

Espera-se que o compartilhamento de dados e de informações possibilitem a adoção de procedimentos e controles das instituições para reduzir a ocorrência de fraudes no SFN e no SPB.

b) Fraudes e golpes no SFN – Compartilhamentos de dados de chaves Pix

No âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) – grupo suprainstitucional coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) –, o BC estabeleceu procedimentos para que as autoridades competentes tenham acesso aos dados cadastrais vinculados às chaves Pix para apurar irregularidades em que o titular dos dados estiver envolvido. Assim, a autoridade competente deve assegurar o devido tratamento às informações obtidas, preservando o sigilo eventualmente incidente.

O acesso a esses dados auxilia investigações de lavagem de dinheiro e outros crimes que utilizam transações financeiras por meio do Pix. Dados como transferências, compras e saques, protegidos pelo sigilo bancário, não são abrangidos pela funcionalidade. Os dados disponibilizados se somam ao compartilhamento já existente de informações constantes no CCS.

A iniciativa não se restringe ao compartilhamento de transações por meio do Pix e abrange também transferências entre contas na própria instituição; Transferência Eletrônica Disponível (TED); transações de pagamento com emprego de cheque; transferências por meio de Documento de Crédito (DOC); boletos de pagamento e saques de recursos em espécie.

c) Fraudes e golpes no SFN – Trabalhos de Prevenção e Combate

Em 2023, foram realizadas inspeções nas instituições financeiras com os seguintes objetivos:

- » obter uma visão abrangente, transversal e consolidada dos mecanismos de procedimentos e controles implementados de gestão do atendimento de demandas de clientes envolvendo a ocorrência de golpes e fraudes em contas de depósito e de pagamento pré-pagas; e
- » estabelecer os padrões mínimos aceitáveis e reconhecer as melhores práticas de recepção, análise, tratamento e classificação das denúncias e de reclamações de consumidores financeiros, bem como identificar eventuais situações de descumprimento das normas relativas ao assunto.

No âmbito da prevenção e combate a fraudes e golpes, as instituições inspecionadas se destacaram pelas seguintes medidas:

- » as instituições implementaram controles e procedimentos relevantes para aprimoramento da integridade, da segurança e da legitimidade das transações e do produto;
- » ações educativas direcionadas aos clientes e ao público em geral sobre as diferentes tipologias de golpes e fraudes foram veiculadas nos principais canais de comunicação, redes sociais, televisão, rádio e cinema; e
- » a maioria das instituições realiza contato ativo com os clientes, potenciais vítimas e/ou beneficiários de recursos reclamados ou “suspeitos” para confirmação ou esclarecimento de situações atípicas identificadas no monitoramento antifraudes.

Os Trabalhos de Prevenção e Combate a Fraudes prosseguirão em 2024 a partir da avaliação de melhorias propostas, tais como:

- » ampliação da interlocução com a área gestora da política de relacionamento com clientes sobre o tema golpes e fraudes;
- » aprimoramento dos canais de atendimento às vítimas não clientes das instituições destinatárias de recursos fraudados; e
- » incentivo a abordagem adequada do tema nos reportes direcionados à alta administração.

d) Atualização das regras de consórcios

Consórcio é a reunião de pessoas físicas ou jurídicas em grupo com a finalidade de propiciar a seus integrantes a aquisição de bens e serviços por meio de autofinanciamento. A gestão do grupo e dos ativos é realizada por administradora de consórcio autorizada a funcionar pelo BC. Em 2023, o BC aprovou novas regras sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcios.

Entre as principais mudanças, foram aprimoradas as regras com vistas a reduzir riscos operacionais, atualizar e homogeneizar termos, conceitos e linguagens, e a eliminar ambiguidades e duplicidades de orientações.

Entre as inovações, destacam-se a revisão e a atualização das informações mínimas que devem constar do contrato de adesão para participação em grupo de consórcio. O objetivo é evidenciar ainda mais os direitos e os deveres das partes contratantes.

Foi dispensada a exigência de os regulamentos dos grupos de consórcio serem registrados em cartório. Eles devem estar disponíveis nos sítios eletrônicos das administradoras de consórcios na internet. Foram flexibilizados os critérios para realização das assembleias gerais de consorciados, que poderão ser presenciais ou virtuais.

Espera-se com essas medidas desburocratizar processos, reduzir custos e ampliar a transparência. Essas e outras

inovações passarão a ser aplicadas a partir de 1º de julho de 2024.

e) Decreto atribui ao BC a competência para regular a prestação de serviços de ativos virtuais

O **Decreto 11.563, de 2023**, que regulamenta a Lei 14.478, de 2022, atribui ao BC a competência para regular e autorizar a prestação de serviços de ativos virtuais. Além das diretrizes estabelecidas em lei de incentivo à livre iniciativa e à livre concorrência e proteção e defesa de consumidores, serão observadas as recomendações internacionais sobre ativos virtuais e suas interações com o SFN.

A regulamentação do tema de responsabilidade do BC está em construção e será objeto de consultas públicas para colher subsídios da sociedade para elaboração das regras definitivas.

Ativo virtual, para efeito da Lei 14.478, de 2022, é a representação digital de valor que pode ser negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento.

Eles não são emitidos nem garantidos pelo BC e seus valores decorrem de negociações entre quem emite e quem adquire.

f) SupTech – Aplicações em Processamento de Linguagem Natural para Supervisão

O projeto SupTech teve por objetivo incorporar aplicações com inteligência artificial (IA) aos processos de supervisão do BC. Foram desenvolvidas tecnologias para tratamento de documentos com base em técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) e estabelecidas regras de governança para uso de IA na supervisão.

Nesse sentido, o projeto se desenvolveu em três grandes vertentes:

- » Provas de Conceito (PoCs) – tiveram por objetivo criar, desenvolver, testar, implementar e disseminar ferramentas amparadas em IA, principalmente PLN para leitura de documentos, para uso nos processos de trabalho de supervisão. Essa frente proporcionou a criação de dez ferramentas em uso nas mais diversas atividades de fiscalização;
- » Governança de IA – elaboração de um conjunto de princípios de governança para desenvolvimento, aprovação, utilização e sustentação de modelos de IA a fim de mitigar riscos e assegurar tanto a qualidade quanto a segurança das soluções criadas e das decisões tomadas com base nessas ferramentas;
- » Desenvolvimento Técnico-Gerencial – o projeto proporcionou capacitação de alta qualidade aos servido-

res em assuntos ligados a IA aplicada à supervisão. O principal destaque foi a criação e a realização de cursos específicos e customizados sobre o tema em parceria com o Instituto Febraban de Educação. Além disso, houve participação em diversos fóruns internacionais e interações com outros bancos centrais, que buscaram conhecer os avanços realizados pelo BC.

Os trabalhos prosseguem por meio da iniciativa denominada SupTech e Inovações para Supervisão, que possui o objetivo de ampliar os benefícios obtidos com o projeto, em especial no que se refere à capacitação contínua dos servidores em inovações tecnológicas e nas melhores práticas internacionais relacionadas ao tema. Nessa iniciativa, foram continuados o desenvolvimento de aplicações a serem utilizadas no processo de supervisão com uso dos princípios de IA desenvolvidos pelo projeto e na realização de novos intercâmbios relacionados com inovações tecnológicas e aplicações SupTech.

g) FSAP – Preparação para a avaliação de 2025

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial conduzem periodicamente um exercício de avaliação do sistema financeiro das jurisdições que o integram denominado *Financial Sector Assessment Program* (FSAP). São avaliados diversos aspectos, entre eles a aderência às recomendações do *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), que constituem o documento *Basel Core Principles for Effective Banking Supervision*. Em 2025, o sistema financeiro brasi-

leiro será avaliado com base na nova versão do documento do BCBS, em que alguns dos critérios essenciais dos 29 princípios tiveram sua redação aprimorada.

No exercício de 2025, serão verificados o tratamento regulatório e as ações de supervisão envolvendo temas como os riscos inerentes à atividade de intermediação financeira, a resiliência operacional das instituições que atuam no sistema financeiro, o risco sistêmico e a supervisão macroprudencial, entre outros.

Previamente à efetiva realização do exercício FSAP, o BC iniciou, em 2023, a condução de um processo de autoavaliação da aderência do arcabouço regulatório e das práticas de supervisão buscando identificar pontos de aperfeiçoamento, tendo em conta os resultados do exercício de 2018 e a evolução normativa desde então. Esse esforço incluiu diversas áreas da instituição, como a de normas, a de supervisão, a de autorizações e a jurídica.

h) Novidades no tratamento e gerenciamento de riscos

O BC prosseguiu na adoção local do conjunto de medidas prudenciais denominado Basileia III, seguindo as recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCS). Nesse sentido, foram reformuladas as abordagens facultativas de modelos internos (abordagens IRB) para a apuração do requerimento de capital para o risco de crédito.

Tais modificações visaram reduzir a complexidade das abordagens IRB e limitar o seu escopo buscando aumentar a robustez dos modelos e a comparabilidade entre as instituições que as adotam. A adoção das abordagens IRB é condicionada ao cumprimento de um conjunto de exigências relativas à gestão, aos sistemas que as apoiam e ao processo de estimação dos parâmetros de risco usados. As mudanças de maior repercussão no contexto brasileiro afetam os incentivos ao uso das abordagens IRB, em particular, a possibilidade de uso do IRB para uma parcela das exposições e a consequente flexibilização do processo de candidatura, com vista à otimização da alocação de capital para cobertura do risco de crédito e alinhamento a uma gestão de risco mais robusta.

Além disso, foram aprimoradas as regras para o gerenciamento integrado e contínuo de riscos com definição dos conceitos e dos requisitos específicos aplicáveis ao risco país e ao risco transferência dentro da estrutura de gerenciamento de riscos. Tais requisitos somam-se àqueles de caráter genérico que se aplicam a todos os riscos inerentes à atividade de intermediação financeira.

Relata-se ainda que, em 2023, as tabelas padronizadas do Relatório de Pilar 3 foram atualizadas, conforme o padrão estabelecido pelo BCS, incluindo novas tabelas para divulgação de informações relativas ao risco de crédito na abordagem padronizada e a divulgação das tabelas relativas às abordagens IRB.

As abordagens IRB permitem à instituição estimar os parâmetros de risco de crédito que determinam o requerimento de capital regulatório.

Relatório de Pilar 3 é um relatório financeiro que deve ser disponibilizado pelas instituições financeiras contendo informações qualitativas e quantitativas sobre gestão de risco e apuração de capital. As informações devem ser divulgadas em tabelas em formato estabelecido pelo BC.

i) Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC)

Em novembro de 2023, o BC iniciou a publicação periódica de relatório sobre a **Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC)**, que procura captar as tendências do mercado de crédito bancário a partir das percepções das instituições financeiras. A pesquisa oferece uma melhor compreensão da dinâmica do crédito, pois capta a percepção das instituições financeiras sobre os diferentes fatores que afetam a demanda e a oferta e sobre a evolução futura do crédito e da inadimplência. Trata-se de um complemento aos dados agregados mais comuns sobre a evolução do crédito bancário, tais como saldos, volume de concessões e taxas de juros.

As instituições são agrupadas em quatro segmentos de crédito: Pessoa Física – Crédito para consumo e Crédito habitacional; e Pessoa Jurídica – Micro, pequenas e médias empresas (MPME) e Grandes empresas. Algumas de suas séries são publicadas no sítio do BC, no **SGS**.

j) Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF)

Em novembro de 2023, o BC iniciou a publicação periódica de relatório sobre a **Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF)**, elaborada em forma de questionário eletrônico, que o BC realiza com as principais instituições do SFN. O objetivo da PEF é captar a percepção das instituições, reguladas ou não reguladas pelo BC, sobre os principais riscos à estabilidade financeira no horizonte dos próximos três anos. A partir de maio de 2023, a amostra da PEF passou pelas seguintes alterações:

- » reformulação da amostra de instituições bancárias (reguladas pelo BC);
- » inclusão de instituições de pagamento e cooperativas centrais de crédito (reguladas pelo BC);
- » inclusão de gestoras de ativos (reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM), entidades fechadas de previdência complementar (Previc) e seguradoras (reguladas pela Susep).

Com as alterações, o número de respondentes na amostra passou de 52 para 98, dos quais 74 são instituições reguladas pelo BC.

Além da ampliação de sua divulgação, a PEF passou a contar com um módulo específico voltado à análise de riscos climáticos e seus efeitos no sistema financeiro: PEF – Módulo Riscos Climáticos. Seu acompanhamento terá periodicidade anual, sendo realizado no primeiro trimestre de cada ano. Com esse novo módulo será possível o acompanhamento da percepção do mercado em relação aos efeitos dos riscos climáticos.

As pesquisas PTC e PEF já eram realizadas desde 2011, e os resultados da PEF são publicados no REF. A publicação dos relatórios das pesquisas ampliou a transparência das informações. Os seus principais resultados são apresentados nas reuniões do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) e servem de subsídios para as decisões da Diretoria Colegiada. As publicações possuem periodicidade trimestral.

k) Atualização das normas sobre derivativos de crédito

Derivativos de crédito são instrumentos financeiros que funcionam como seguro contra o risco de não receber o pagamento de um crédito. O credor da dívida contrata um derivativo de crédito com uma contraparte, pagando-a pela garantia de que esta irá ressarcir-lo se houver evidências de que o devedor não honrará seu compromisso (exemplos:

atraso no pagamento, decretação de falência ou insolvência, alteração das condições de pagamento de forma desfavorável ao credor etc.).

Por oferecerem garantia contra o não recebimento de uma dívida, os derivativos de crédito diminuem o risco e o custo da concessão de crédito e do investimento em títulos privados, especialmente em operações de maior valor e de longo prazo.

A regulação original do SFN sobre derivativo de crédito encontrava-se desatualizada, o que dificultava a realização dessas operações no Brasil. Em 2023, com o objetivo de favorecer a gestão de risco e a oferta de crédito para investimentos em infraestrutura e atividades produtivas, o CMN editou medida regulatória que flexibiliza e atualiza os requisitos para contratação de derivativos de crédito pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BC, em consonância com as melhores práticas internacionais.

l) Definição das regras para o registro e o depósito centralizado de recebíveis imobiliários

O BC disciplinou, em 2023, o registro e o depósito centralizado de recebíveis imobiliários derivados de operações de financiamentos concedidos pelas instituições financeiras, assim como a prestação desses serviços por infraestruturas do mercado financeiro, estabelecendo as regras complementares necessárias ao cumprimento de normas do CMN. Os recebíveis imobiliários são direitos creditórios originá-

rios de contratos de compra e venda ou de promessas de compra e venda celebrados entre incorporadores ou loteadores e compradores ou promitentes compradores de unidades imobiliárias autônomas ou de lotes.

Nas operações de crédito imobiliário, os direitos creditórios figuram como elementos determinantes para a concessão do crédito e para a definição das condições da operação, uma vez que garantem recursos para a conclusão da obra.

As medidas regulatórias adotadas, ao assegurar informações mais transparentes, tempestivas e fidedignas acerca das garantias oferecidas baseadas em recebíveis, confere maior segurança às operações de crédito, contribuindo para que construtores e incorporadores, em especial os de menor porte, tenham acesso a condições de crédito mais vantajosas com potenciais impactos positivos sobre os adquirentes de imóveis em construção.

m) Implementação de nova metodologia de gestão de risco de crédito pelas instituições financeiras

A partir de janeiro de 2025, entidades dos segmentos prudenciais S1 a S3 poderão, observadas certas condições, calcular com base em modelos próprios suas provisões para perdas esperadas para risco de crédito em instrumentos financeiros. Entidades do S4 e S5 também deverão estimar suas perdas esperadas, porém o processo seguirá metodologia simplificada. Entre os principais benefícios espera-

dos estão a convergência aos padrões contábeis internacionais e uma maior eficiência na alocação de provisões para perdas, pois as novas regras contábeis tornam o reconhecimento de perdas por risco de crédito mais prospectivo.

Tal inovação traz desafios às entidades supervisionadas relativamente à qualidade de gestão de risco e à estimação de perdas. Assim, o BC elaborou um mapa de calor da implementação, avaliando aderência de conceitos e parâmetros de riscos das entidades ao estabelecido pela nova norma. Esse trabalho foi realizado em 2023 e será reproduzido em 2024. O mapa considerou todas as entidades do S1 e S2 e as mais relevantes do S3, totalizando 58 conglomerados bancários avaliados. O mapeamento permitiu identificar e atuar tempestivamente sobre as entidades com maiores dificuldades na implementação da nova metodologia, de forma a contribuir para a manutenção de um SFN sólido, estável e eficiente. [Saiba mais.](#)

n) Acompanhamento da implantação do *Fundamental Review of the Trading Book (FRTB)*

Entraram em vigor, em 2023, as alterações normativas referentes à primeira fase da implantação, no Brasil, das recomendações do Comitê da Basileia para Supervisão Bancária referentes à gestão do risco de mercado, conhecidas como *Fundamental Review of the Trading Book (FRTB)*.

As mudanças referem-se aos critérios para a classificação de instrumentos financeiros na carteira de negociação ou na carteira bancária das instituições financeiras. Também foram estabelecidos os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado e a possibilidade de utilização de classificações diversas desde que autorizadas pelo BC.

No ano de 2023, foram autorizadas a constituição de mesas de transferência de risco de três entidades supervisionadas e algumas classificações de produtos originalmente designados para carteira de negociação em carteira bancária. Adicionalmente, as inspeções realizadas permitiram interações com as instituições financeiras referentes às adaptações necessárias para atendimento à norma, contribuindo para uma implementação mais consistente das fases posteriores do FRTB.

o) Operações de crédito admissíveis às Linhas Financeiras de Liquidez (LFL)

A partir de novembro de 2023, o BC passou a disponibilizar para as instituições financeiras participantes das LFL os dados relativos às operações de crédito que serão admissíveis como garantias a essas operações. O sistema prevê o envio automático de dois arquivos por mês. O primeiro, considerado uma prévia, contendo as informações cons-

tantes no Sistema de Informações de Crédito (SCR) após findo o prazo para as atualizações daquele sistema por parte das instituições financeiras. O segundo, definitivo, com informações constantes no final de cada mês. [Saiba mais.](#)

O objetivo desse serviço é propiciar às instituições financeiras a possibilidade de gerenciamento das operações de crédito que pretendam oferecer em garantia em futuras operações LFL, racionalizando os custos de geração e depósito desses ativos em depositário central.

É esperado um aumento significativo no potencial de liquidez acessível junto ao BC por parte das instituições financeiras, bem como um aumento no número de participantes habilitados às LFL. Em novembro de 2023, o sistema contava com 27 participantes habilitados e um em fase de homologação. Desde o início do funcionamento do sistema, foram contratadas 17 operações em um volume aproximado de R\$64 bilhões.

A agenda evolutiva das LFL prevê, para 2024, a aceitação dos ativos representativos de crédito bancário, mais especificamente das Cédulas de Crédito Bancário (CCB). O desenvolvimento dos ajustes necessários para que as CCB passem a ser elegíveis às LFL está em andamento. Outras previsões da agenda evolutiva são o desenvolvimento de eventual módulo de leilão, o aceite de títulos públicos federais e a avaliação de diferenciação para ativos sustentáveis.

p) Aprimoramento na relação entre o BC e os fundos garantidores

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) interagem com o BC enquanto entidades integrantes da rede de proteção do SFN e do Sistema Nacional do Cooperativismo de Crédito.

Em 2023, essa interação foi aprimorada com a autorização regulatória para franquear a ambos os fundos a possibilidade de aplicação de recursos em operações comprometidas com o BC e gestão de disponibilidades via Sistema de Transferência de Reservas (STR). A medida confere camada adicional de segurança operacional às operações financeiras que ambos os fundos realizam com suas instituições associadas. Também foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre do BC e o FGCoop, a exemplo do ACT já em vigor desde 2019 com o FGC, para ações conjuntas de cooperação técnica e intercâmbio de informações entre as partes.

Nos próximos anos, o BC pretende otimizar os acordos de cooperação técnica com FGC e FGCoop para criar espaços permanentes para coordenação de esforços em temas de estabilidade, de resolução e de educação financeira.

Os fundos garantidores são entidades privadas que protegem, de acordo com os requisitos estabelecidos em seus regulamentos, determinados recursos depositados ou investidos em instituições associadas.

O FGC administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores que permite recuperar depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, até determinado valor, em caso de intervenção ou de liquidação extrajudicial.

O FGCoop, por sua vez, provê proteção a depositantes e investidores no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

q) Avanço na coordenação internacional para o enfrentamento de crises

Os Atributos Chave para Regimes de Resolução Efetivos do *Financial Stability Board* (FSB) recomendam que as autoridades de países onde instituições financeiras de importância sistêmica possuem atuação relevante realizem reuniões periódicas para cooperação e coordenação transfronteiriça com vistas a aprimorar a prevenção e a preparação para crises. Ao longo de 2023, o BC manteve intenso engajamento em Colégio de Autoridades de Resolução de instituições sistemicamente importantes em nível global com atu-

ação nacional e em nível doméstico com relevante desempenho internacional para alinhamento de estratégias de coordenação.

Para além das reuniões colegiadas recorrentes, nos próximos anos, o BC pretende avançar em interações bilaterais com autoridades de resolução estrangeiras em temas específicos que subsidiem a coordenação dos planejamentos de resolução e os processos de avaliação de resolubilidade das instituições financeiras no Brasil que possuem atuação internacional relevante, intensificando o uso de tecnologias de comunicação.

r) Grupo de Trabalho em parceria com a CVM e [B]3 para tratamento de situações especiais

O grupo de trabalho Liquidações foi criado no âmbito do ACT entre o BC e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para uniformizar procedimento e aprimorar a comunicação entre os reguladores, infraestruturas de mercado, instituições financeiras e seus clientes em situações de liquidação extrajudicial de instituição regulada, cujas atividades culminaram, em 2023, com:

- » o desenvolvimento de estratégias de transferência ágil de ativos custodiados em caso de saída do mercado voluntária ou compulsória (intervenção ou liquidação extrajudicial) de corretoras ou distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (TVM);

- » a normatização pela [B]3 do tratamento dos títulos da corretora vinculados em garantia de clientes;
- » a criação da Conta Especial de Liquidação de Participante para possibilitar o tratamento em caso de liquidação extrajudicial de membro de compensação; e
- » o avanço no tratamento de saldos disponíveis de clientes nas corretoras e distribuidoras de TVM por meio do registro em contas de pagamento ou de contas de registro.

Espera-se que a implementação das medidas do grupo de trabalho promova mais agilidade e segurança em eventuais ocorrências de liquidação extrajudicial de corretoras e distribuidoras com menor impacto para os clientes.

s) Remuneração da Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) de titularidade das instituições de pagamento

Para garantir a separação entre os recursos de clientes aportados nas contas de pagamento e os recursos próprios das instituições, os emissores de moeda eletrônica devem manter depósitos no BC, em espécie ou em títulos públicos federais (TPF), correspondentes aos saldos de seus clientes. Os depósitos em espécie são realizados em uma conta específica denominada Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME).

A partir de julho de 2023, o BC passou a remunerar os depósitos das instituições de pagamento mantidos na CCME. As instituições de pagamento, por serem constituídas sob a forma de entidade não financeira, enfrentavam desafios operacionais e custos adicionais não vivenciados pelos demais emissores de moeda eletrônica na realização de depósitos em TPF e na transformação desses títulos em reais em suas contas junto ao BC. A remuneração implementada buscou reduzir essa assimetria ao neutralizar o custo de oportunidade das instituições de pagamento na manutenção dos depósitos realizados em espécie na CCME.

A medida contribui para uma maior solidez, eficiência e regular funcionamento do sistema de pagamentos, dos arranjos de pagamento e das instituições de pagamento, bem como promove maior competição na prestação de serviços de pagamentos aos cidadãos.

t) Automação de decisões de processo administrativo sancionador relativo a Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)

Processos Administrativos Sancionadores (PAS) relacionados às declarações de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) foram automatizados, o que reduziu o tempo médio de decisão e o estoque de processos pendentes de julgamento. O uso de ferramenta automatizada foi possível em situações em que pessoas naturais ou jurídicas não financeiras atrasaram a entrega do CBE e não apresentaram defesa

administrativa. Em 2023, foram decididos 811 PAS relacionados a CBE fora do prazo. Foram decididos 563 casos em que não houve apresentação de defesa, dos quais 536 (96%) foram decididos integralmente com o uso da ferramenta, envolvendo desde a instrução do processo até a efetiva sanção com a aplicação de multas.

Nos próximos anos, tem-se a expectativa de automatização de 90% das tarefas envolvidas na decisão dos processos por atraso da entrega das informações no CBE nos casos em que os acusados apresentarem defesa.

u) Aprimoramento da regulação das Instituições Operadoras de Sistemas do Mercado Financeiro (IOSMFs)

As IOSMFs são responsáveis pela operacionalização de sistemas essenciais para o adequado funcionamento do SFN e do SPB. Esses sistemas fornecem uma série de serviços e funcionalidades às operações com ativos financeiros e valores mobiliários realizados pelas instituições financeiras.

Foi aprovado normativo que disciplina o funcionamento dos sistemas de liquidação, o exercício das atividades de registro e de depósito centralizado de ativos financeiros e a constituição de ônus e gravames sobre ativos financeiros registrados ou depositados no âmbito do SPB. Além disso, o regulamento consolidou 22 normas sobre Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF) integrantes do SPB não

operadas pelo BC e incorporou os Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro (PFMI) com o grau de detalhamento esperado em avaliações internacionais. Sua elaboração resultou de trabalho multidisciplinar no âmbito do BC e consulta às instituições operadoras de IMF autorizadas e em processo de autorização pelo BC.

A normatização dos PFMI com maior granularidade uniformiza a interpretação dos princípios, padroniza as exigências para instituições operadoras de IMF, aumenta a transparência dos objetivos do BC como supervisor dessas instituições e contribui para avaliações externas positivas da regulação do SPB. As instituições operadoras de IMF já autorizadas quando a norma entrou em vigor têm até abril de 2024 para promover as adaptações necessárias.

Além disso, foi criado Fórum IOSMF com o objetivo de aprimorar regras e procedimentos operacionais no âmbito das dez IOSMF em funcionamento para propiciar mais confiança, transparência e estabilidade às operações no âmbito do SPB. Em 2023, os assuntos foram debatidos em grupos de trabalhos organizados nos seguintes temas: Interoperabilidade, Independência e Resiliência Operacional, e Resiliência Cibernética.

Para saber mais sobre as IOSMFs, acesse o [sítio do BC na internet](#).

v) 4ª rodada mútua de avaliação de PLD/FTP pelo Gafi

O Gafi é um órgão intergovernamental composto por 37 países e duas organizações que visa combater o uso criminoso do sistema financeiro em âmbito mundial. A delegação brasileira é coordenada pelo Coaf.

O processo de avaliação 2022/2023 envolveu várias unidades do BC e teve como um dos principais resultados a avaliação da efetividade da supervisão de conduta, considerada como substancial (segunda nota mais alta).

O Relatório da Avaliação serve de guia para os países aprimorarem seus mecanismos de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP). As medidas podem envolver a revisão das leis, regulamentos e políticas existentes, bem como a identificação de lacunas na implementação prática dessas medidas.

Publicado em dezembro de 2023, o Relatório da Avaliação do Brasil destaca a supervisão de PLD/FTP conduzida pelo BC com ênfase nas seguintes recomendações:

- » desenvolvimento de nova metodologia de inspeções remotas para cobrir o universo supervisionado, utilizando tecnologia própria para supervisionar as instituições financeiras;

- » atualização dos normativos pertinentes para adequá-las às recomendações do Gafi sobre a Abordagem Baseada no Risco (ABR); e

- » implementação da Avaliação Setorial de Risco, em que foram identificadas as situações de maior risco de PLD/FTP e consequente fornecimento de subsídios para a Avaliação Nacional de Riscos, assim como para as avaliações internas de riscos das instituições financeiras.

Tais providências deverão ser colocadas em prática até fevereiro de 2025 e envolvem, entre outras medidas, maior orientação e *feedback* para o mercado quanto aos cenários de maior risco, e ações de integração e coordenação entre a supervisão do BC com CVM, Agência Nacional de Mineração e Coaf.

A Agenda BC# reúne ações que são o foco da atuação estratégica do BC. Seus resultados buscam modernizar o SFN e contribuir para o crescimento sustentável da economia, além de contar com importantes iniciativas de inclusão por meio da tecnologia. A seguir, são apresentados os resultados da Agenda BC# distribuídos pelas seis dimensões: Inclusão, Competitividade, Transparência, Educação, Sustentabilidade e Excelência.

3.1 INCLUSÃO

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico: “Facilitar acesso aos mercados financeiros”.

A inclusão financeira é o processo por meio do qual indivíduos têm acesso efetivo a serviços financeiros providos por instituições financeiras, tais como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. Nessa dimensão, as iniciativas visam facilitar o acesso de todos ao mercado financeiro, abrangendo pequenos e grandes usuários, investidores e tomadores de recursos, brasileiros e estrangeiros. Elas têm por objetivo simplificar e desburocratizar procedimentos para facilitar a entrada de novos participantes no SFN. [Saiba mais.](#)



a) CMN regulamenta o funcionamento de confederações de serviços constituídas exclusivamente por cooperativas centrais de crédito

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são, ao mesmo tempo, donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços.

Existem os seguintes tipos de cooperativas:

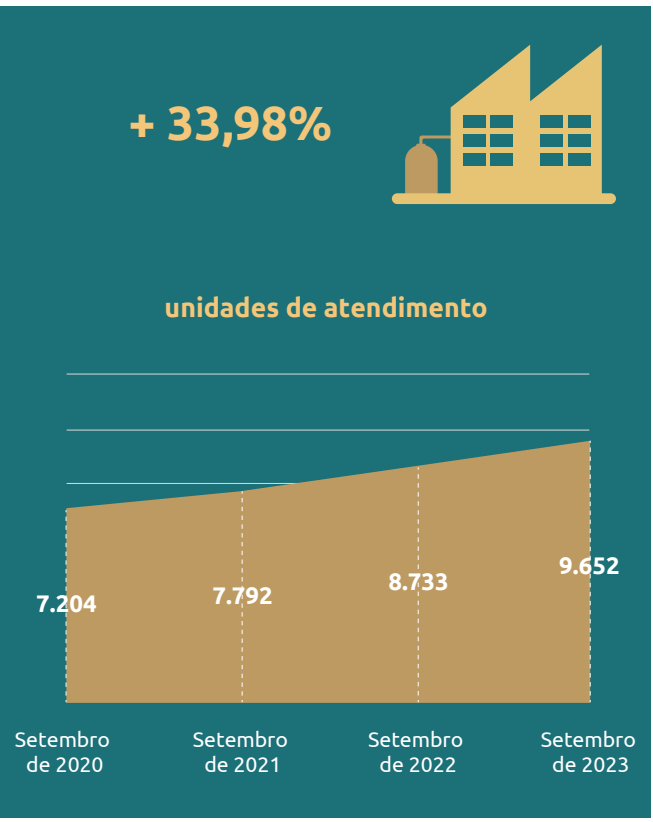
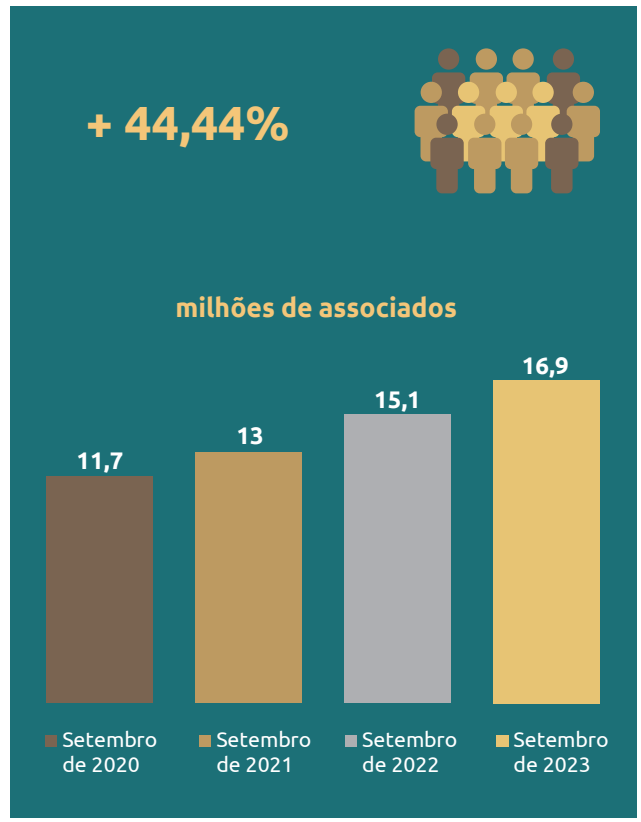
- » singulares – constituídas pelo número mínimo de 20 pessoas, sendo permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto atividades econômicas correlatas às de pessoa física, ou ainda aquelas sem fins lucrativos.
- » centrais ou federações de cooperativas – são as constituídas de, no mínimo, três singulares filiadas.
- » confederações de cooperativas centrais – são as constituídas por pelo menos três cooperativas centrais ou federações de cooperativas, da mesma ou de diferentes modalidades.

Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária. Elas podem estar presentes em locais onde outras instituições financeiras não atuam e oferecer serviços a cidadãos que não possuem conta bancária.

São as confederações que estabelecem as diretrizes de atuação sistêmica visando a observância dos princípios cooperativistas, o atendimento aos requerimentos regulamentares e a eficiência do sistema como um todo. Elas contribuem para o fortalecimento do segmento cooperativista de crédito e para a proteção dos recursos dos cooperados.

As confederações de serviço são constituídas por cooperativas centrais de crédito para prestar serviços pertinentes, complementares ou necessários às atividades realizadas por suas cooperativas centrais filiadas ou pelas cooperativas singulares filiadas a essas cooperativas centrais, excluídos serviços e operações privativos de instituições financeiras.

Em razão de aprimoramentos legais, as competências legais do CMN e do BC passaram a se aplicar às confederações de serviços. Dessa forma, o CMN aprovou, em 2023, voto que dispõe sobre a regulamentação da organização e do funcionamento das confederações de serviços.



Cabe destacar as propostas para 2024 em relação a avanços legais: i) os ajustes nos sistemas informatizados com a vigência da nova lei de câmbio e capitais internacionais (Lei 14.286, de 29 de dezembro de 2021); ii) a regulamentação

do sistema de cooperativismo de crédito às condições de fomento à concorrência e à inclusão financeira de parcela significativa da população (Lei Complementar 196, de 24 de agosto de 2022).

3.2 COMPETITIVIDADE

Esta seção relata as ações desenvolvidas e os principais resultados alinhados ao objetivo estratégico: “Incentivar a concorrência nos Sistemas Financeiro e de Pagamentos”.

A dimensão de Competitividade busca fomentar a concorrência dentro do SFN com a ampliação no número de participantes e de soluções. O desenvolvimento de novos produtos e serviços, principalmente digitais, favorece o aumento da qualidade e a diversificação do mercado. Meios de pagamentos mais ágeis e baratos, em um ambiente de crescente aperfeiçoamento dos sistemas financeiro e de pagamentos, favorecem a formação de preços mais baixos para os cidadãos. Além disso, a concorrência promove a inovação, a redução de custos de manutenção dos negócios e o aprimoramento do mercado.

Busca-se ainda o aumento da eficiência do SFN e do SPB com o objetivo de criar condições mais favoráveis para que cidadãos e prestadores de serviço tenham acesso mais facilitado ao SFN, e significa também melhor o acesso a linhas de crédito e financiamentos internacionais para o governo e as empresas.

Inovação no SFN



a) Pix

O Pix é um meio de pagamento em que os recursos são transferidos entre contas instantaneamente, a qualquer hora ou dia da semana. Ele pode ser usado nas mais diversas situações de pagamento: transferências entre pessoas, pagamento de compras e faturas, pagamento de impostos e taxas públicas, pagamentos entre empresas e envolvendo entes governamentais, entre outros casos de uso. É possível fazer transferências e pagamentos imediatos, agendar transferências e pagamentos para data futura ou sacar dinheiro usando o Pix.

O objetivo da criação do Pix foi democratizar o acesso a meios de pagamentos eletrônicos, torná-los mais convenientes, contribuir para a digitalização dos pagamentos e da economia, promover a inclusão financeira, e alavancar a competitividade e a eficiência no SFN e no SPB com redução de custos para os usuários finais. Veja o vídeo [#60](#) da série “BC te Explica” no YouTube.

Criado para atender a uma série de objetivos públicos, o Pix é reconhecido como um caso de sucesso mundial. Desde o primeiro trimestre de 2022, o Pix se tornou o principal meio de pagamento utilizado no Brasil em quantidade de transações. Em 2023, o Pix foi responsável por cerca de 42 bilhões de transações e pela movimentação de aproximadamente R\$17,2 trilhões.

Crescimento do Pix

149 milhões de pessoas
e **14,9 milhões** de empresas usam o Pix.

698 milhões é o
número de chaves registradas.

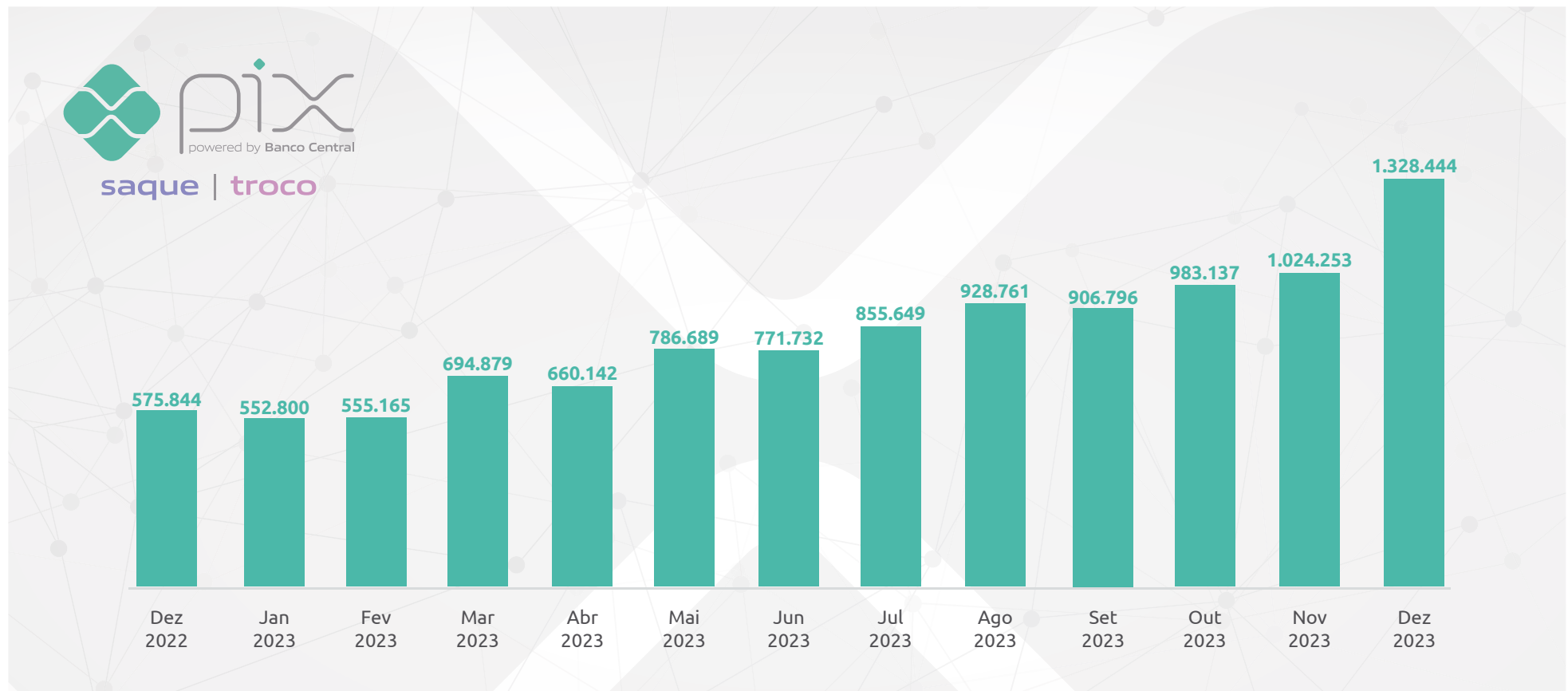


3,7 bilhões de transações em nov/23,
contra **2,1 bilhões** em nov/22,
aumento de 76%.
(dados de dez/23)

Fontes: BC, BIS.

Em 2023, o Pix superou o marco de 195 transações *per capita*, um crescimento de aproximadamente 72% se comparado com 2022. Isso significa dizer que, em média, em 2023, um habitante do Brasil fez 195 transações via Pix. Nota-se que alguns países que já possuem pagamentos instantâneos há mais de dez anos ainda não alcançaram essa marca.

Existem mais de 698 milhões de chaves Pix ativas e, desde o seu lançamento, 149 milhões de pessoas e 14,9 milhões de empresas já usaram o Pix.



Foi publicado, em setembro de 2023, o [Relatório de Gestão do Pix – Concepção e primeiros anos de funcionamento 2020-2022](#). O documento traz uma radiografia do serviço de pagamento que, em menos de três anos de funcionamento, transformou a forma como os brasileiros fazem transferências e pagamentos. Ele está estruturado nos seguintes tópicos: da idealização à implementação; evolução do Pix no biênio 2021-2022; Pix em números e o futuro do Pix.

b) Aprimoramento dos mecanismos de segurança do Pix

A segurança é um dos pilares fundamentais do Pix e é entendida como um processo contínuo, pois novas formas de fraude e golpes surgem com frequência. Em função disso, o BC atua de forma permanente para garantir a manutenção do elevado patamar de segurança do Pix. A atuação ocorre em múltiplas frentes, que incluem amplo diálogo com os agentes envolvidos e especialistas na área; monitoramento e atualização tempestiva nas regras e na infraestrutura do Pix; e educação e conscientização dos usuários sobre segurança cibernética e sobre medidas para o uso seguro do meio de pagamento.

Nesse sentido, houve o aprimoramento de duas funcionalidades importantes em 2023: a notificação de infração e a consulta de informações vinculadas às chaves Pix para fins de segurança.

A notificação de infração é a funcionalidade que permite que as instituições façam uma marcação das chaves e usuários sempre que houver suspeita de fraude na transação. Esse registro passou a contar com novos campos, possibilitando especificar a razão da notificação e identificar o tipo de fraude cometido.

Em relação à consulta das informações de segurança armazenadas, o BC reformulou os dados a serem disponibilizados às instituições para análise antifraude de transações

Pix. O prazo de disponibilização das informações foi ampliado de seis meses para cinco anos. Essa consulta pode ser feita pelas instituições por chave Pix ou pelo usuário (pessoa física ou jurídica), 24 horas por dia, todos os dias do ano.

A partir de tais aprimoramentos, as instituições passaram a ter melhores condições de atuar preventivamente, rejeitando transações fraudulentas ou bloqueando cautelarmente os recursos, o que resulta em maior proteção aos usuários.

Outra medida recente é a criação de um passo adicional no processo de adesão ao Pix. Na etapa cadastral, as instituições respondem a uma autoavaliação, assinada pelo diretor responsável pela política de segurança cibernética, de forma a garantir que as instituições atendam aos requisitos técnicos determinados pelo BC.

c) Aprimoramento das regras de transparência sobre incidentes de segurança relacionados ao Pix

A nova regulamentação determina que as instituições terão o dever de comunicar seus clientes quando ocorrerem incidentes com dados pessoais, independente de terem sido responsáveis pelo ocorrido e mesmo que não haja risco ou dano relevante. O BC avalia que esse compromisso com a plena transparência traz benefícios para a sociedade e amplia a confiança da população no uso do Pix.

O dever de comunicação é da instituição de relacionamento do cliente, pois é ela que possui canal seguro de

comunicação com o usuário, acessível exclusivamente por meio de identificação pessoal, como senha, reconhecimento biométrico, entre outros.

O arcabouço de penalidades do Pix às instituições financeiras também foi aperfeiçoado. Casos de descumprimentos de requisitos de segurança passaram a ser penalizados de acordo com seus efeitos, podendo-se aplicar penalidades mais severas em casos de maior impacto. O valor da multa a ser imposta também passou a considerar em seus cálculos a quantidade de chaves Pix potencialmente afetadas.

d) Canal Secundário de Transmissão de Mensagens (CSM) do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI)

Existem pagamentos realizados via Pix em que não há expectativa de que a liquidação ocorra em poucos segundos após comandados pelo cliente, mas no dia especificado, como é o caso dos Pix Agendados, os Pix para pagamento de cobrança com data de vencimento futuro e os pagamentos agrupados em lotes realizados por meio do Pix.

Assim, de forma a otimizar a estrutura de processamento do Pix, o BC implantou o Canal Secundário de Transmissão de Mensagens (CSM). Esse novo canal, exclusivo para os Pix sem expectativa de liquidação imediata, trará mais racionalidade na utilização dos recursos tecnológicos com base nas diferentes necessidades de cada tipo de negócio.

O CSM traz benefícios tanto para o BC quanto para as instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sistema administrado pelo BC responsável pelo processamento e pela liquidação dos Pix entre diferentes instituições.

Além do ganho direto de eficiência e segurança, a implementação do CSM abre caminho para o lançamento de novos produtos, como é o caso do Pix Automático, cujo lançamento está previsto para 2024.

e) Open Finance

O Open Finance é um sistema de compartilhamento padronizado de dados e serviços dos clientes entre instituições participantes desse arranjo criado e regulado pelo BC. Por meio desse sistema, um cliente de uma instituição pode autorizar que seus dados sejam compartilhados com outras instituições participantes para receber ofertas de produtos e serviços financeiros. Uma das possibilidades é o usuário obter crédito em determinada instituição e solicitar que o débito das parcelas seja realizado em conta de depósitos mantida em outro banco.

O Open Finance é resultado da ampliação do Open Banking. Esse sistema evoluiu para abranger mais dados e possibilidades de operações, incluindo, além de informações sobre produtos e serviços financeiros tradicionais, dados de produtos e serviços relacionados a investimentos, e, em um futuro próximo, os dados referentes a câmbio, credenciamento, seguros e previdência. **Saiba mais.**

openfinance

Benefícios



Novos modelos de negócio



Inclusão de segmentos desassistidos



Portabilidade de relacionamento entre instituições



Consumidor no centro



Maior transparência



Controle sobre suas finanças

Soluções que poderão ser desenvolvidas a partir do Open Finance



Comparadores de serviços e tarifas



Aplicativos de aconselhamento financeiro e de planejamento familiar



Iniciação de pagamento em mídias sociais



Marketplace de crédito

Além do lançamento do compartilhamento de dados de investimentos, em 2023, ocorreu a simplificação das regras de renovação de consentimentos no Open Finance e a ampliação do prazo de validade do compartilhamento de dados. O objetivo é permitir maior comodidade e facilidade para as pessoas e as empresas clientes. Esse compartilhamento de informações favorece a redução do custo do crédito com a melhor comparabilidade entre diferentes ofertas e a competição aberta por clientes de seguros, previdência e transações cambiais, por exemplo. Outra medida relevante foi o desenvolvimento de indicadores e de ferramentas de monitoramento de desempenho das instituições participantes, que possibilitarão aprimorar o mapeamento de eventuais problemas de performance e de qualidade de dados, propiciando melhorias na oferta de produtos e serviços.

Por fim, foram aprimoradas as jornadas do cliente, tanto para compartilhamento de dados quanto para iniciação de pagamentos, visando reduzir eventuais barreiras e possibilitar uma experiência mais simples, interativa e ágil para os clientes.

Fazem parte da agenda evolutiva do Open Finance:

- » portabilidade de crédito – mecanismo que possibilitará ao cliente transferir uma operação de crédito de uma instituição para outra a fim de obter condições mais vantajosas por meio de um fluxo informacional automatizado, prático e seguro;

- » interoperabilidade com Open Insurance, projeto de sistema de seguros abertos coordenado pela Susep. A interoperabilidade entre os dois sistemas possibilitará que dados e informações transitem entre eles;

- » encaminhamento de proposta de operação de crédito. O objetivo é possibilitar maior comparabilidade entre diferentes ofertas de crédito e a escolha por opções mais vantajosas para aqueles que optarem pelo compartilhamento de dados.

Após três anos do seu lançamento, o Open Finance alcançou mais de 28 milhões de clientes que compartilham dados com mais de 42,8 milhões de consentimentos ativos no sistema (os compartilhamentos são feitos de forma bilateral entre as instituições participantes, de forma que um cliente pode ter mais de um consentimento ativo). Destaca-se que já são mais de 800 instituições participantes de todos os portes, incluindo bancos, cooperativas de crédito e *fintechs*. **Saiba mais.**

f) Supervisão do Open Finance

Em 2023, o BC atuou junto às entidades supervisionadas demandando a resolução dos problemas da fase de compartilhamento de dados (fase 2) e de iniciação de pagamentos (fase 3) do Open Finance, principalmente relacionados à interoperabilidade, ao consumo, ao funil de consentimentos e à qualidade dos dados. O desempenho dos participantes foi acompanhado por um painel de indicadores e por

requisições de atendimento e incidentes do *service desk* do Open Finance, possibilitando a cobrança de ações para correção de falhas de implementação.

O BC atuou também demandando melhorias nas jornadas de consentimento e nas etapas de desenvolvimento, certificação e a publicação das *Application Programming Interface* (API – Interface de Programação de uma Aplicação de Investimento) e nas implementações de melhorias na fase 2, como renovação simplificada do consentimento dos clientes. Houve atuação ainda nas revisões 2 e 3 da API de Pagamentos, incluindo também mecanismo de comunicação entre aplicativos e serviços (*webhook*), e na discussão de novas funcionalidades, como jornada sem redirecionamento, agendamentos recorrentes, movimentação automática entre contas (*sweeping accounts*) e Pix Automático. Foram também avaliados diversos pleitos de dispensa do Open Finance, e foram conduzidos processos de penalização que culminaram com a aplicação de multas cominatórias por descumprimento do cronograma do Open Finance.

g) Drex – A moeda digital do BC

A discussão sobre a emissão de moedas digitais pelos bancos centrais (*Central Bank Digital Currencies* – CBDCs) surgiu em razão da necessidade de as autoridades monetárias promoverem a inovação nos meios de pagamentos, requerida pela acelerada transformação digital em andamento na economia global.

A emissão do real em formato digital tem como objetivos:

- » acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia brasileira;
- » aumentar a eficiência do sistema de pagamentos de varejo;
- » contribuir para o surgimento de novos modelos de negócio e de outras inovações baseadas nos avanços tecnológicos;
- » favorecer a participação do Brasil nos cenários econômicos regional e global, aumentando a eficiência nas transações transfronteiriças.

O que é o DREX?

- ▶ **É o real**, a moeda brasileira oficial, em formato digital
- ▶ Tem o **mesmo valor** e a **mesma aceitação** do real tradicional
- ▶ **Regulado pelo Banco Central** e emitido somente **em sua plataforma**
- ▶ Tem as **mesmas garantias e segurança** do real tradicional
- ▶ **Depende de um banco** ou de **outra instituição** para seu uso pelo cidadão



O que é igual

- ▶ São expressões da única moeda soberana do Brasil: o real
- ▶ Terão o mesmo valor e poderão ser convertidos livremente entre si
- ▶ Poderão ser movimentados da mesma forma
- ▶ Ambos formarão o agregado monetário
- ▶ Ambos serão igualmente seguros e garantidos pelo BC

O que é diferente

Emissão e distribuição

- ▶ Impressão física
- ▶ Logística de distribuição onerosa

Custódia

- ▶ Instituições financeiras são responsáveis pelo dinheiro depositado

Aplicação em novos modelos de negócios

- ▶ Utiliza arranjos de pagamento existentes
- ▶ Custo de intermediação mais alto

Real em papel-moeda



X

Real Digital



- ▶ Emissão e distribuição digitais, instantâneas e quase sem custo

- ▶ Ficarão sob responsabilidade do BC

- ▶ Mais versátil
- ▶ Menor custo de intermediação
- ▶ Mais adequado às inovações tecnológicas

O Drex contribui para a inclusão financeira no Brasil, democratizando o acesso da população a serviços como investimentos, financiamentos e seguros. A plataforma irá operar com ativos digitais e contratos inteligentes, entre outras funcionalidades, facilitando a provisão de serviços e produtos financeiros mais eficientes e seguros.

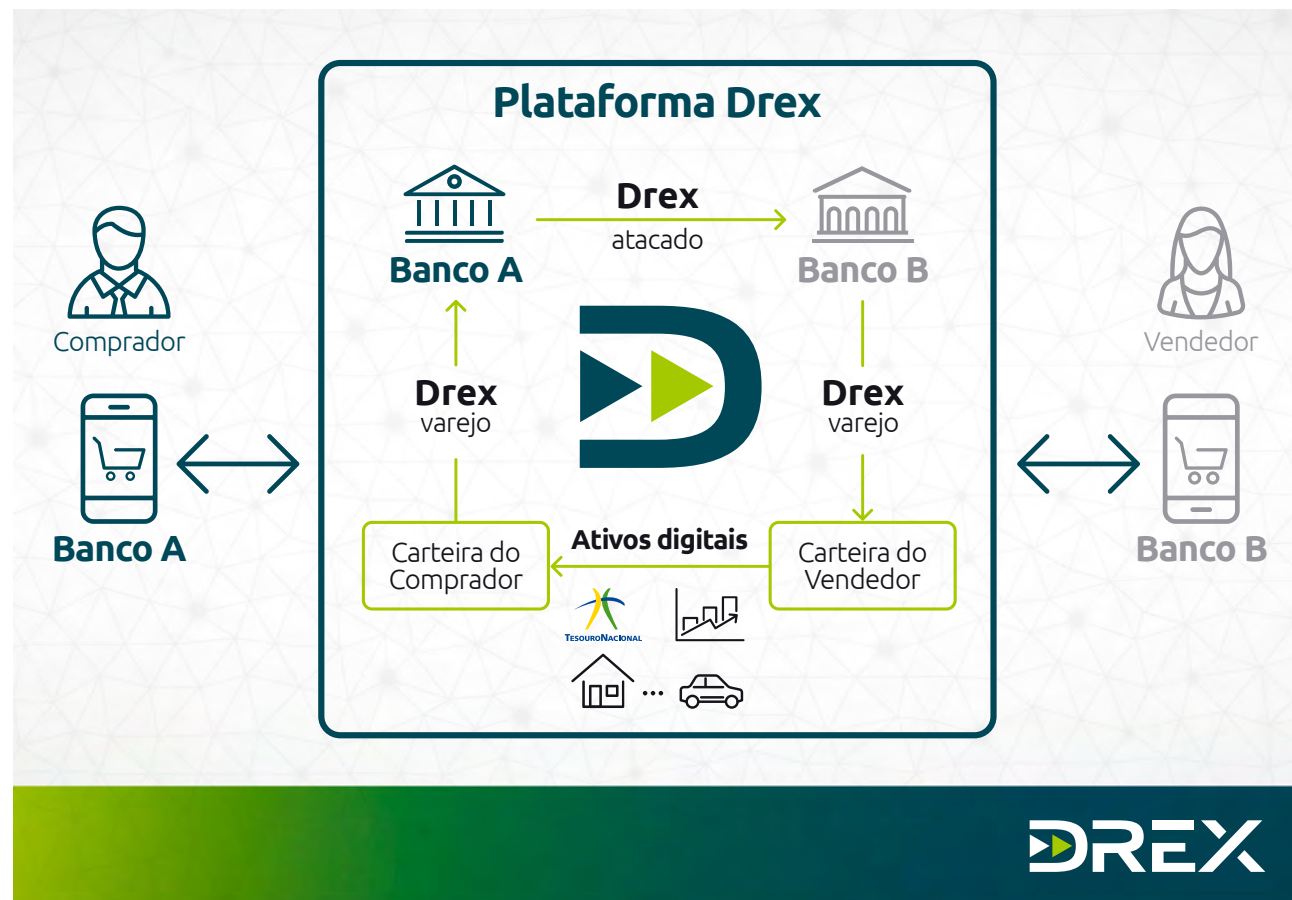
Ao longo de 2022, em face ao acelerado aprofundamento da economia digital, o BC promoveu a discussão de usos possíveis da sua moeda digital por meio do LIFT Challenge Real Digital. Aplicações práticas de tecnologias de finanças descentralizadas foram desenvolvidas em nove projetos do LIFT Challenge, conforme relatado de forma sintética no Boxe 9 do [Relatório de Economia Bancária de 2022](#).

O BC optou pela adoção de uma infraestrutura com tecnologia de registro distribuído (*Distributed Ledger Technology*—DLT), que é uma rede de dados distribuídos, compartilhados, sincronizados e geograficamente espalhados sem uma autoridade central de armazenamento. Todos os participantes da rede possuem acesso à informação em uma cópia sincronizada e automaticamente atualizada da *ledger* (livro razão digital descentralizado). Todas as informações que transitam nessa rede são criptografadas e armazenadas de forma segura.

Para ter acesso à Plataforma Drex, o usuário financeiro precisará de um intermediário financeiro autorizado, como um banco, cooperativa ou instituição de pagamento. Esse intermediário fará a transferência de seu dinheiro (especifica-

mente de saldos de depósitos à vista e em contas de pagamento) para a carteira digital do Drex do usuário para que ele possa realizar transações com ativos digitais com total segurança. Como já ocorre com o Pix, o acesso da popula-

ção aos serviços inteligentes da Plataforma Drex ocorrerá por meio de aplicativo do seu banco, cooperativa ou instituição de pagamento.



O BC tem mantido diálogo permanente com acadêmicos, especialistas do setor privado e representantes de bancos centrais e instituições multilaterais em iniciativas tais como *workshops*, seminários virtuais e o **Fórum Drex**. Essas ações têm como objetivo conferir transparência sobre a implementação e favorecer a participação da sociedade no processo.

Em 2023, foi lançado o Projeto-Piloto da Plataforma Drex, o **Piloto Drex**, uma fase de testes para operações com a moeda digital brasileira. Nessa etapa, são avaliados os benefícios da programabilidade e as garantias de privacidade que podem ser trazidas pela Plataforma Drex. A primeira etapa do projeto tem previsão de conclusão em maio de 2024. Ainda não há uma data específica para o lançamento do Drex.

Mais informações estão disponíveis na **página do Drex no site do BC** e nos vídeos **#87** e **#88** da série “BC te Explica” no YouTube.

h) Títulos públicos federais tokenizados no âmbito do projeto Drex

Como parte da iniciativa do projeto-piloto Drex, o BC desenvolveu uma codificação, na forma de *smart contracts* (contratos inteligentes), que são programas que executam cláusulas contratuais eletronicamente para operações com TPF, preservando a forma como atualmente estão implementadas no Selic, depositário central desses títulos.

A tecnologia utilizada na plataforma Drex permite avaliar como ativos financeiros podem ser representados na forma digital, amparada por segurança criptográfica (ativos tokenizados – TPFt). Tais ativos devem ser negociados por instituições participantes do SFN ou por seus clientes na plataforma sob a regra *Delivery Versus Payment* (DVP), ou seja, a entrega contra pagamento determina que a transferência do ativo esteja vinculada ao pagamento em reais digitais ou reais tokenizados. O projeto consiste na avaliação dessas tecnologias com a participação de instituições financeiras por meio de testes realizados na plataforma. O BC também participa do desenvolvimento de soluções de privacidade, avaliando sua aderência aos requisitos essenciais necessários às operações com TPF.

i) Mercado secundário de títulos públicos federais – *pré-matching* do Selic

A plataforma *pré-matching* do Selic é um instrumento de confirmação prévia de operações realizadas com títulos públicos federais, pós-negociação, que visa mitigar riscos operacionais envolvidos no batimento de operações e das respectivas especificações (alocação e passagem de lastro). A fim de aumentar o número de instituições que utilizam esta plataforma, foram alterados os critérios de avaliação de instituições credenciadas a operar como *dealers* do BC com a previsão de pontos adicionais em função da utilização da plataforma, considerados nas avaliações semestrais para escolha do grupo de *dealers*.

A atuação do BC por meio de um sistema de *dealers* segue o propósito de favorecer a eficiência das operações conduzidas no mercado de reservas bancárias em benefício da implementação e da transmissão da política monetária. As instituições *dealers* exercem papel fundamental de apoio na consecução desse objetivo não só por atuarem como participantes e difusores das operações conduzidas pelo BC, mas também por compartilharem informações relevantes sobre o funcionamento dos mercados de reservas bancárias e de títulos públicos federais, que servem como subsídios para o aperfeiçoamento das referidas operações do BC.

j) Relacionamento com as instituições financeiras – operações de mercado aberto

Com o intuito de estreitar o contato com as instituições financeiras que participam do programa *dealers* do BC, foram realizadas reuniões trimestrais entre elas e alguns membros do BC. Essas reuniões consolidaram-se como importante ferramenta para o trabalho de *market intelligence*, que tem como objetivo consolidar informações sobre condições econômicas e financeiras, e potenciais fontes de risco, visando-se adequar as operações de mercado aberto à conjuntura econômica e financeira vigentes, e auxiliar o processo decisório do BC.

k) Sandbox Regulatório do BC

O Sandbox Regulatório é um ambiente em que entidades autorizadas pelo BC testam, por período determinado, projeto inovador na área financeira ou de pagamento, observando um conjunto específico de disposições regulamentares que amparam a realização controlada e delimitada das atividades. Ele foi criado para estimular a inovação em modelos de negócio e estimular a concorrência entre os fornecedores de produtos e serviços financeiros. [Saiba mais.](#)

O BC selecionou sete dentre 52 projetos inscritos para a participação no 1º Ciclo do Sandbox Regulatório. Em dezembro de 2021, os projetos foram autorizados a funcionar pelo período de um ano, prorrogável uma vez pelo mesmo período. Dos projetos autorizados, seis tiveram sua autorização prorrogada, de modo que essas empresas tiveram seus modelos de negócios acompanhados até dezembro de 2023, quando o 1º ciclo se encerrou.

Em novembro de 2023, após a observação dos modelos implementados, o BC decidiu estudar a promoção de alterações regulatórias a partir de três desses seis projetos, que se manterão no Sandbox Regulatório no ano de 2024. Para maiores informações sobre o projeto, consulte o [Relatório de Gestão do Sandbox Regulatório](#).

l) LIFT Day 2023

O Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (LIFT) é uma iniciativa conjunta do BC e da Federação Nacional de Associações de Servidores do Banco Central (Fenasbac). Seu objetivo é fomentar a inovação no SFN com o incentivo à criação de protótipos de soluções tecnológicas. Saiba mais sobre [LIFT Lab](#) e [LIFT Challenge](#).

Na edição do LIFT Lab de 2023, 95 inscrições foram recebidas e analisadas pelo Comitê Gestor do LIFT Lab. Os nove projetos selecionados versavam sobre temas relevantes como *blockchain*, tokenização de ativos, criptoativos, Pix, responsabilidade socioambiental e inovações para o aprimoramento de processos de *Know-Your-Customer* Prevenção à Lavagem de Dinheiro. Contudo, devido a limitações operacionais e de recursos humanos, o LIFT Lab 2023 foi suspenso por tempo indeterminado.

Os resultados da iniciativa são divulgados da seguinte forma:

- » [LIFT Papers](#) – publicações dos artigos dos projetos desenvolvidos no LIFT Learning e no LIFT Lab;
- » LIFT Day – eventos anuais que apresentam os projetos finalistas da edição anterior. Em maio de 2023, foram apresentadas as propostas desenvolvidas no LIFT Challenge 2022;
- » LIFT Talks – conversas ao vivo com os parceiros provedores de tecnologia e a coordenação do projeto para esclarecer dúvidas de interessados.

LIFT em números

LIFT Lab: 256 propostas de projetos foram submetidas ao LIFT desde a primeira edição, sendo selecionados 91 projetos. Ao longo desses cinco anos, 76 projetos chegaram ao final e 37% desses receberam investimentos do setor privado durante ou logo depois da iniciativa, totalizando um montante superior a R\$400 milhões.

LIFT Talks: 28 *lives* com 71.312 visualizações.

LIFT Learning: 12 projetos desenvolvidos para educação de profissionais para atuação na indústria financeira.

LIFT Papers: cinco edições da revista com resultados do projeto e artigos técnicos sobre Inovações Financeira e Tecnológica.

LIFT Day: cinco edições do evento de apresentação de resultados.

m) Aprimoramento da regulamentação de duplicatas escriturais

A duplicata é um título de crédito emitido pelo vendedor de bens ou serviços quando o pagamento for realizado a prazo. O título representa o crédito do fornecedor contra o comprador. A duplicata pode ser emitida sob a forma escritural em sistemas de entidades especializadas autorizadas pelo BC a exercer a esse tipo de atividade.

Em 2023, o BC aprimorou a regulação sobre atividade de escrituração de duplicata escritural, sistema eletrônico de escrituração gerido por entidade autorizada a exercer essa atividade, assim como o registro, o depósito centralizado e a negociação desses títulos de crédito escriturais, com o objetivo de favorecer a implantação de um ambiente eficiente, seguro e competitivo de negociação, de escrituração, de registro e de depósito centralizado de duplicatas escriturais. Tais melhorias visam a favorecer o aumento da oferta de crédito para as empresas e o incentivo de novos modelos de negócio.

n) Aumento da eficiência da atuação do BC no mercado monetário – Sistema Indicadores

O Sistema Indicadores tem como objetivo subsidiar a tomada de decisão quando da realização de operações compromissadas de prazos longos entre o BC e as instituições financeiras por meio de leilões. A plataforma consolida informações sobre taxas praticadas em mercado e respectivas

curvas, no momento anterior e próximo à coleta de propostas, tornando mais eficiente o processo decisório e mitigando riscos na apuração do leilão. O novo sistema trouxe aperfeiçoamentos na curadoria das informações levantadas, que passaram a ser armazenadas em sistema gerenciador de banco de dados.

o) Taxas referenciais do mercado financeiro

O *Financial Stability Board* (FSB – Conselho de Estabilidade Financeira), do qual participam os países do grupo G20 e no qual o Brasil é representado pelo BC, recomendou ao sistema financeiro global, em 2014, a necessidade de identificação e de desenvolvimento de taxas de juros referenciais sem risco (*Risk Free Rates* – RFR). Elas são taxas *overnight* (taxas de juros que remuneram empréstimos de curtíssimo prazo entre bancos), utilizadas em transações realizadas em mercados com liquidez (mercados em que se consegue comprar e vender ativos com maior rapidez), envolvendo usualmente compra e venda de títulos públicos, alternativas às taxas interbancárias (*Interbank Offered Rates* – IBOR), que são utilizadas em negócios realizados em mercados com reduzido número de transações e sem garantias envolvidas.

A utilização de taxas referenciais livres de risco proporciona segurança ao sistema bancário e, portanto, protege pessoas físicas e jurídicas, favorece a realização de negócios, na medida em que riscos menores induzem reduções nos custos de transações comerciais, e fortalece a estabilidade

financeira. É importante destacar ainda que a estabilidade financeira auxilia o crescimento econômico, pois a maioria das transações com bens e serviços ocorre por intermédio do sistema financeiro.

A carência de liquidez no caso das IBOR reforçou a necessidade de governança sobre novas taxas referenciais, portanto, a partir do relatório de 2016, o FSB recomendou aos bancos centrais a avaliação da sustentabilidade de longo prazo da utilização das taxas IBORs e da formação das RFRs.

Nesse contexto, o BC lançou o projeto Selic-IOSCO, em outubro de 2020, para o fortalecimento da taxa Selic como referencial para o mercado financeiro doméstico tendo como base os princípios definidos pela Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO), organismo integrante do FSB. Em dezembro de 2023, o projeto foi concluído e tem-se a expectativa de alçar o Brasil ao grupo de países aderentes aos princípios internacionalmente aceitos com a consequente ampliação da credibilidade da taxa e dos instrumentos financeiros que a empregam como referencial de remuneração. Importante ressaltar que a taxa Selic já se coloca como a principal referência de taxa de juros no mercado doméstico, pois, além de ser obtida a partir de operações garantidas por títulos públicos federais, segue padrões internacionais de qualidade da informação.

p) Indicadores de Eficiência Financeira

Pode-se entender a eficiência do setor financeiro como sendo a “Capacidade do SFN em prover, de forma ampla, segura e acessível, produtos e serviços financeiros sustentáveis e adequados às necessidades da sociedade”. Nessa linha, a eficiência financeira pode ser mensurada segundo quatro pilares:

- » agentes financeiros – captura a viabilidade da atividade bancária sob o ponto de vista do agente financeiro e sua eficiência em transformar custos em produtos bancários;
- » ambiente de negócio – refere-se à estrutura de mercado, inovação de serviços financeiros, *shadow banking* e recuperação de crédito;
- » consumidores – captura a facilidade e disponibilidade do setor financeiro em suprir as necessidades do consumidor com indicadores de acesso, uso, qualidade, preço e conveniência;
- » sociedade – mensura os impactos da atividade de intermediação financeira na sociedade, incluindo as perspectivas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, bem como bem-estar econômico representado por créditos sustentáveis.

No intuito de mensurar o grau de eficiência financeira no pilar Agentes Financeiros, foram criados indicadores de efi-

ciência bancária clássica baseados na metodologia de Fronteira Estocástica (SFA). A metodologia permite entender como que fatores macroeconômicos e específicos de bancos se correlacionam com a eficiência bancária.

Nos próximos anos, a expectativa é que os novos indicadores sejam apresentados anualmente nas reuniões do Comef, propiciando um subsídio relevante à Diretoria Colegiada para o aumento da qualidade da política pública.

q) Aprimoramento das regras das garantias imobiliárias

O novo marco legal de garantias, instituído pela **Lei 14.711, de 2023**, aprimora a sistemática de constituição e execução de garantias de operações de financiamento imobiliário e de *home equity*, assegurando a possibilidade de um mesmo bem imóvel ser dado como garantia de mais de uma operação de crédito. O aprimoramento da legislação relativa à alienação fiduciária e à hipoteca visa a assegurar maior efetividade e segurança jurídica na utilização das referidas modalidades de garantia e criar as condições adequadas para o aproveitamento mais eficiente de bens imóveis por parte dos devedores.

As novas operações devem observar condições específicas definidas na legislação e as regras de contratação previstas na regulamentação vigentes. Com isso, confere-se mais eficiência às garantias imobiliárias, preservando-se, ao mesmo tempo, a higidez do SFN. As medidas adotadas têm o potencial de contribuir para ampliar o acesso a crédito por parte

de famílias e empresas em condições mais vantajosas para a redução de riscos e custos associados à atividade creditícia e, consequentemente, para o crescimento sustentável do mercado de crédito, em especial o imobiliário, com repercussões econômicas positivas, em especial na geração de emprego e renda.

r) Outras ações em andamento

O Projeto Resiliência Tecnológica do SFN trata do fortalecimento da resiliência cibernética e tecnológica das entidades supervisionadas pelo BC. Existe, ainda, um conjunto de ações em andamento que, todavia, ainda dependem de alterações legais. Dentre essas, vale citar: i) a aprovação do Projeto de Lei de Resolução Bancária – PLC 281, de 2019, que trará maior solidez ao SFN ao atualizar o arcabouço de resolução de instituições financeiras, tornando-o mais alinhado com as melhores práticas internacionais; e ii) o Projeto de Limf – PL 2.926, de 2023, que visa consolidar e atualizar as normas legais aplicáveis às infraestruturas do mercado financeiro, tornando-as mais claras e seguras, em linha com as melhores práticas internacionais.

3.3 TRANSPARÊNCIA

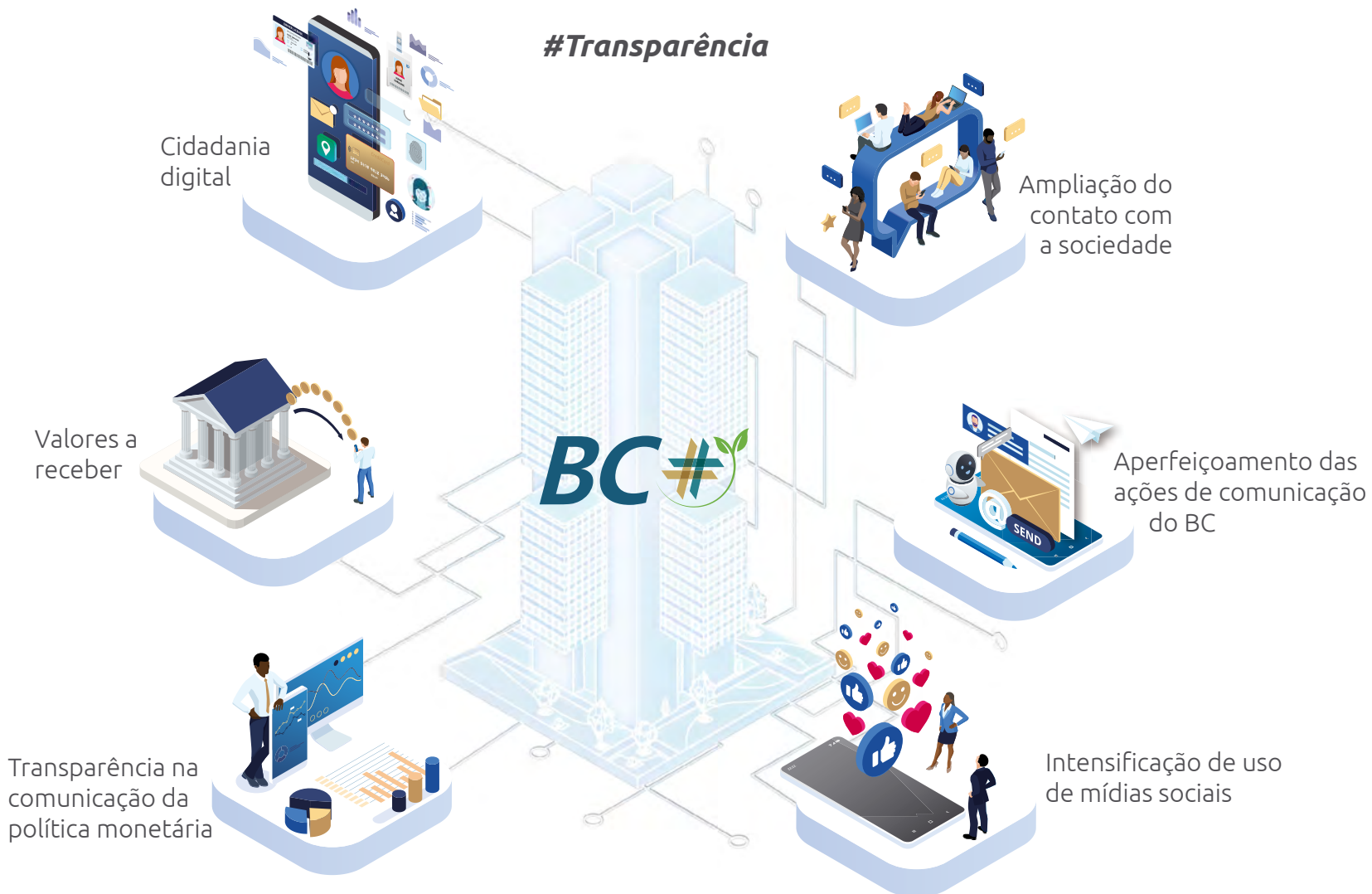
Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Melhorar a transparência, a qualidade e o fluxo das informações de mercado e do BC”. Nessa dimensão, as iniciativas objetivam melhorar a transparência das informações do BC, do mercado financeiro e do processo de formação de preços, dando oportunidade a toda a população de entender o que o BC faz e como o SFN funciona.

As iniciativas dessa dimensão buscam o aperfeiçoamento das ações de comunicação do BC, a ampliação do contato com a sociedade e a promoção de um SFN cada vez mais transparente em sua relação com os clientes e usuários.

Em razão da complexidade que envolve os temas relacionados ao SFN, muitas vezes as pessoas têm dificuldade para entender os serviços e produtos oferecidos. Uma parte do problema é tratada por meio da Educação, dimensão da Agenda BC# apresentada mais à frente neste documento. Contudo, além de ensinar a população sobre temas relacionados a finanças, é importante diminuir a assimetria de informações entre os clientes e as instituições financeiras. O “Valores a Receber”, o “Fale Conosco” e o Registrato são exemplos de iniciativas nesse sentido.

A transparência na relação entre cliente, instituição financeira e BC também favorece o fortalecimento de todo o SFN e o melhor uso dos recursos públicos e privados. O uso de tecnologias ou a integração de sistemas de informação facilitam a supervisão das operações pelas instituições financeiras e pelo BC. A redução de custos e a simplificação operacional podem significar desconto nas tarifas e nos juros, além da maior compreensão de todo o processo pelos cidadãos. A clareza das informações favorece a tomada de decisão e o exercício da cidadania financeira.

#Transparência



a) Valores a Receber

Em fevereiro de 2023, o SVR foi reaberto para consulta. Por meio dessa ferramenta, os cidadãos puderam verificar se tinham dinheiro esquecido em algum banco ou outra entidade do SFN, referente a saldo em contas-correntes ou poupança encerradas; recursos de grupos de consórcio encerrados; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de beneficiários e participantes de cooperativas de crédito; saldo em contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários; tarifas cobradas indevidamente; parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente; e outras situações que ensejam valores a devolver reconhecidas pelas instituições.

Além da reabertura do SVR, novas funcionalidades foram implementadas:

- » módulo de consulta a valores a receber de pessoa falecida, com acesso para herdeiro(a), testamentário(a), inventariante ou representante legal;
- » sala de espera virtual caso o número de pessoas seja maior do que a capacidade do sistema, o que possibilita manter o SVR aberto por prazo indeterminado e com o acesso sem necessidade de novos agendamentos;

Total de valores esquecidos (R\$)	
Data-base: 29/12/2023	
Valores a receber + Valores devolvidos	
13.016.066.013,96	

Valores a receber (R\$)	Valores devolvidos
7.497.061.901,60	5.519.004.112,36

Natureza	Valores a receber (R\$)	Quantidade de beneficiários
Pessoa física	5.997.076.697,96	39.776.929
Pessoa jurídica	1.499.985.203,64	3.059.034

Natureza	Valores devolvidos	Quantidade de beneficiários
Pessoa física	4.063.225.512,55	16.493.938
Pessoa jurídica	1.455.778.599,81	873.303

- » botão para imprimir, salvar e compartilhar, inclusive por WhatsApp, as telas e os protocolos de solicitação do SVR, inclusive com nome e CNPJ da instituição que deve devolver o valor, facilitando o acesso e a guarda das informações do sistema;
- » informações sobre contas-conjuntas solidárias. Se um dos titulares solicitar o valor via SVR, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações da solicitação, como valor, data e CPF de quem solicitou.

Ainda há cerca de R\$7,5 bilhões a devolver à sociedade, sendo R\$6 bilhões para 40 milhões de pessoas físicas e R\$1,5 bilhão para três milhões de pessoas jurídicas. **Saiba mais.**

b) LiveBC: transmissão semanal ao vivo no canal do BC no YouTube

O BC criou, em junho de 2023, um novo produto de comunicação: a **LiveBC**, uma transmissão ao vivo que ocorre toda segunda-feira, às 14h, no canal do BC no YouTube. A cada programa, um novo tema é abordado, num bate-papo entre um servidor da equipe de comunicação do Banco e um Diretor, especialista ou até mesmo o Presidente do BC.

O programa tem duração de 30 minutos e é dividido em três blocos: no primeiro, é abordado o tema principal do dia. No segundo, são abordados os assuntos que estão repercutindo nas mídias sociais e na imprensa. E, no terceiro, são respondidas as perguntas dos espectadores. A transmissão é aberta ao público geral, que pode interagir enviando perguntas diretamente no *chat*, sendo que algumas delas são respondidas ao vivo.

Entre junho e dezembro de 2023, foram 29 edições do programa, que tiveram temas diversos, a exemplo de “Como sair das dívidas”, “O que muda para mim com o Drex (CBDC brasileira)?” e “Como o BC trabalha para controlar a inflação?”. Nesse período, as transmissões tiveram, no total, 254 mil impressões, 46 mil visualizações e alcançaram mais de 70 mil pessoas.

A LiveBC inovou ao colocar Diretores e especialistas do BC para abordar demandas reais da sociedade – e com assun-

tos por vezes desconfortáveis para a instituição – em um ambiente natural e pouco controlado. Com uma transmissão sem cortes ou edição, e com perguntas respondidas ao vivo, a LiveBC trouxe autenticidade à comunicação, humanizando e aproximando o BC das pessoas, enquanto proporcionou à instituição a possibilidade de divulgar diretamente as mensagens que precisa, e de democratizar o acesso a informações sobre a economia e sobre o trabalho do BC.

A criação da LiveBC foi um importante passo na trajetória evolutiva da comunicação do BC, permitindo que a instituição se posicionasse de forma clara, direta e acessível. Iniciativas como essa aumentam a credibilidade e melhoram a capacidade da instituição de gerenciar as expectativas sobre os rumos da economia e a confiança de que o sistema financeiro continuará sólido e eficiente.

c) Lançamento do portal Meu BC de serviços para o cidadão

A página **Meu BC** foi lançada, em abril de 2023, com o objetivo de disponibilizar uma série de serviços e informações em linguagem simples e com conteúdo agrupado por categorias. Além disso, são disponibilizadas páginas intermediárias, que explicam o que é e qual é a finalidade do serviço oferecido, antes que o cidadão realize a sua demanda. Pesquisas e testes com usuários mostraram que a maioria das pessoas se sente mais segura se estiver bem informada na hora de acessar um serviço.

O portal segue parâmetros estabelecidos na **Lei de Governo Digital**, que fomenta o aumento da eficiência pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão. Além disso, a iniciativa fomenta a transparência, a educação e a cidadania financeiras.

d) FAQs são disponibilizadas em linguagem simples e com novo leiaute

Desde 2017, o serviço **Perguntas e Respostas (FAQs)** do BC está sendo adaptado à linguagem simples para torná-lo mais acessível e com maior facilidade de navegação. Em 2023, o trabalho avançou com o lançamento do novo portal. Os assuntos mais procurados estão agrupados em categorias e subcategorias de acordo com os assuntos mais pesquisados pelos cidadãos: Relatórios Financeiros (Registrato); Valores a Receber; e Empréstimos e Financiamentos.

Em média, 75% dos leitores que avaliaram as FAQs no novo Portal consideraram que as informações prestadas são úteis.

A adaptação e a reestruturação dos textos das FAQs fazem parte do Projeto Cidadania Digital da Agenda BC#, que tem como um de seus principais objetivos fornecer informações e conteúdos produzidos pelo BC em uma linguagem simples, mais direta e transparente. A adaptação textual das FAQs também faz parte da Estratégia Brasileira de Transformação Digital – E-Digital, instituída pelo governo federal.

e) Utilização do nome social para acessar serviços do BC

Desde janeiro de 2023, quem quiser usar o nome social ao acessar o Fale Conosco já pode fazê-lo. A possibilidade estava disponível para o Registrato. A opção vale para pedidos de informação e para o registro de reclamação contra bancos e demais entidades supervisionadas. Para isso, o nome social precisa estar previamente incluído na base de dados da Receita Federal do Brasil.

Trata-se uma ação que amplia o exercício de cidadania e o respeito à diversidade.

f) Compartilhamento de informações de crédito

O Sistema de Informações de Créditos (SCR) tem por objetivo captar informações sobre operações de crédito. São registradas mais de um bilhão de operações de crédito em andamento concedidas a pessoas físicas e empresas com detalhes sobre o tipo do crédito (cartões, consumo, imobiliário etc.) e o desempenho dessas operações, permitindo acompanhar indicadores como a inadimplência. **Saiba mais.**

Em 2023, foram assinados cinco convênios de compartilhamento de dados por meio de ACT. O BC disponibilizou aos Gestores de Bancos de Dados (GBDs) informações do SCR sobre operações de crédito, adimplidas ou em andamento, de pessoas e empresas incluídas no Cadastro Positivo. Já

os GBDs disponibilizaram ao BC dados como notas de crédito (escores) e histórico de crédito de empresas dos setores de saneamento, energia e telecomunicações.

As informações compartilhadas pelos GBDs são importantes para o BC ter uma compreensão ainda melhor do nível de endividamento das contrapartes do SFN. Elas poderão trazer importantes aprimoramentos para os processos relacionados à supervisão financeira, bem como para a formulação de políticas para o mercado de crédito, assegurando seu adequado funcionamento e aumentando transparência e competitividade.

O SCR passou também a disponibilizar um novo tipo de consulta aos garantidores de operações de crédito, possibilitando que qualquer empresa ou pessoa física que atue como garantidor em uma operação de crédito possa acompanhar seu andamento.

Por fim, o SCR foi aprimorado para permitir identificar operações de crédito vinculadas a programas de governo, permitindo ao BC acompanhar e divulgar estatísticas relativas àquelas políticas públicas. Entre os programas que compartilham informações com o SCR, tem-se: o Desenrola Brasil, o Programa Emergencial de Acesso a Crédito – Fundo Garantidor para Investimentos (PEAC-FGI), o Crédito Solidário Rio Grande do Sul, o Programa Nacional de Apoio às Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) e o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE).

g) Divulgação da base de dados de atuações no câmbio desde 1999

O BC passou a divulgar no [Portal de Dados Abertos do Banco Central](#) uma base de dados com informações sobre as atuações detalhadas no mercado de câmbio com dados desde quando ocorreu a mudança para o regime de câmbio flutuante. Ela é atualizada mensalmente no último dia útil do mês com as operações realizadas até o último dia útil do mês anterior.

As séries históricas das atuações do BC no mercado de câmbio já podiam ser consultadas no [SGS](#), mas somente no montante diário agregado.

h) Mudança de leiaute nos relatórios do Registrato

O Registrato é um sistema em que o cidadão pode consultar empréstimos em seu nome, bancos onde tem conta, chaves Pix cadastradas, dívidas com órgãos públicos federais, cheques sem fundos e dados de compra ou venda de moeda estrangeira. Com objetivo de facilitar o entendimento dos relatórios financeiros fornecidos, foram implementadas várias mudanças no leiaute e no formato em que as informações são disponibilizadas. Os textos longos e técnicos foram substituídos por explicações informativas, em linguagem acessível, e foram inseridos os [links](#) das páginas de [FAQs](#) para a solução de dúvidas.

i) Mudança no padrão do cheque

Em 2023, as instituições financeiras que podem emitir cheques, sob a coordenação da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), passaram a ter autonomia para estabelecerem o modelo-padrão do cheque, desde que observadas as regras estabelecidas pelo BC e pelo CMN. Tal medida objetiva dar mais segurança, flexibilidade e propiciar inovações ao uso desse instrumento de pagamento.

O exercício da autorregulação propicia, ainda, atualizar elementos de segurança do cheque com mais celeridade, reduzir custos com o suporte físico e agilizar a criação, alteração e extinção de campos operacionais desse documento.

As mudanças devem ser deliberadas em convenção uniforme, negociada diretamente pelas instituições interessadas ou por meio de associações representativas, e valerão a partir da data estipulada na própria convenção, após comunicação ao BC. Os requisitos legais e regulamentares para emissão de cheque não podem ser objeto do acordo.

Por ser um título de crédito que permite, por exemplo, a possibilidade de execução extrajudicial, o cheque se mantém como um importante instrumento de pagamento no Brasil.



Ponto a Ponto das Mudanças no Cheque



**Modelo-padrão
passou a ser autorregulado
pelo mercado**



**Com foco na prevenção de
fraudes, o modelo-padrão do
cheque passou a ter
novas funcionalidades**



**O BC passou a ser observador no
Grupo Compe, participando do
colegiado quando necessário**



**Revogação de 31 atos
normativos do BC e do
CMN sobre o tema**



**Mudanças entraram em vigência
em 2 de outubro de 2023,
possibilitando o desenvolvimento
da autorregulação citada**



**Possibilidade de inclusão do
nome social do usuário nas
folhas de cheque**



**Assunto passou a ser regulado
por duas resoluções:
CMN 5.071 e BCB 314,
ambas de 26 de abril de 2023**

j) Projeto de Implementação de Avaliação de Impacto Regulatório – Aprimora

Em julho de 2023, foi encerrado o projeto Aprimora, que teve como objetivo modernizar o processo regulatório com vistas ao aumento da efetividade da regulação financeira por meio da adoção sistemática de Análises de Impacto Regulatório (AIR) e Avaliação de Resultado Regulatório (ARR).

A primeira AIR do BC se refere aos impactos no SFN das medidas sobre a contratação de correspondentes no país pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BC – Resolução CMN 4.935/2021.

A institucionalização das práticas de AIR e ARR no BC veio ao encontro da adoção crescente de boas práticas de regulação no âmbito das esferas da administração pública ao buscar o aumento da efetividade regulatória e da participação da sociedade e das partes interessadas no processo regulatório. A comunicação das práticas de AIR e ARR aumenta a segurança jurídica e permite o maior planejamento dos regulados, investidores e sociedade em geral, que se beneficiam da maior transparência propiciada.

Em execução desde julho de 2020, o projeto entregou um diagnóstico completo junto às áreas envolvidas no processo de regulação. Foram documentados pontos de aprimoramento e, com base no diagnóstico, as atividades do Projeto foram concebidas e executadas. [Saiba mais.](#)

k) Relatório de Economia Bancária 2022

O **Relatório de Economia Bancária (REB)** trata de um amplo espectro de questões atinentes ao SFN e às relações entre instituições e seus clientes. Constituído por sete capítulos e um total de doze boxes, o REB 2022 abordou temas como: a divulgação das novas estatísticas bancárias internacionais, os benefícios das cooperativas de crédito, o perfil de utilização de uso do cartão de crédito, o comportamento das taxas de juros de operações de crédito pessoal (consignado e não consignado) conforme as características dos clientes, as *fintechs* de empréstimos P2P, os níveis de concentração no mercado de plataformas digitais de investimento, a evolução de meios digitais para realização de transações de pagamento, o perfil e a evolução das entidades digitais no SFN, o aumento da concorrência devido à portabilidade de crédito, o Real Digital – Drex, o uso do Pix como ferramenta de recebimento de valores por empresas, negócios e entes governamentais, e as habilidades, competências e bem-estar financeiro de profissionais de educação fundamental inscritos no programa Aprender Valor.

Para o ano de 2024, a versão do REB 2023 deverá apresentar uma inovação na forma de apresentação dos capítulos com uma forma de comunicação mais concisa e informativa, além de contar com diversas temáticas de grande relevância para o SFN, tais como os indicadores de eficiência financeira, a concorrência no credenciamento em arranjos de cartões, a evolução das transações de pagamento rea-

lizadas por meios digitais, a avaliação do programa Aprender Valor, dentre outros.

l) Pesquisa de Transparência 2023

Nos meses de junho e julho de 2023, o BC realizou a sua **segunda pesquisa de transparência** para aferir a percepção de transparência da sociedade em relação a diversas atividades desempenhadas pelo BC. Foram avaliados 19 temas, identificados a partir da cadeia de valor, nas dimensões disponibilidade, facilidade de acesso e qualidade das bases de dados e informações do BC. Em linhas gerais, as cerca de nove mil respostas ao questionário enviado indicaram avanços da percepção de transparência em relação à pesquisa anterior (2021) e oportunidades de ampliação da transparência institucional por meio de sugestões de disponibilização de novas bases de dados e de informações no sítio e no Portal de Dados Abertos do BC.

m) Outras ações em andamento

Para aprimorar a comunicação com a sociedade sobre produtos e serviços financeiros em andamento, destacam-se: o lançamento do novo *Ranking* de Reclamações por produtos e a implementação da notificação no sistema Registrato quando houver aberturas ou encerramentos de contas e outros relacionamentos no SFN.

3.4 EDUCAÇÃO

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Estimular a poupança e a participação consciente no mercado”. Nessa dimensão da Agenda BC#, são desenvolvidas iniciativas que favorecem a compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros.

As iniciativas buscam levar mais conhecimento aos cidadãos sobre os riscos e as oportunidades financeiras e ainda sobre onde procurar informações ou ajuda para a tomada de decisão. Por meio de informação precisa e em linguagem simples, consumidores e investidores financeiros desenvolvem conhecimento e habilidades para fazerem escolhas que melhorem o seu bem-estar financeiro. As iniciativas da dimensão Educação também buscam incentivar o hábito de poupar e a redução do endividamento. [Saiba mais.](#)

a) Aprender Valor – resultados

O programa Aprender Valor leva educação financeira, de forma gratuita, para alunos do ensino fundamental de escolas públicas de todo o país. A ação busca transformar a relação das crianças e dos adolescentes com o dinheiro, promovendo consciência, responsabilidade e autonomia no uso de recursos financeiros.

Idealizado pelo BC, o Aprender Valor é financiado com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e desenvolvido em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

Os recursos educacionais do programa estão disponíveis em plataforma *on-line*, criada pelo CAEd/UFJF, onde é possível acessar projetos escolares, cursos de formação e avaliações de aprendizagem. Os projetos escolares com educação financeira, que seguem as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são aplicados por meio do conteúdo das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Humanas.

Em 2023, o Aprender Valor chegou a escolas de 626 municípios em que ainda não havia nenhuma unidade escolar participando do programa. A iniciativa já está presente em 3.018 de um total de 5.570 municípios brasileiros, alcançando 54% das cidades do país, espalhadas em todos os 26 estados e o Distrito Federal. Mais de 5,7 mil novas escolas públicas de ensino fundamental entraram no progra-



Imagine aprender
a cuidar do seu
dinheiro
desde pequeno?

Mais de
140 mil
profissionais da educação

1,6 milhão
de alunos cadastrados na
plataforma

22 mil
escolas em mais de
3 mil municípios

Em 2023,
foram avaliados mais de
160 mil
alunos em letramento financeiro

ma no ano passado. Com isso, o programa pôde alcançar 5,6 milhões de estudantes matriculados em 22 mil escolas, cerca de 23% das escolas públicas de ensino fundamental do país.

Além de ampliar a rede de participantes, o foco de 2023 foi aumentar o engajamento das escolas nas três principais entregas do programa: formações *on-line* dos professores e gestores, projetos escolares disponíveis para escolha dos docentes e avaliações de entrada e de saída para acompanhamento da evolução dos estudantes. Para isso,

31 novos projetos escolares foram disponibilizados na plataforma, totalizando 60 opções de projetos para os professores. Houve a formalização da adesão de seis secretarias estaduais de educação, alcançando 100% das redes de ensino estaduais. Destaca-se, ainda, a realização o Seminário de Divulgação de Resultados para premiação de professores, escolas e redes que se destacaram em 2022. Além disso, o programa envidou esforços para produzir novas ferramentas e recursos educacionais que serão disponibilizados em 2024. **Saiba mais.**

b) Ações de avaliação do Programa Aprender Valor

No período entre 2022 e 2023, o Aprender Valor foi avaliado com o objetivo de aprimorar e identificar os efeitos do programa. Para tanto, foi aplicada pesquisa de avaliação de impacto em uma amostra de 52.000 alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental, divididos em dois grupos: um de escolas participantes do programa e outro grupo similar de escolas que não participaram do programa nesse mesmo período. A pesquisa foi aplicada pela CAEd/UJF em parceria com o projeto.

Ajustado por região, área de localização e ano escolar, foi identificado que a proficiência em letramento financeiro ao final do ano letivo variou de acordo com a proficiência em letramento financeiro no início do ano e com o grau de engajamento das escolas no programa. Dentre os grupos com menor letramento financeiro inicial, aqueles com algum tipo de engajamento, quer seja de professor, gestor ou projeto, apresentaram diferença média entre início e fim do ano superior em mais de 50 pontos ao do grupo sem nenhum engajamento. No caso do 3º ano do ensino fundamental, as diferenças ultrapassaram a 65 pontos, chegando até a 108 pontos. Assim, entende-se que o programa apresentou efeitos relevantes, contudo, condicionado ao grau de engajamento das instituições de ensino.

Em termos de perspectivas futuras, há a expectativa de aprimoramento do programa e publicação do estudo com a avaliação em um dos canais de comunicação do BC e no Relatório de Economia Bancária.

O engajamento das escolas ao Aprender Valor foi medido da seguinte forma a partir de três dimensões:

status do professor – sem formação iniciada, com formação iniciada e com formação aprovada no Aprender Valor;

status do gestor – sem formação iniciada, com formação iniciada e com formação aprovada no Aprender Valor;

status do projeto – sem projeto selecionado, com projeto selecionado e com projeto concluído no Aprender Valor.

Já a proficiência em letramento financeiro foi medida por meio de uma prova sobre conhecimentos relacionados à educação financeira aplicada no início e ao final do ano letivo. A medida utilizada foi convertida para uma escala de 0 a 1.000.

c) Pesquisa de Letramento Financeiro e Inclusão Financeira na população adulta brasileira

A pesquisa foi realizada utilizando metodologia da Rede Internacional de Educação Financeira da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/Infe). O questionário é robusto e padronizado, permitindo não

apenas a avaliação do nível de letramento e a inclusão financeira da população brasileira, mas também uma comparação em âmbito internacional.

Já realizada anteriormente pelo BC em 2015, a pesquisa foi aplicada novamente em 2023 em parceria com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e executada pela Consultoria, Pesquisa e Planejamento (CP2). Os objetivos foram atualizar as informações sobre o letramento financeiro dos brasileiros e fomentar o desenvolvimento de novas políticas públicas e iniciativas de educação financeira.

Alguns destaques da pesquisa foram:

- » o letramento financeiro da população brasileira (59,6 em escala de 0 a 100) ainda tem espaço para melhoria, em especial para alguns grupos sociodemográficos específicos, como mulheres, idosos e população de baixa renda, que apresentaram médias mais baixas que demais grupos;
- » o nível de escolaridade e o uso de produtos e serviços financeiros, como poupança, seguro e créditos são fatores que contribuem para o maior letramento financeiro;
- » o Pix é o destaque nos produtos e serviços financeiros, sendo conhecido por 91,6% dos respondentes, empatado com o cartão de crédito, e também o mais usado (64%).

Como resultado da pesquisa, novos públicos-alvo foram identificados como potencial foco para as iniciativas de educação financeira do BC. Além disso, análises adicionais serão realizadas no ano de 2024, buscando aprofundar o entendimento das lacunas e viabilizar o desenho de iniciativas adequadas às necessidades da população. **Saiba mais.**

d) Terceira rodada de medição do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB)

O I-SFB avalia dimensões que definem a saúde financeira: proficiência financeira, segurança financeira e liberdade financeira. A proficiência financeira combina medidas de habilidade e comportamento, sendo que a habilidade mensura a capacidade de o indivíduo buscar e entender informações importantes para a sua vida financeira; já o comportamento mede as atitudes, principalmente com relação a disciplina e controle. A segurança financeira representa a percepção do cidadão sobre sua situação financeira e se ela é fonte de preocupação e estresse na sua vida. Já a liberdade financeira avalia se a forma como o indivíduo lida com o dinheiro permite aproveitar a vida. A partir das medições do I-SFB, é possível avaliar a evolução da saúde financeira dos brasileiros e realizar comparações variadas, envolvendo faixa de renda, gênero, idade, região geográfica, entre outras. O I-SFB é também importante para a personalização da jornada dos usuários da plataforma de educação financeira Meu Bolso em Dia.

A **pesquisa** foi realizada pela Febraban com apoio técnico do BC entre os meses de junho e setembro de 2023. Trata-se da maior medição já realizada no Brasil sobre o tema saúde financeira e contou com a participação de 4.769 brasileiros com mais de 18 anos. O índice possui sete faixas: ruim, muito baixa, baixa, *ok*, boa, muito boa e ótima, distribuídas em uma escala de 0 a 110 pontos. O índice médio do brasileiro foi de 56,2 pontos, ou seja, entre baixa e *ok*. Em 2022, o resultado foi de 56,0 pontos; e de 57,2 em 2020.

Para 2024, está prevista a realização da quarta medição, além de estudos de aprofundamento que utilizarão as bases de dados das pesquisas já realizadas.

O I-SFB e o Meu Bolso em Dia são decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2019 entre a Febraban e o BC para desenvolver projetos de educação financeira. Além da pesquisa, qualquer cidadão pode descobrir seu índice **gratuitamente aqui**.

e) 10ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana Enef)

A 10ª Semana Enef, promovida pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), foi realizada no período de 15 a 21 de maio de 2023 e teve como tema dessa edição a resiliência financeira. Foram realizadas 6.879 iniciativas no total, por todos os parceiros, sendo 6.043 iniciativas espe-

cíficas e 836 campanhas em massa, tendo o setor cooperativista como responsável pela maioria das iniciativas (94%).

Essa edição marcou a forte retomada das iniciativas presenciais após a pandemia de covid-19. Cerca de 86% das iniciativas foram realizadas presencialmente e 14% no formato virtual ou híbrido. O elevado índice de eventos presenciais deveu-se primordialmente ao segmento de cooperativismo.

O BC participou diretamente com algumas iniciativas específicas e com duas campanhas em redes sociais sobre o tema da 10ª edição.

A 11ª Semana Nacional de Educação Financeira ocorrerá no mês de maio de 2024 sob a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no FBEF. O BC continuará participando ativamente com iniciativas próprias e incentivando seus parceiros para também programarem suas iniciativas.

f) Regulação da atuação em educação financeira das instituições financeiras

Em dezembro de 2023, o BC e o CMN publicaram **Resolução Conjunta** dispondo sobre medidas de educação financeira a serem adotadas por instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC.

O regulamento estabelece os principais objetivos a serem cumpridos pelas iniciativas de educação financeira, exige a manutenção de uma política de educação financeira baseada na ética, responsabilidade, transparência e diligência, bem como nos princípios norteadores de valor para o cliente, amplo alcance, e adequação e personalização.

A Resolução Conjunta entra em vigor no dia 1º de julho de 2024. Até esse prazo, as instituições financeiras deverão atender às determinações normativas.

g) Atualização do Endividamento de Risco no Brasil

Em novembro de 2023, foi publicada uma nova edição da Série Cidadania Financeira com o estudo de Endividamento de Risco do Brasil, que atualiza os números do endividamento de risco e aprofunda o estudo iniciado em 2020. Realizou-se também o mapeamento do endividamento de risco entre os diferentes segmentos financeiros, tanto na concentração dos endividados de risco como nas modalidades de crédito envolvidas no endividamento desse público.

Segundo o estudo, em março de 2023, havia 15,1 milhões de endividados de risco no Brasil, ou 14,2% dos tomadores de crédito, valor máximo na série histórica.

O trabalho também cruza dados do endividamento de risco com a pesquisa I-SFB. O endividamento de risco tem relação com piores níveis de bem-estar financeiro, com

níveis de poupança mais baixos e com menor capacidade de planejamento.

A análise contínua do endividamento de risco reforça o entendimento do diagnóstico do bem-estar financeiro no Brasil e promove subsídios para a educação financeira no SFN, bem como auxilia a supervisão de conduta em sua matriz de riscos.

h) Avanços na proteção ao consumidor financeiro vulnerável

Em 2023, foi avaliada a aderência das instituições supervisionadas ao BC a regulamento que versa sobre a efetividade e a evolução dos instrumentos e ferramentas de controle para a gestão do risco associado às vulnerabilidades dos clientes e usuários dessas instituições. Entre os aspectos avaliados, destacaram-se:

- » desenvolvimento de modelo de classificação dos clientes em função do grau de vulnerabilidade;
- » metodologia para aferição da efetividade das ações criadas para clientes vulneráveis;
- » avaliação da gestão de incentivos e consequências de empregados e de terceiros da instituição supervisionada, com inclusão de indicadores do grau de satisfação e fidelidade dos clientes como redutores da remuneração variável; e

- » monitoramento do mercado a partir de indicadores aplicados aos quadrantes dos modelos de gestão do risco associado às vulnerabilidades, por exemplo, vendas inadequadas ou atípicas, reclamações totais, cancelamentos e fraudes.

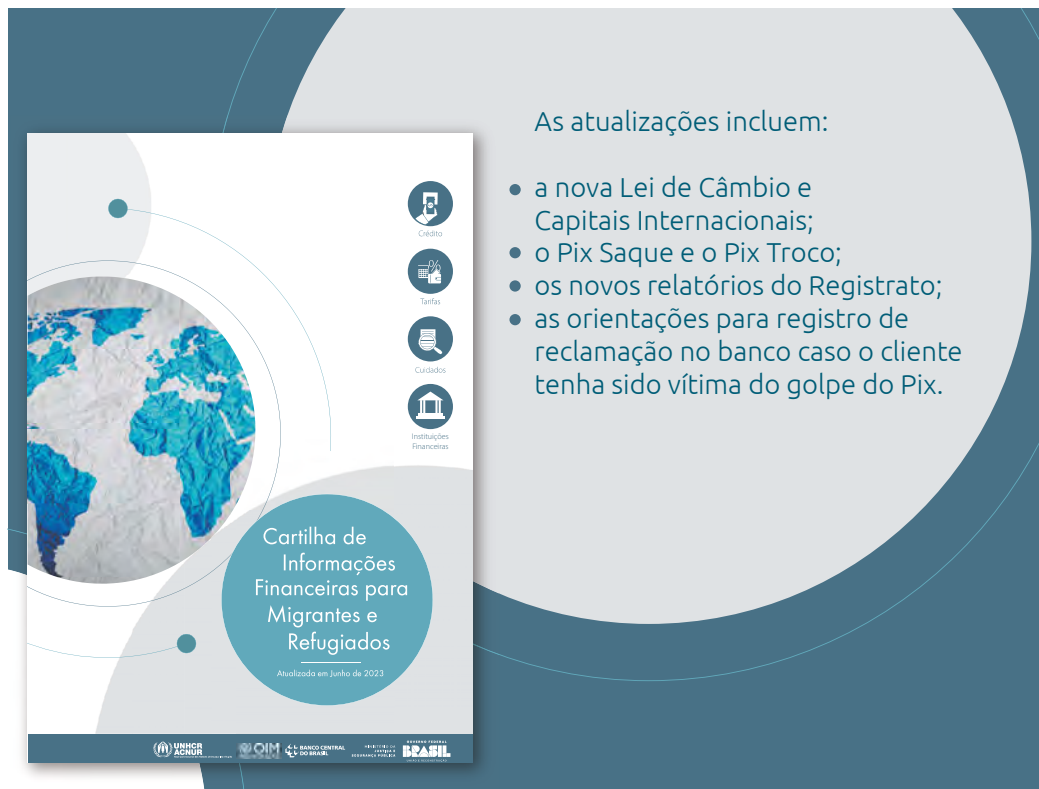
Como resultado da avaliação, foram levantados os seguintes pontos a serem aprimorados:

- » padronização mínima na construção e no reporte dos indicadores prioritários;
- » atuação das áreas de controles internos e auditorias internas; e
- » construção de um modelo para gestão das vulnerabilidades que englobe a proposição de indicadores com planos de ação e instrumentos de controle para a devida gestão institucional do tema.

Nos próximos anos, será importante averiguar se há necessidade de grau de imposição diferenciado e de natureza mais contundente para que as instituições financeiras aprimorem seus processos internos e seus instrumentos de controle relacionados às vulnerabilidades dos clientes. Além disso, é importante incluir no tratamento de vulnerabilidades ações diretas a clientes e ações de gestão da cultura organizacional prioritárias e alinhadas às melhores práticas.

i) Lançamento da quinta versão da Cartilha de Informações Financeiras para Migrantes e Refugiados

Em 2023, foi publicada a quinta versão da Cartilha de Informações Financeiras para Migrantes e Refugiados elaborada pelo BC em parceria com a Agência da ONU para Refugiados, MJSP e Agência da ONU para as Migrações (OIM). O objetivo do documento é contribuir para que migrantes e refugiados tenham acesso a informações sobre produtos e serviços financeiros e bancários. A versão mais recente traz importantes atualizações:



A cartilha é publicada na página de *Cidadania Financeira do BC* em cinco idiomas: português, árabe, espanhol, francês e inglês.

j) Mais transparência às faturas do cartão de crédito

A partir de 1º de julho de 2024, as faturas de cartão de crédito deverão passar a ter, as seguintes áreas:

- » uma área com destaque para apenas as informações essenciais para a tomada de decisão pelo titular da conta com o valor total, a data de vencimento da fatura do período vigente e limite total de crédito;
- » uma área para alternativas de pagamento na qual devem estar, exclusivamente, informações sobre o valor do pagamento mínimo obrigatório e valor total a pagar em moeda corrente; o valor dos encargos a serem cobrados no período seguinte no caso de pagamento mínimo; as opções de financiamento do saldo devedor da fatura, apresentadas na ordem do menor para o maior valor total a pagar pelo titular; e as taxas efetivas de juros mensal e anual, além do Custo Efetivo Total (CET), relativos às operações de crédito passíveis de contratação;
- » uma área com informações complementares na qual devem estar informações sobre lançamentos realizados na conta de pagamento por evento; identificação das operações de crédito contratadas; valores relati-

vos aos juros e encargos cobrados no período vigente; valor total de juros e encargos financeiros cobrados referentes às operações de crédito contratadas; identificação das tarifas cobradas; data de encerramento dos lançamentos na fatura do período seguinte; identificação dos usuários finais beneficiários de pagamento ou transferência; limites individuais para cada tipo de operação; saldo total consolidado das operações futuras etc.

Para maior transparência das informações, o estabelecimento em que o detentor do cartão tenha feito compras deve ser identificado na fatura pelo nome fantasia, e que as transações de pagamento parceladas sejam apresentadas na fatura em até dois dias úteis a partir da data de abertura da fatura do período para maior clareza das obrigações futuras ao consumidor.

A norma define ainda obrigatoriedade de linguagem clara e de fácil acesso para promover a educação financeira, reduzir o endividamento das famílias e a inadimplência.

k) Outras ações em andamento

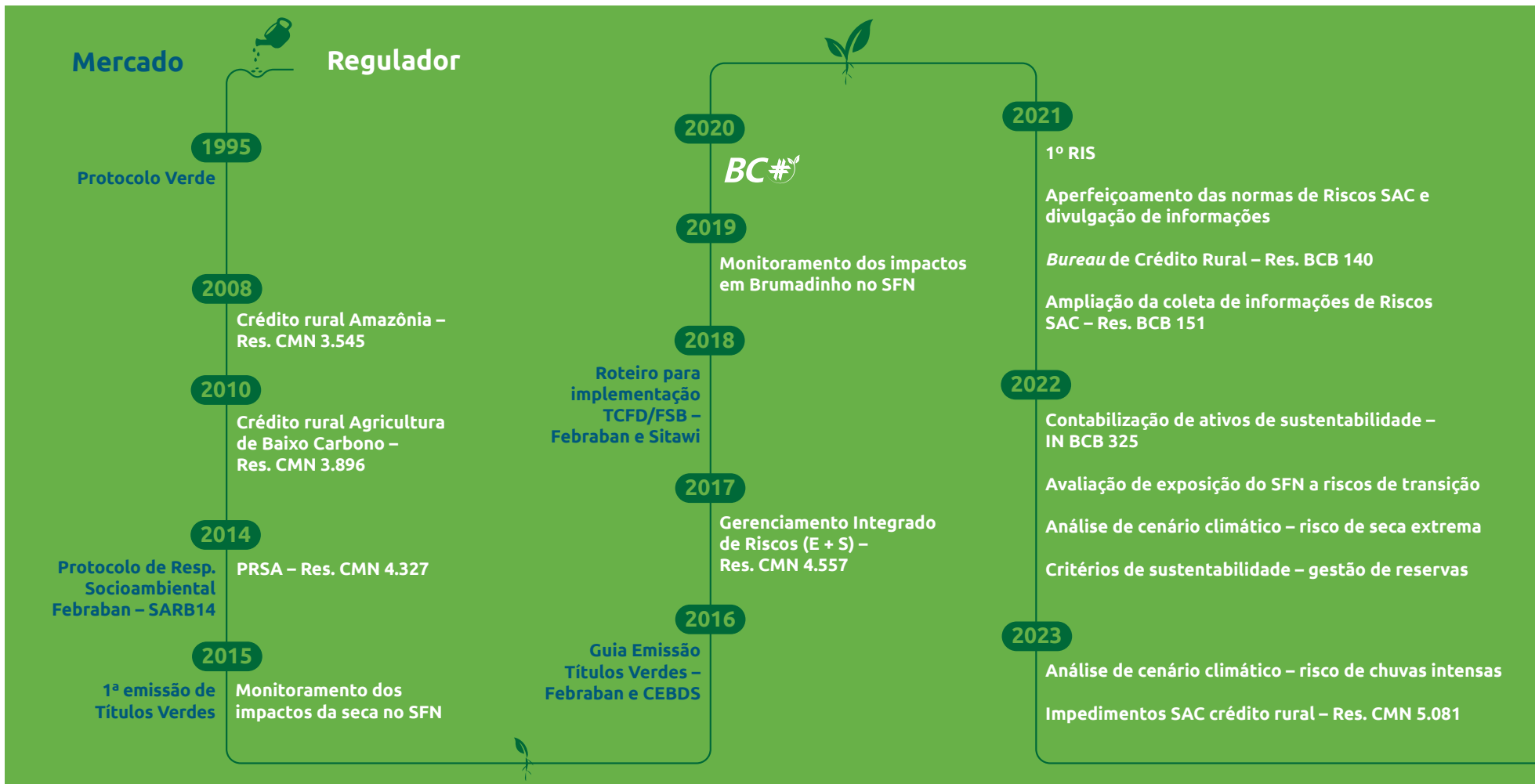
Está previsto para 2025 o lançamento do Museu de Economia Virtual, que permitirá à sociedade o acesso virtual ao conteúdo e às experiências do Museu de Valores do BC.

3.5 SUSTENTABILIDADE

Esta seção relata as ações e os resultados que contribuíram para o alcance do objetivo estratégico de “Promover finanças sustentáveis e contribuir para redução de riscos sociais, ambientais e climáticos na economia e no Sistema Financeiro”.

Nessa dimensão, as iniciativas tratam da promoção de finanças sustentáveis, do gerenciamento adequado de riscos, oportunidades e responsabilidades socioambientais e climáticos na economia e no SFN. O foco da intervenção são os cenários de atuação do BC e abrange os diversos participantes do cenário econômico-financeiro.

Busca-se, ainda, a maior disponibilidade de recursos do SFN para iniciativas sustentáveis; a troca de experiências, a implantação de melhores práticas internacionais no tema e o alinhamento à agenda mundial de sustentabilidade.



a) Identificação de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos na concessão de crédito rural

A partir das informações coletadas no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), foi possível aprimorar ferramentas utilizadas pela supervisão prudencial do BC para a identificação de exposições potencialmente mais elevadas aos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (RSAC). Essa iniciativa se concretizou com o cruzamento de dados informados pelas entidades supervisionadas no Sicor, relativas ao crédito rural, com outras bases de dados de acesso público.

Nesse sentido, as coordenadas geodésicas disponíveis no Sicor são insumo relevante para a localização física das glebas financiadas para posterior comparação com informações de mesma característica em outras fontes, a exemplo da localização de unidades de conservação, ações administrativas de órgãos ambientais, dentre outras. Com isso, tornou-se possível identificar pontos geograficamente coincidentes que apontam para uma maior exposição aos RSAC.

O BC realizou ações que abrangeram 64 entidades supervisionadas, sendo dez delas concentradas no bioma Amazônia. Essas ações resultaram em 68 sinalizações, na emissão de dez súmulas de apontamentos e na desclassificação de 342 operações. Além disso, foram publicadas quatro resoluções CMN sobre crédito rural de iniciativa do BC.

Relata-se, ainda, que o Sicor foi atualizado para processar as verificações e os incentivos contidos nos normativos publicados em função do Plano Safra, tais como impedimento de contratação com Cadastro Ambiental Rural (CAR) suspenso, vedação de adesão ao Proagro para mutuários com mais de sete Comunicações de Perdas (COP), e redução de 0,5% na taxa de juros para imóveis com CAR analisado.

Desse modo, após o tratamento e a análise de dados pelo BC, as entidades supervisionadas passaram a ser confrontadas com indícios de operações com maiores riscos frente às próprias políticas e limites internos, colaborando para o aperfeiçoamento da supervisão prudencial dos RSAC no SFN.

b) Implementação do *Bureau de Crédito Rural*

Um *bureau* de crédito rural é um sistema que armazena dados relacionados a crédito rural e a uso de recursos do Proagro. O crédito rural ocupa papel central na dimensão Sustentabilidade devido à sua importância para a economia e para o SFN. Atualmente, 11,8% do montante de crédito das operações realizadas por instituições do SFN corresponde ao crédito rural.

O *Bureau* de Crédito Rural prevê a inclusão de critérios de sustentabilidade nas operações de crédito rural. Essas informações ajudam a identificar operações com características sustentáveis e simplificar os processos de certificação para emissão de títulos verdes. Os critérios também

servirão para o futuro desenvolvimento de um sistema de escores de sustentabilidade para empreendimentos agropecuários. Esses escores serão utilizados para a concessão de benefícios, como a ampliação dos limites de crédito das operações que cumpram tais requisitos.

No âmbito dessa iniciativa, o BC e o Ibama celebraram ACT que possibilita o intercâmbio de informações sobre operações de crédito rural e do Proagro e diversas bases de dados geridas pela autarquia ambiental. Além disso, o compartilhamento das informações apoiará as ações de prevenção e repressão de ilícitos ambientais pelo Ibama.

c) Início da captura de informações de RSAC

A remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos pelas instituições financeiras ao BC deve ser feita por meio do Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático (DRSAC), instituído em 2021. A primeira remessa de dados ocorreu em fevereiro de 2023 por parte das maiores instituições financeiras. Em agosto, na segunda remessa, outras instituições também passaram a enviar seus documentos.

O processo segue em contínuo desenvolvimento e aprimoramento. São elaboradas críticas automatizadas de qualidade, interações com as instituições visando a compreensão da estrutura e a consistência dos dados, a disponibilização de relatórios para a supervisão direta e evoluções no layout do documento.

Destaca-se ainda a elaboração de um relatório interno com as estatísticas do DRSAC e a comparação inicial entre as percepções desses riscos pelas instituições e as do BC, o que permite o contínuo aperfeiçoamento das ações de monitoramento.

d) Nova avaliação dos riscos climáticos no REF

O compromisso do BC com a agenda de sustentabilidade tem resultado em diversas ações que buscam mitigar os impactos de eventos associados aos RSACs. Além de medidas de caráter regulatório e de supervisão, o BC tem realizado estudos com o objetivo de avaliar os possíveis impactos da mudança climática no SFN.

Dando continuidade às avaliações iniciadas no REF de novembro de 2022, foi publicado no REF de maio de 2023 uma nova avaliação do risco climático físico, dessa vez mensurando a exposição do SFN ao risco físico de chuvas intensas. O estudo apresentou uma análise da exposição da carteira de crédito do SFN a tomadores de empréstimos localizados em municípios sujeitos a um alto risco de sofrerem eventos de chuvas extremas, considerando as projeções climáticas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para 2030-2050.

Um dos principais objetivos das avaliações apresentadas é promover um maior entendimento do risco climático no sistema financeiro e estimular a discussão deste tema tão

importante no atual cenário mundial. Dada a complexidade do assunto, a expectativa é que novos trabalhos dessa natureza sejam realizados, incorporando novas metodologias e abordando outros aspectos relacionados ao risco climático.

e) Publicação da terceira edição do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos do BC (RIS)

Em 2023, foi publicada a terceira edição do RIS com ações e iniciativas que consolidaram o entendimento da importância dos riscos sociais, ambientais e climáticos na economia e no SFN, assim como da relevância do papel das instituições para a abordagem desses novos riscos de forma integrada.

Além disso, os aspectos relacionados à gestão das reservas internacionais e os esforços para seu alinhamento às recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), agora incorporada ao *International Sustainability Standards Board* (ISSB), receberam maior atenção.

A publicação do RIS é uma ação relevante para a divulgação consistente e comparável de informações relacionadas à esfera da sustentabilidade. No caso da TCFD, por exemplo, a adesão voluntária às suas recomendações pode prover diversos agentes, como investidores, informações úteis à avaliação e precificação dos riscos e das oportunidades associados à evolução do clima. Por sua vez, no âmbito da estrutura proposta pelo *World Economic Forum* (WEF), con-

solidam-se métricas e critérios para auxiliar as empresas na mensuração e divulgação de suas contribuições para uma relação mais equilibrada com o planeta.

f) Outras ações em andamento

Cabe ressaltar também as diversas ações relacionadas ao tema Sustentabilidade que estão em curso, tendo como destaque o aprimoramento da divulgação de informações por instituições financeiras sobre métricas, metas e mensuração de riscos climáticos e a redução do risco ambiental verificado nos processos de meio circulante.

3.6 EXCELÊNCIA

A Agenda BC# tem evoluído, desde sua criação, para agrupar novas dimensões e fortalecer as já existentes. Com o intuito de dar transparência ao encaminhamento de questões relacionadas aos servidores e à melhoria de processos internos e de governança administrativa, foi criada a dimensão Excelência.

Essa dimensão foi implementada a partir do primeiro trimestre de 2023 e está vinculada ao objetivo estratégico “Aprimorar o BC por meio de inovações, tecnologia, uso eficiente de recursos e alinhamento às melhores práticas internacionais”.

A nova dimensão Excelência possui dois temas que agrupam as principais frentes de atuação na modernização da gestão de pessoas, da carreira dos servidores e da gestão administrativa.

O primeiro tema é o Valor ao Servidor, que contém as principais frentes de atuação para implementar iniciativas visando a modernização da carreira de especialista do BC. Esse tema inclui ações como programas de desenvolvimento profissional, políticas de remuneração, assim como benefícios que facilitem o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho.

O segundo tema é o Fortalecimento Institucional, que congrega ações que visam aperfeiçoar a capacidade do BC no tratamento de assuntos administrativos e na resolução de questões de gestão de pessoas que necessitam de uma atenção maior.

a) Implementação do Comitê de Administração (Coad)

Seguindo boas práticas de gestão e governança, foi instalado o Coad, conforme mencionado no capítulo “Quem Somos” deste relatório. O comitê objetiva investir mais tempo de qualidade no escrutínio dos temas de gestão, bem como o aperfeiçoamento do seu processo decisório. Trata-se de um fórum dedicado a analisar de forma mais aprofundada questões e soluções relacionadas com alocação de recursos (materiais e humanos), orçamento, políticas de pessoal e capacitação, entre outros.

b) Concurso para reposição da Força de Trabalho

Por meio da Portaria MGI 3.620, de 18 de julho de 2023, foi autorizada a realização do concurso público para o cargo de Analista do Banco Central do Brasil para provimento

de 100 vagas. O BC selecionou o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) para realizar o certame e dará seguimento ao processo com a publicação, na primeira quinzena de janeiro de 2024, de seu edital.

Essa ação propiciará a primeira entrada de novos servidores em mais de dez anos.

4.1 PROJETOS E PROGRAMAS CORPORATIVOS

Os programas e projetos corporativos são fundamentais para concretizar os objetivos estratégicos do BC, promovendo inovações e aprimoramentos nos serviços oferecidos à sociedade. Essas iniciativas desempenham um papel essencial no alcance da excelência nos processos de trabalho e na entrega de benefícios tangíveis para a sociedade.

O escritório de projetos do BC celebrou seu 19º aniversário de atuação em 2023. Desde a sua constituição, já foram executados aproximadamente 300 projetos corporativos. No início do ano, o portfólio corporativo aprovado contava com 39 projetos em execução, dos quais quatro compunham um programa corporativo.

Em 2023, 12 novos projetos corporativos foram selecionados para impulsionar nosso compromisso com a inovação e a excelência em nossos serviços e deverão ser incorporados ao portfólio em 2024. Diversas ações da Agenda BC#, cujos resultados foram relatados nas seções anteriores deste relatório, são executadas por meio de projetos corporativos.

Mais informações sobre os programas e os projetos corporativos do BC em execução podem ser consultadas no [sítio do BC](#).

a) Processo de consolidação de normativos para maior eficiência regulatória

Em 2023, o BC deu sequência ao processo, iniciado em 2020, de consolidação de atos normativos de sua competência com base no [Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019](#). A regulamentação determinou que órgãos e entidades da administração pública federal realizassem a revisão e a consolidação de seus atos normativos com o objetivo de melhorar a eficiência da atuação estatal, eliminando regras desnecessárias e excessivas para o cumprimento das leis, e facilitando o entendimento da regulação pelo cidadão.

No âmbito do BC e do CMN, de janeiro a outubro de 2023, foram revogadas um total de 144 normas. Foram 32 resoluções, 72 circulares, 19 cartas-circulares e 21 instruções normativas revogadas. Nesse esforço, foram editadas 44 normas consolidadoras, sendo cinco resoluções CMN, 15 resoluções BCB e 24 instruções normativas.

4.2 PREMIAÇÕES RECEBIDAS EM 2023

O ano de 2023 foi de reconhecimento do BC como órgão inovador do Brasil. O Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP) concedeu o prêmio de **órgão público mais inovador do país** e também premiou o Pix em primeiro lugar, na categoria Ministério e Órgãos Federais. Entre os bancos centrais, para a *Global Financial Market Review* (GFM), sítio de notícias baseado no Reino Unido, **o BC foi o mais inovador em 2023**.

O *Council of the Americas* (COA), organização internacional que representa uma série de segmentos, como bancos e finanças, também concedeu o prêmio **BRAVO Beacon of Innovation** ao BC pela criação do Pix, que também recebeu o prêmio **Bandnews Marcas Mais Admiradas do Brasil** na categoria Meio de Pagamento.

O LIFT Lab foi eleito **um dos melhores laboratórios de inovação do mundo**, conquistando a edição 2023 do prêmio *World's Best Financial Innovation Lab*, na categoria Lab de Desenvolvimento Econômico.

O BC também **foi reconhecido como Melhor Gestor de Reservas** pelo prêmio **Central Banking 2023**. Houve avanços importantes no processo de gestão das reservas internacionais, como a inclusão de critérios de sustentabilidade no processo de avaliação de contrapartes, o aperfeiçoamento da governança e a adoção de novas modalidades de leilão de câmbio.

O Presidente do BC foi homenageado pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Ceará (Corecon-CE) e pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Ceará (IBEF-CE) com o prêmio **Inovação para o Desenvolvimento Econômico**, e eleito como **melhor presidente de Banco Central** pela *Latin Finance*, revista especializada nos mercados financeiros e economias da América Latina.

Prêmio *Bravo Beacon of Innovation* da AS/COA

Prêmio BandNews “Marcas mais admiradas do Brasil”

Central Banking Awards 2023 “Melhor gestor de reservas”

1º lugar na categoria Ministério e Órgãos Federais,
no 1º Congresso IBGP de Inovação Pública com foco no Cidadão

Prêmio Banco Central mais inovador 2023, concedido
pelo *site* de notícias *Global Financial Market Review* (GFM)

Prêmio Inovação para o Desenvolvimento Econômico para o
presidente Roberto Campos Neto, do Corecon-CE e IBEF-CE

Melhor presidente de Banco Central pela *Latin Finance*

LIFT Lab – Prêmio *World’s Best Financial Innovation Lab* pela
Global Finance, na categoria Lab de Desenvolvimento Econômico

Premiações
2023



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**